

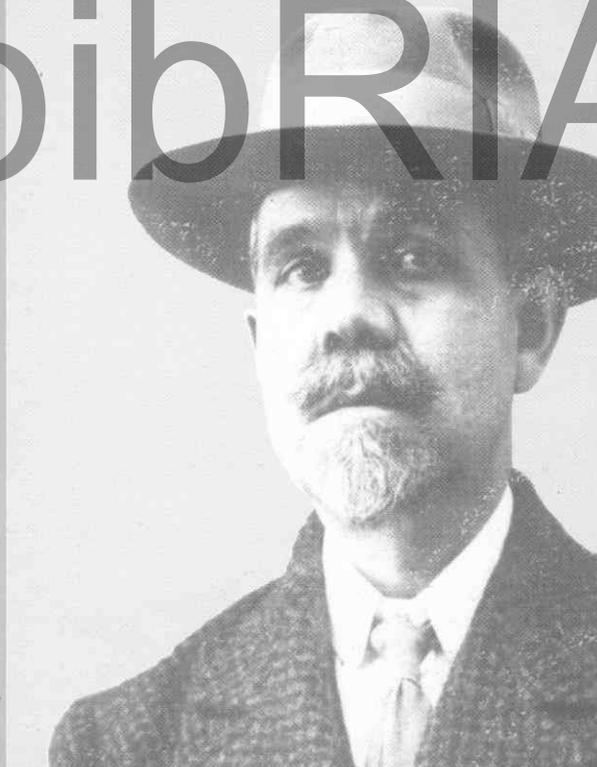
AVEIRO

BOLETIM
MUNICIPAL



ANO XIV - N.º 28

bib**RIA**



FL
908
141



AVEIRO

BOLETIM
MUNICIPAL



ANO XIV - N.º 28

bibRIA



AVEIRO
BIBLIOTECA MUNICIPAL

bibRIA

“Silva Rocha foi, na nossa lindíssima cidade dos canais, um distinto arquitecto, paternal director da Escola Industrial e Comercial e, ali, respeitado pedagogo; íntegro director de um banco e pintor de rara e apurada sensibilidade. Quando morreu, com noventa e tal anos, deixou na superior e elevada massa de intelectuais e eruditos aveirenses, nos seus inúmeros alunos e no povo, uma saudade que dificilmente o tempo apagará.”

Dr. Barata da Rocha
(Litoral, 12-10-1968).

Gravura: Silva Rocha visto por Amílcar Torres (Idem)



BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO
Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa
Ano XIV - Dezembro de 1996 - N.º 28

bibRIA

BOLETIM N.º 28

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro – Vereadora do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República – Aveiro – Tel. 24081 – Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A. - Mons. João G. Gaspar

CAPA: Jeremias Bandarra (Designer)

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave – Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal n.º 12 442/86

ISSN: 0873-335X

Sumário

Abertura	7
Maria da Luz Nolasco	
As Elites Locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924	9
Manuel Ferreira Rodrigues	
Francisco Augusto da Silva Rocha	47
Manuel Ferreira Rodrigues	
Freguesia da Glória – Saudades de Progresso	59
Gaspar Albino	
Coisas velhas para os novos	68
Fausto Ferreira	
Da Boca e do Coração das Gentes da Beira-Mar	69
Maria Gabriela Amorim Faria	
Evocação da Diáspora Sefardita no Quinto Centenário do Decreto Manuelino de Expulsão dos Judeus	73
António de Vasconcelos Nogueira	
Noticiário	83

Sumario

bibRIA

Abertura

Cabe-me o dever de redigir algumas palavras que sirvam de abertura ou de póstico para mais um número do *Boletim Municipal de Aveiro*. Com alguma regularidade, apesar dos arreliaadores atrasos alheios aos Serviços de Cultura da Câmara Municipal, o leitor tem à sua disposição uma revista que lhe proporcionará reflexões, recordações e outros conhecimentos sobre Aveiro, mercê do trabalho de alguns, especialmente dos autores dos artigos.

Manuel Ferreira Rodrigues evoca proficientemente, como ele o sabe fazer, a relação entre as elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, desde a sua origem até ao ano de 1924, e dá-nos importantes achegas para a biografia de alguém que foi preponderante na criação e na vida da referida Escola – o Arq. Francisco Augusto da Silva Rocha, professor, arquitecto e gestor.

Gaspar Albino não deixou de se ocupar da sua e nossa terra, como ela era antigamente; concluímos facilmente como, tantas vezes, o necessário progresso deixa-nos saudades de tempos e de coisas que desapareceram.

Maria Gabriela Amorim Faria quase que nos leva a passear entre as casas apertadas do bairro da Beira-Mar, no meio do afã do largo do mercado do peixe e no ambiente piedoso do adro de S. Gonçalinho; mas não só, porque também nos proporciona diversas ementas da gastronomia tradicional.

Fausto Ferreira, por seu turno, gosta de transmitir aos novos coisas velhas de Aveiro; assim se continuam os elos da história comum.

António de Vasconcelos Nogueira, num relance bem documentado, faz-nos viver o drama dos Judeus, após o decreto régio de 1496 que os expulsou de Portugal, forçando-os ao baptismo católico ou à diáspora; o leitor, graças a este estudo, recordará o fulgor intelectual e científico de tantos israelitas, bem como, noutra contexto, o altruísmo ético de Sousa Mendes em favor dos proscritos pela ditadura nazi, quando, no ano de 1940, foi cônsul em Bordéus.

Não posso deixar de agradecer a estes generosos colaboradores que, para além das suas ocupações profissionais, ainda dispõem de tempo e disposição para nos transmitirem muito do seu saber e da sua experiência. Bem hajam todos.

Dezembro de 1996.

A Vereadora do Pelouro da Cultura,



(Dra. Maria da Luz Nolasco)

bibRIA

Este número do Boletim Municipal de Aveiro chega às mãos dos leitores com o atraso de alguns meses; do facto, pedimos desculpa.

Fica-nos a satisfação de lhe dar continuidade, para bem de Aveiro e da cultura.

Jaime Borges
(Vereador do Pelouro da Cultura)

As Elites Locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924

Manuel Ferreira Rodrigues

*Esta escola é o verdadeiro liceu do Povo;
belo estabelecimento,
onde, de analfabetos, se têm feito grandes artistas¹.*

Introdução

Dando continuidade ao estudo sobre o ensino técnico-profissional em Aveiro, cuja primeira parte, referente ao período compreendido entre 1867 e 1893, foi publicada neste Boletim Municipal², o presente trabalho – que constitui uma versão truncada de um texto mais longo – debruça-se sobre alguns aspectos marcantes da vida da Escola Industrial Fernando Caldeira, nas primeiras três décadas de existência.

Apesar das várias reformas (e contra-reformas) decretadas nesse período, as balizas temporais deste trabalho são mais fiéis aos seus efeitos na Escola Industrial Fernando Caldeira do que à natureza e importância que tenham tido no Ensino Industrial, em sentido lato, na medida em que condicionantes conjunturais locais várias, de algum modo alheias à tutela governamental – como as peripécias para a instalação da Escola em condições adequadas –, viriam a afectar decisivamente a vida e a natureza desta instituição.

Dada a exiguidade do espaço optei por realçar a forma como os diversos sectores da vida da cidade olhavam o ensino técnico. Constitui, pois, um olhar mais focado no ambiente em que a Escola actuava do que sobre o que nela efectivamente se ensinava e aprendia. Explica-se, assim, o recurso à abundante e decisiva informação esquecida nas frágeis páginas dos periódicos locais, que seria cruzada com a informação de arquivo – do Arquivo Histórico Municipal de Aveiro e do Arquivo da Escola Secundária N.º 1, especialmente.

O elevado número de referências ao ensino técnico na imprensa local em Aveiro, no período considerado, contrasta com a sua quase inexistência nas décadas anteriores à fundação da Escola. Esse facto testemunha, só por si, a grande importância que os diversos grupos sócio-políticos da cidade atribuíam à Escola, entendida como instrumento de desenvolvimento da

região. Essa atitude contrasta fortemente com o silêncio da imprensa local, nas duas décadas seguintes.

1. A criação da Escola de Desenho Industrial

As pressões da década de 1880, para se instituir uma Escola de Desenho Industrial, não abrandaram na última década deste século. Os acontecimentos políticos e económicos dos primeiros anos não terão permitido dar novos passos nesse sentido. No entanto, em meados de 1893, pouco tempo antes da visita do ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, a Câmara Municipal de Aveiro, influenciada pelas empresas cerâmicas, voltaria a solicitar ao poder central a criação de uma escola, «anexa ao Asilo». A gestão municipal do Asilo-Escola abria, assim, caminho a uma solução nova para levar o Governo a criar a escola industrial: não mais seriam exigidos esforços às tão debilitadas finanças do País para a instituição da Escola, pedir-se-ia, tão-só, autorização para a sua criação como reforço da formação dos alunos do Asilo.

A empatia político-partidária do grupo dirigente da Câmara Municipal com o Governo constituía uma porta aberta para a criação da Escola. Verifica-se, desde então, uma evidente simpatia com essa ideia, sustentada por um amplo consenso gerado em torno da urgente necessidade da instituição de uma escola industrial para o efectivo aproveitamento dos recursos da cidade e região envolvente. Também o facto de outras cidades e vilas de menor projecção política e económica terem há muito uma escola industrial era visto como uma afronta à Cidade e à Região, e aproveitado pela imprensa local para pressionar o poder municipal. No entanto, a possibilidade de despromoção do liceu local, batalha em que o professor Elias Fernandes

Pereira – figura de relevo na criação da primeira escola industrial de Aveiro – viria a tomar parte³, e o grave assoreamento da Ria no início da década de Noventa⁴ terão favorecido a aceitação de uma solução menor para a instituição da desejada Escola Industrial.

Mesmo assim, a mobilização de vários sectores da vida da cidade é imparável e inequívoca. É esse, pois, o sentido da concorrida reunião pública, realizada nos Paços do Concelho, para «pedir ao Governo a criação de uma escola de desenho industrial em Aveiro»⁵.

Em 28 de Outubro, dez dias depois dessa reunião e antevéspera da visita do ministro Bernardino Machado, reúne-se a vereação em exercício. Na petição dirigida ao Rei, a direcção do município expõe um largo conjunto de razões para sustentar a sua pretensão, escorando os argumentos na deficiente formação dos alunos do Asilo, dissimulando uma explícita defesa dos interesses das fábricas de cerâmica da região, bem como das olarias e oficinas de carpintaria e marcenaria.



1. Carlos Melo Guimarães

Convém sublinhar que, embora não tenha sido encontrado qualquer testemunho do envolvimento directo dos industriais da região, a vereação, então dirigida por Jaime de Magalhães Lima, era composta por um conjunto de personalidades diversamente ligadas às fábricas de cerâmica. Um dos vereadores, Carlos da Silva Melo Guimarães, era o proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova. Esse facto permite explicar

a clareza do texto da petição municipal: «Considerando que o Asilo-Escola até hoje nada fez com o fim de instruir os seus alunos nas artes cerâmicas, quando a proximidade de duas fábricas tão importantes como a de porcelana da Vista Alegre e a de faianças da Fonte Nova, onde concertiza se ocupam mais de quatrocentos operários, naturalmente indicava essa arte como uma das que melhor poderiam garantir a futura colocação dos asilados; considerando mais o interesse dessas mesmas indústrias, não só nas referidas fábricas mas também fora delas, pois é sabido quanto nesta região são numerosas as pequenas oficinas de oleiro e quanto, ao mesmo tempo, escasseiam os operários habilitados para esse mister; julgou a câmara municipal deste concelho de Aveiro que, *enquanto não pode completar o ensino prático dos asilados, prestaria bom serviço ao Asilo e à indústria criando, desde já, uma aula de desenho industrial que facilmente acreditaria os alunos do Asilo como bons pintores e modeladores aproveitando ao mesmo tempo aos estranhos ao asilo pela admissão às lições da Escola de um pequeno número de operários, conforme a capacidade do edifício e as necessidades do ensino*»⁶.

O documento referido torna claro o forte empenhamento da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre para a criação da Escola e testemunha o significado da pressão exercida pela opinião pública local. Depois de demonstrada a necessidade urgente de criação da Escola, a referida petição procura mostrar ao governo a viabilidade económica do projecto, procurando remover todos os obstáculos à sua concretização: «E tal foi o acolhimento que essa ideia encontrou no público e nos interessados que logo foram oferecidos à Câmara importantes donativos para tal fim, sobressaindo, entre todos, o da Fábrica da Vista Alegre que põe à disposição do Asilo, por empréstimo, a mobília, modelos, e mais material da escola de desenho que em tempo existiu na mesma fábrica, e concorre com 50\$000 réis para a sua instalação»⁷.

Chega mesmo a ser proposto o nome do professor para a Escola – o que veio a verificar-se –, parecendo desejar-se apenas a sua aprovação: «para coadjuvar tão vantajoso empreendimento, ordene Vossa Majestade pelos seus Ministros que Francisco Augusto da Silva Rocha, desenhador efectivo do quadro das obras públicas seja nomeado para, em comissão, reger uma cadeira de desenho industrial no Asilo-Escola Distrital de Aveiro, sem prejuízo da sua colocação no quadro, vencimentos, gratificações, promoção e quaisquer outras vantagens inerentes aos empregados da sua categoria»⁸.

Não foi possível saber, por enquanto, por que razão a direcção da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre fechou a sua escola privativa – que mantinha desde a sua fundação –, empenhando-se com tanta perseverança na criação da Escola de Desenho Industrial em Aveiro. Note-se que esta empresa fica situada, como se sabe, a cerca de uma légua de Aveiro. Obrigava-

-se, assim, a despender esforços e dinheiro para assegurar a frequência dos seus pintores e porcelanistas, entregando (em situação de crise) ao Estado a escolha do modelo de formação profissional dos seus pintores e modeladores.

Parece, pois, que a falta de pintores nas fábricas de cerâmica, o significado económico e social das actividades artesanais e industriais na região, bem como as dificuldades financeiras da década de Noventa, acabaram por ditar a «opção», apesar das grandes dificuldades financeiras do cofre municipal⁹. Já não se pedia uma «escola industrial», mas tão-só uma «aula de desenho industrial», nas instalações do asilo. E foi nessas condições que o poder central anuiu à criação da Escola de Desenho Industrial de Aveiro, na qual se ministraria «o ensino do desenho geral e industrial».

Em 30 de Agosto de 1893, quase dez anos depois do início dos estudos sobre a situação da barra de Aveiro – e que conduziriam à construção do Farol da Barra –, o ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bernardino Machado (1851-1944), chegou a Aveiro a fim de inaugurar o farol e poder inteirar-se dos progressos realizados na barra e na ria, bem como nos acessos àquela região¹⁰.

Depois de ter passado pelo edifício do Liceu (onde estavam instalados diversos organismos do Estado), e pelo extinto Convento de Jesus, Bernardino Machado (1856-1899) visitou a Fábrica de Louça da Fonte Nova. Dirigiu-se, depois, a casa de Jaime de Magalhães Lima, donde saiu para visitar as «piscinas» de Edmundo Machado, em Santiago; dali, partiria para a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, onde lhe seria oferecido um *lunch*¹¹.

Durante essa visita ministerial, os empresários das Fábricas da Vista Alegre e da Fonte Nova – fábricas que eram sempre incluídas nos programas das visitas ministeriais – viram coroados de êxito os seus esforços de muitos anos para a instituição de uma escola de desenho industrial nesta cidade.

No último dia da visita, o ministro prometera a Carlos da Silva Melo Guimarães, proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova, a criação da Escola; depois da visita à Fábrica da Vista Alegre – onde o professor de Desenho, Francisco A. Silva Rocha também insistira junto do ministro, mostrando a falta que fazia a escola –, Bernardino Machado repetiria a promessa¹². E a Escola de Desenho Industrial de Aveiro seria finalmente instituída por decreto, em 28 de Outubro desse mesmo ano¹³.

Na sequência da publicação do referido decreto, o Governo Civil de Aveiro dirige à direcção do município, um ofício, citando o diploma, esclarecendo as inéditas condições de instituição e funcionamento da escola: atendendo ao pedido da Câmara «e em harmonia com os recursos do Estado é concedido à Câmara auxílio para a fundação de uma escola industrial, que aquela corporação pretende criar no Asilo-Escola Distrital, na qual se ministrará o ensino do desenho geral e in-

dustrial, competindo à Câmara a administração disciplinar e financeira e ao dito Ministério a direcção e inspecção técnica da escola»¹⁴. Acrescenta o referido documento que, «de acordo com a mencionada Câmara, se formule o regulamento necessário para o bom funcionamento da escola»¹⁵.

Trata-se de uma situação nova e excepcional, como bem notou Mário Alberto Nunes da Costa: «A iniciativa local, particular ou autárquica, leva também em Portugal, mas por excepção, à criação de escolas de ensino industrial, já para o final do século. Em Outubro de 1893, a duas autarquias locais, designadamente a da Figueira da Foz e a de Aveiro, foram concedidos subsídios governamentais para a criação de escolas industriais e comerciais, com administração disciplinar e financeira das respectivas câmaras municipais e direcção e inspecção técnica do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria»¹⁶.

Na prática, esse esquema organizativo não seria cumprido. Quer a debilidade das finanças municipais, quer as dificuldades da estrutura da Inspeção das Escolas Industriais em lidar com uma situação de poder partilhado não permitem dizer que a administração disciplinar e financeira é assegurada pela Câmara, como fora previsto. Dias depois, por proposta do presidente do Município, é decidido solicitar um alargamento do auxílio do Governo para a criação da Escola ao «pagamento das despesas em que a iluminação da aula importa»¹⁷. Algum tempo depois, António Arroio, «o inspector das escolas industriais, cónscio dos limitados recursos do município, intercedeu junto do Governo e conseguiu que este fornec[esse] casa, mobília e outros artigos necessários ao funcionamento do estabelecimento»¹⁸. Por outro lado, nada se fazia sem António Arroio. Quando chegou o mobiliário para Escola, a imprensa local dizia: «Por não serem suficientes os objectos chegados, autorizou o Sr. Dr. António Arroio que os que fossem necessários se fizessem em Aveiro, procurando-se todavia o menor custo possível»¹⁹. Outros aspectos relacionados com a gestão da Escola, como se demonstrará, patenteiam a dificuldade que ambas as partes tiveram em assumir o que fora estipulado no decreto fundador.

Apesar das dificuldades da Câmara Municipal para assegurar o cumprimento da administração disciplinar e financeira da Escola de Desenho Industrial, o modelo seria retomado três anos mais tarde, quando é criada a Escola de Magistério Primário, em Aveiro (embora esta escola só tivesse começado a funcionar em Novembro de 1898)²⁰, e são assumidos compromissos vários para a construção de imóveis vários e pagamento das remunerações aos seus professores, Elias Fernandes Pereira e P.^o Marques de Castilho. No diploma governamental, a nomeação do respectivo pessoal e o funcionamento da Escola do Magistério Primário ficavam dependentes do fornecimento, pela Câmara Municipal, de instalações adequadas e do necessário material escolar»²¹. A sua criação fora requerida pela vereação em exercício, em 1896,

mas depressa se viu – essa vereação como as que se lhe seguiram – a braços com críticas de todos os lados pela incapacidade para suportar os custos de instalação e funcionamento, sendo mesmo acusada de falta de seriedade política²².

Depois de se ter batido pela criação da Escola do Magistério, a Direcção do Município verificou publicamente que os 1.500\$000 réis indispensáveis para a sua instalação constituíam um fardo muito pesado para os débeis rendimentos municipais²³. Em 1898, a imprensa evocava, até, o Código Administrativo para obrigar a Câmara a assumir as responsabilidades pela indevida instalação da Escola do Magistério, na medida em que, depois de criada, a Câmara «consignou no seu orçamento a verba precisa para acorrer a todas as despesas que, em virtude da lei, era obrigada a custear. O orçamento foi devidamente aprovado. Do que provém tamanha demora? Por que se faz aí guerra surda ao que é de reconhecido interesse público?», perguntava, inconformado, o *Campeão das Províncias*²⁴.

Como se vê, os encargos assumidos pela Câmara com a Escola do Magistério Primário viriam agravar, ainda mais, as condições de financiamento das actividades da Escola de Desenho Industrial.

2. A instalação da Escola Industrial de Aveiro

As razões da demora da instalação da Escola, apesar de compreensíveis nas suas linhas fundamentais, não são ainda muito claras. Nos escassos testemunhos disponíveis ressalta apenas uma certa descoordenação entre a Câmara Municipal e a Inspeção das Escolas Industriais do Norte.

Em Março de 1894, em ofício à Inspeção das Escolas Industriais da Circunscrição do Norte, de acordo com o pedido do professor da Escola, a Câmara pediu o envio de diversos objectos «indispensáveis na referida escola: 12 pranchetas móveis (estiradores), sendo 6 pequenos e 6 das maiores; 6 réguas de T; 6 estojos de desenho; 12 esquadros, sendo 6 de 0,40 m e 6 de 0,20 m de altura; modelos das 5 ordens de arquitectura; modelos de «steratomia»; modelos para explicar geometria descritiva e 40 modelos com aplicações ao desenho ornamental e modelagem»²⁵.

No início de Junho de 1894, mostrando-se preocupada, a Direcção do Município resolve solicitar ao inspector das escolas industriais «a factura e remessa do Regulamento que ficou de elaborar para a Escola de Desenho Industrial desta cidade, e designação do dia da abertura da mesma»²⁶. Pela sua parte, a Câmara declara, no texto da acta dessa reunião, já «há muito ter destinado casa, mobília e professor»²⁷. No entanto, como a resposta da administração central tardasse, pouco segura das promessas, a Câmara insiste: «continuando a considerar-se

urgente para o desenvolvimento das indústrias locais e funcionamento da Escola de Desenho Industrial, e estando a inauguração dos trabalhos dependente unicamente da apresentação do regulamento respectivo, que V. Exa. quis ter o incómodo de elaborar, a Câmara a que tenho a honra de presidir resolveu em sessão de 13 do corrente solicitar de V. Exa. a apresentação do referido regulamento e a indicação do dia em que poderá ter lugar a inauguração»²⁸.

Por seu lado, a imprensa local ia pressionando a Câmara para que fossem removidos os obstáculos à instalação da Escola. «Da importância e dos resultados dessa utilíssima instituição é desnecessário falar ao espírito ilustrado da maioria dos vereadores. Por isso mesmo estranhámos o desamor, parecendo-nos ver nessa atitude um propositado desdém pela criação da referida escola», afirmava *O Povo de Aveiro*²⁹.

3. A inauguração da Escola

Em meados de Julho, António Arroio (1856-1934) desloca-se a Aveiro a fim de ultimar os preparativos para a inauguração da Escola³⁰. Parece que a decisão de inaugurar a Escola, no mesmo dia dos festejos comemorativos do 5.º aniversário da erecção da estátua de José Estêvão, fora tomada pouco tempo antes. A proposta de convite a Bernardino Machado apenas foi apreciada em reunião camarária de 1 de Agosto. O convite apenas foi endereçado no dia 8, dois ou três dias, portanto, antes da inauguração da Escola³¹.

Na proposta apreciada e aprovada pela Câmara Municipal de Aveiro, nessa sua reunião de 1 de Agosto, pode ler-se: «Considerando que a Escola de Desenho Industrial de Aveiro foi criada pelo Sr. Conselheiro Bernardino Machado em seguida à visita com que honrou esta cidade quando ministro da coroa; considerando que ao inaugurar-se a aula devida a tão notável homem de ciências quanto respeitável patriota não deve esquecer-se o seu fundador; considerando que recordar o seu nome é um dever de gratidão, proponho: 1.º que a Câmara Municipal de Aveiro convide o mesmo conselheiro Bernardino Machado para assistir à inauguração da mesma escola, por sua Exa. instituída»³². Mas, ou porque lhe foi impossível estar presente, ou porque o convite lhe foi endereçado muito tarde, o ministro não esteve presente nas cerimónias da inauguração.

A imprensa local acompanhou de perto os preparativos da festa comemorativa, marcada para 11 de Agosto. *O Povo de Aveiro* afirmava: «como se sabe, a Escola de Desenho Industrial vai ser inaugurada no período dos festejos de José Estêvão. Para isso procede-se activamente aos arranjos da casa onde deve ser instalada»³³. De facto, o espaço alugado pela Câmara para a instalação da Escola – um amplo rés-do-chão de um edifício, de que era proprietário o comerciante Domingos dos Santos

Leite, próximo do Hotel Vouga, no Cojo – só então sofreu as alterações necessárias para o efeito, sendo arranjado e engalanado³⁴. O mobiliário, vindo do Porto, apenas chegou uns dias antes da inauguração e só na véspera seria definitivamente colocado nos seus lugares³⁵.

Na inauguração, em 11 de Agosto de 1894, estiveram presentes António Arroio, inspector do ensino elementar, comercial e industrial e José Pimenta Telo (1841-1912), chefe da Repartição da Indústria do Ministério das Obras Públicas³⁶. Significativamente, a inauguração da *Escola de Desenho Industrial de Aveiro* foi integrada no longo programa de festejos a que a edilidade aveirense, em comunhão com todos os estratos da comunidade urbana, se associou, comemorando o 5.º aniversário da erecção da estátua de José Estêvão. A inauguração da Escola foi o acto primeiro de uma encenação colectiva, essencialmente simbólica (a que não faltou sequer a presença da família do sacralizado tribuno aveirense), reproduzindo, ao pormenor, a estrutura da sociedade aveirense de final de Oitocentos.

Vejamus como a imprensa local se referiu ao evento. «Aveiro está em festa para comemorar o 5.º aniversário da estátua» – dizia *O Povo de Aveiro*. Acrescentava, depois: «a solenidade começou pela inauguração da Escola Industrial, instalada numa dependência do edifício do Ilhote. À cerimónia assistiu grande número de convidados, vendo-se, entre estes, grande número de senhoras. Presidiu à instalação o Sr. Dr. Joaquim Telo, chefe da Repartição da Indústria, que pronunciou uma breve oração alusiva ao acto, durante o qual tocou a fanfarra do Asilo-Escola»³⁷.

Após a inauguração da Escola continuaram as diligências para a sua abertura em Outubro. Em finais de Setembro, num ofício dirigido à Câmara Municipal, o professor da Escola, Francisco Augusto da Silva Rocha, faz saber que «tendo de abrir-se no princípio de Outubro a Aula de Desenho Industrial, se torna urgente a colocação dos candeeiros para iluminação da referida aula»³⁸. Acrescenta que «o número de candeeiros não pode ser inferior a 6 tendo o poder iluminativo igual ao modelo enviado pela inspecção». Mais pedia que lhe fosse enviado um conjunto de utensílios pedagógicos. Poucos dias depois, quando já estava anunciada na imprensa a matrícula na Escola, Francisco A. Silva Rocha volta a insistir na necessidade do material pedagógico, bem como na iluminação da Escola³⁹, apesar das promessas da Câmara para a satisfação dessas necessidades⁴⁰.

Nesse ofício, o referido professor mostra alguma dificuldade em precisar o número de objectos a requisitar «por não se achar ainda aberta a matrícula». De facto, só em finais de Setembro é que se procedeu ao anúncio da abertura das matrículas. No anúncio da Inspecção das Escolas Industriais da Circunscrição do Norte, com data de 17 de Setembro, pode ler-

se: «Por esta inspecção se faz público que, desde o dia 20 do presente mês até ao dia 5 de Outubro, em todos os dias úteis, das 11 horas da manhã até às 3 horas da tarde e das 6 às 9 horas da noite, está aberta a matrícula para os cursos e disciplinas professadas na Escola Industrial de Aveiro»⁴¹.

Acrescentava o anúncio que as aulas teriam início no dia 8 de Outubro. No entanto, o primeiro dia de aulas só se verificaria em 17 de Novembro. Em ofício dirigido à Câmara Municipal de Aveiro, o Director da Escola dizia que lhe fora superiormente ordenado que a abertura da mesma se verificasse o mais rapidamente, acrescentando que, portanto, seria aberta «no sábado, 17 do corrente, para começarem os trabalhos na segunda feira da próxima semana»⁴². A imprensa local confirma essa data para o início das aulas⁴³.

O *Povo de Aveiro* deu larga notícia da abertura das aulas, conclamando «aqueles que têm a seu cargo estabelecimentos industriais» a envidarem esforços para que a frequência fosse elevada⁴⁴, regozijando-se, depois, pelo elevado número de inscrições: «mantém-se numerosa a afluência de alunos à Escola de Desenho Industrial, a ponto de ser necessário estabelecer a frequência por turnos e em dias alternados»⁴⁵. Acrescentava o jornal: «o número de alunos sobe a 87. Da Fábrica de Louça da Vista Alegre frequentam a Escola 18 operários, e do Asilo-Escola Distrital frequentam-na 16 rapazes»⁴⁶. As inscrições ultrapassaram, de facto, todas as expectativas.

4. Características sociais e etárias dos alunos

Os primeiros alunos desta escola, pelo seu significativo número como pela sua diversidade social e etária, espelham bem as pressões no sentido da criação da Escola, confirmando os argumentos das diversas representações dirigidas ao Governo.

Quadro 1
Profissões dos primeiros alunos

Pintor cerâmicos	20	Chapeleiros	2
Carpinteiros	13	Barbeiros	2
“Estudantes”	12	Porcelanistas	2
Alfaiates	10	Modeladores	2
Oleiros	10	Calafates	1
Marceneiros	8	Estucadores	1
Sapateiros	6	Tipógrafos	1
Caixeiros	6	Empreg. Públicos	1
Canteiros	3	“Veterinários”	1
Serralheiros	3	Entalhadores	1
Gravadores	2		

Entre os inscritos, contavam-se, na verdade, muitos operários da Fábrica da Vista Alegre, da Fábrica de Louça da Fonte Nova, do Asilo-Escola, «sendo, porém, o maior número pertencente à arte predominante na massa operária da cidade – a de carpinteiro»⁴⁷. A análise cuidada dos dados disponíveis confirma inteiramente o texto do periódico mais atento à fundação da Escola⁴⁸. Acrescentava o jornal de Homem Cristo que na matrícula se achavam representadas «todas as artes»⁴⁹. De facto, entre os primeiros 107 alunos inscritos no primeiro ano lectivo, há um muito variado leque de profissões, conforme se pode ver no Quadro I.

Uma análise atenta dos nomes e profissões dos inscritos revela que, inicialmente, da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre, estavam inscritos cerca de 14 alunos; 15, da Fábrica de Louças da Fonte Nova, e 12, do Asilo-Escola Distrital; a maioria (66) tinha proveniência variada (podendo, também, haver mais trabalhadores das fábricas indicadas). Assim, atentemos no quadro da proveniência geográfica destes primeiros alunos:

Quadro II
Origem geográfica dos primeiros alunos

Aveiro (Glória)	46	Mogofores	2
Aveiro (Vera-Cruz)	24	Sever do Vouga	1
Ílhavo	15	Vila da Feira	3
Esgueira	1	Lamego	1
Aradas	1	Penafiel	1
Vagos	1	Límoges	1
Albergaria-a-Velha	1		

As suas idades oscilavam entre os 10 e os 35 anos, embora a maioria se situasse entre os 10 e os 20 anos de idade, conforme o Quadro III.

Quadro III
Idade dos alunos

10 - 15 anos	30
16 - 20 anos	38
21 - 25 anos	8
36-30 anos	14
31 - 35 anos	4
Sem indicação	13

Em 1898 foram a exame 100 alunos⁵⁰.

5. Os professores

Entre 1893 e 1896, Francisco Augusto da Silva Rocha (1864-1957) foi o único professor da Escola. Pode dizer-se que a Escola Industrial nasce com ele, e, em muitos aspectos, dele

dependeria durante mais de três décadas. De facto, em ofício datado de 16 de Setembro de 1893, o Ministério das Obras Públicas notificava a Câmara Municipal de Aveiro: «Encarregame S. Exa. o Ministro de comunicar a V. Exa. que o desenhador Rocha será investido das funções de professor de *Desenho Elementar* na escola que a Câmara da digna presidência de V. Exa. vai criar na cidade de Aveiro»⁵¹. Silva Rocha é nomeado por despacho de 14 de Novembro de 1893⁵².

Francisco A. Silva Rocha é professor auxiliar de *Desenho Ornamental*, do 1.º e 2.º anos⁵³. Em 1891, é indicado como um dos três desenhadores da Direcção das Obras Públicas da cidade⁵⁴. Em 1898 leccionou, como «Professor interino de Desenho», provisoriamente, no Liceu de Aveiro. Em 1898 recebe «carta vitalícia [...] como Desenhador [de 2.ª classe] das Obras Públicas».

Atenta às preocupações do professor da Escola, a Câmara Municipal solicita a nomeação de um outro professor, o alargamento do espaço escolar e a aquisição de material pedagógico. No início de Outubro, em resposta ao ofício do Município, Arroio propõe à Repartição da Indústria que fosse «nomeado um professor de *Desenho Ornamental* para a escola industrial desta cidade»⁵⁵.

Dias depois, confirmando o ofício anterior, António Arroio notifica a Câmara Municipal de Aveiro de que, por despacho ministerial de 31 de Outubro de 1896, fora nomeado António Rodrigues da Silva, antigo professor e director da Escola Gonçalo Velho Cabral, o qual passaria «a ocupar igualmente o lugar de director» da Escola de Desenho Industrial de Aveiro⁵⁶, podendo ser substituído, na sua ausência, por Francisco Augusto da Silva Rocha⁵⁷.

Juntar-se-lhes-ia, em 12 de Janeiro de 1898, o mestre alemão, Carlos Hugo Richter, mestre e professor de *Desenho aplicado à Cerâmica*, que leccionara na Oficina de Cerâmica das Caldas da Rainha⁵⁸.

Todos os professores, assegurando os dois turnos por que repartiram os alunos da Escola, ganhavam 400\$000 réis.

Em 23 de Fevereiro de 1911, no âmbito das alterações produzidas na Escola pela instauração da República, Francisco Augusto da Silva Rocha cede o lugar a João da Silva Matos, da Escola Campos de Melo, da Covilhã, que o substitui como director e professor da primeira disciplina, por despacho de 7 desse mês e ano⁶⁰. Silva Rocha fora transferido, por decreto de 12 de Outubro de 1912, para a Escola Industrial Bernardino Machado, na Figueira da Foz e só regressaria à sua escola no primeiro dia de Novembro desse mesmo ano⁶¹. Nessa altura, dizia *O Correio de Aveiro*: «foi restituído ao seu lugar de professor e director da Escola Industrial de Aveiro, onde prestou relevantes serviços desde a sua instalação, o nosso amigo Francisco Augusto da Silva Rocha, que acerca de um ano foi transferido para a Figueira da Foz. *Reparou-se assim um mal-entendido que ouvimos*

várias pessoas comentar, pois conheciam as aptidões do Sr. Silva Rocha e a sua dedicação àquele estabelecimento a que deu a vida e sempre prestou incontáveis serviços que nem todos podem prestar»⁶².

Em Março de 1914, no contexto das alterações de que a Escola beneficiou, tomou posse Joaquim Gomes, até aí, professor da Escola Pedro Nunes, em Faro, para reger a cadeira da segunda disciplina, *Desenho Ornamental*⁶³.

Em Novembro desse ano de 1914, é empossado como professor efectivo da décima disciplina (*Noções Gerais de Comércio, Escrituração e Cálculo Comercial*), o professor Alfredo Sanches Barjona de Freitas⁶⁴.

Os lugares eram postos a concurso e preenchidos com o parecer de Silva Rocha. Este valorizava a competência científica dos pretendentes ao lugar, fazendo, em relatório, um retrato das capacidades de cada concorrente.

Elias Fernandes Pereira era, na opinião de Silva Rocha, «um notabilíssimo professor de ciências naturais e com a especialidade da Matemática»⁶⁵. Em finais de 1917, Elias F. Pereira, professor da IV disciplina, tinha problemas de saúde – «devido também à sua avançada idade» – o que iria conduzir a Escola à sua substituição. Para o seu lugar, Silva Rocha vai propor o nome de José Casimiro da Silva⁶⁶.

De José Pereira Tavares, Silva Rocha diz: «posso dar as melhores informações porque o conheci como discípulo e agora como professor, sendo na instrução primária como na superior um aluno muito distinto»⁶⁷.

Os professores propostos para o ano lectivo de 1917-1918 eram os que constam do Quadro IV⁶⁸.

Quadro IV

Dr. Eduardo Silva	3. ^a
José Casimiro da Silva	4. ^a
Dr. José Pereira Tavares	5. ^a
Dr. Agostinho de Sousa	6. ^a
Dr. Duarte de Melo Figueiredo	7. ^a

A reforma do ensino industrial e comercial, de 1918, iria impor o aumento substancial do número de docentes.

O quadro do «Pessoal Menor» da Escola contava com dois funcionários: Martinho da Mota, guarda, e João da Silva Santos, servente, com 180\$000 e 144\$000 de remuneração, respectivamente⁶⁹.

6. A vida da Escola entre 1893 e 1897

Até 1897, a direcção da Escola ficou, como se disse, repartida entre a Câmara e a Inspeção das Escolas Industriais da Circunscrição Norte. Mas o entendimento entre as duas

instituições, desde início, permitiu à Câmara alijar algumas das suas responsabilidades, desde que cumprisse com as suas incumbências. No início do terceiro ano de funcionamento, o inspector Aníbal de Sousa Rego agradece à Câmara o louvor lançado em acta, «pelos resultados finais na Escola de Desenho Industrial». Acrescenta o mesmo ofício que os resultados obtidos se deviam, em grande parte, «ao apoio que tenho encontrado na Exma. Câmara, a qual não se tem eximido às necessárias despesas tanto de expediente como de aquisição de modelos e material pedagógico, donde muito depende o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos»⁷⁰.

No entanto, os programas para o ano lectivo de 1898-99 foram organizados na Escola pelo seu conselho⁷¹. Os programas são iguais, exceptuando o de *Desenho Ornamental*, do 3.º ano, que passa a contar com a *Modelação* e o trabalho em Cerâmica.

Por outro lado, esta escola estava «considerada autonómica»⁷². No entanto, a autonomia nunca passaria dos discursos. Nada podia ser decidido sem a autorização da Repartição da Indústria. Mesmo os aspectos comezinhos relacionados com justificação de faltas do pessoal auxiliar impunham a consulta à referida Repartição. A situação criava alguma incomodidade, expressa nas cartas expedidas: «Esta escola está com três professores os quais constituem o Conselho Administrativo, devendo, portanto, gozar da autonomia administrativa que lhe é conferida pelos art.ºs 73.º e 74.º do supracitado decreto [1897.12.14] e poder dispor de verba autorizada por carta de lei de 3 de Setembro de 1897 a que se refere o decreto do mesmo mês e ano»⁷³.

O ano de 1897 parece constituir, efectivamente, um marco na vida Escola. A documentação compulsada permite pensar que o ano seguinte – o de 1898 – já foi de facto um ano «normal».

7. A polémica do nome da Escola

Em 1884, por proposta de Francisco da Fonseca Benevides, inspector do ensino industrial da Circunscrição do Sul, é publicado um decreto que atribui, às escolas criadas naquela circunscrição, nomes «daqueles que mais se desvelaram nos progressos industriais e das artes, ou se immortalizaram pelos monumentos que traçaram ou mandaram traçar, ou pelas belezas artísticas que produziram»⁷⁴. Assim, a escola de Alcântara passou a chamar-se Escola Marquês de Pombal, a de Tomar, Escola Jácome Ratton, a da Covilhã, Escola Campos de Melo, etc. Mas os critérios, já de si bastante latos, foram sendo interpretados de forma muito variada, mais em consonância com as ideologias e as correlações de forças no momento das atribuições dos nomes aos diversos estabelecimentos. Foi assim que a escola de Faro se chamou Pedro Nunes e a de Braga, Frei Bartolomeu dos Mártires.



2. José Ferreira Pinto Basto

Em Aveiro, até 1897, nunca a Escola ostentou outro nome senão o de Escola de Desenho Industrial de Aveiro ou, tão-só, Escola Industrial de Aveiro. Com a reforma de 1897 inicia-se, nos jornais, uma polémica, de que se não conhecem com pormenor todos os contornos, para a escolha e atribuição de um patrono.

Uma das propostas, defendida pelo *Campeão das Províncias* – proposta de Marques Gomes? –, apresentava o nome de José Ferreira Pinto Basto (1774-1839), fundador da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre. Escorava-se no facto de ter sido «o primeiro industrial português», bem como no importante papel da Fábrica da Vista Alegre na fundação da Escola de Desenho Industrial de Aveiro. Era, em meu entender, uma proposta acertada, em conformidade com o espírito do referido decreto.

Mas foram aventados outros nomes como o de Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), do cronista Damião de Góis (1502-1574), do aveirense Aires Barbosa (1740?-1540), do presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Manuel Firmino de Almeida Maia (1824-1897) e de outros políticos aveirenses, como Luís Cipriano, Bento de Magalhães, Mendes Leite, Sebastião de Carvalho Lima, entre outros!

Acabou por se chamar, como se sabe, Fernando Caldeira. A decisão foi tomada pelo Governo, certamente por sugestão do Conde de Águeda, Albano de Melo, então governador civil de Aveiro. A *Soberania do Povo*, defensora desta opção, politicamente adversária do *Campeão das Províncias*, envolve-se em

polémica com este periódico aveirense, «defendendo a sua dama». Dizia aquele periódico de Águeda: «A Escola de Desenho Industrial de Aveiro foi convertida em escola industrial e profissional, passando a denominar-se – *Escola Fernando Caldeira* –, foi aumentada com as disciplinas de *Português, História e Geografia, Matemática Elementar, Física Mecânica e Modelação*»⁷⁵.

Mas a polémica chega, também, aos jornais da capital. A *Tarde* aplaude a escolha de Fernando Caldeira: «achamos inteiramente justa essa homenagem à memória do homem ilustre que escreveu a *Mantilha de Renda*, as *Nadadoras*, a *Madrugada*, e outras obras de elevado mérito literário»⁷⁶. O *Jornal do Comércio* alinha, também, pela escolha feita.

Por seu lado, *O Século* manifestava-se em desacordo com a escolha. «O “Século” estava mal informado» – dizia a *Soberania do Povo* – «quando disse que em Aveiro tinha sido mal recebido o nome de Fernando Caldeira dado ultimamente à Escola Industrial. Em Aveiro ninguém fez questão do nome. Até nos informam de que o nome Fernando Caldeira foi lembrado por um aveirense dos mais ilustres»⁷⁷.

Para o *Século*, «numa escola onde se ensina cerâmica, era justo que lhe fosse dado o nome de qualquer destes industriais e beneméritos [José Ferreira Pinto Basto e Manuel Firmino de Almeida Maia], como homenagem do poder público a suas ilustres memórias»⁷⁸. Para o *Campeão das Províncias* «assentava melhor o nome do grande industrial José Ferreira Pinto Basto, fundador da Fábrica da Vista Alegre, do que o de um poeta embora mavioso, ou de um pescador de sardinhas, cuja celebridade chegou ao domínio das gazetas»⁷⁹.

José da Conceição, que assinava os artigos da polémica na *Soberania do Povo*, dizia: «tive, é verdade, um dia a coragem de ler a *Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa, mas devo declarar que me interessou mais o valor literário desta obra do que o seu merecimento histórico. Não nego, por isso, que Frei Bartolomeu dos Mártires prestasse em vida serviços à indústria que, se a esse tempo existia entre nós, devia ser rudimentar. Tão pouco nego que a Damião de Góis deva o País “grande companhia de bons serviços” nem que ele seja natural de Alenquer. Serviços à indústria prestamo-los todos nós [...]. Serviços ao País e desinteressados têm-nos prestado muito boa gente que morre no olvido. E o “Campeão” não pode negar que Fernando Caldeira prestasse ao País serviços de reconhecido valor. Prestou-os às artes, à política, à literatura, e à indústria até»⁸⁰. Do outro lado seguiu a resposta.

Fernando Caldeira morreu no Verão de 1894, pouco depois de Oliveira Martins. Em 1884, dele dizia o republicano *Povo de Aveiro*, testemunhando um largo consenso em torno do seu nome: «o mimoso poeta Fernando Caldeira, uma das glórias do nosso distrito, foi nomeado sócio-correspondente da Academia

Espanhola»⁸¹. O mesmo periódico referiria a morte do malgrado poeta⁸².

8. As disciplinas e os programas

As críticas à predominância de um ensino «teórico» encontraram eco fora do espaço físico da Escola, desde os primeiros anos da sua existência. De qualquer modo, importa salientar que, independentemente das pressões que algumas indústrias e estabelecimentos comerciais tenham exercido, as posições de alguma imprensa periódica estão relacionadas com as alterações introduzidas no ensino liceal. No ano lectivo de 1906-1907, no liceu local, «adoptou-se o ensino objectivo e experimental nas aulas de ciências físicas e naturais e em algumas de *Geografia* (2.ª, 4.ª e 5.ª classes), quando as pequenas colecções do museu zoológico e do gabinete de Física permitiram, e quando foi possível sair em excursões de estudo»⁸³.

Em 1907, no *Distrito de Aveiro*, pode ler-se: «No distrito, e em especial nesta cidade, são as fábricas de porcelana e cerâmica os estabelecimentos fabris que maior importância têm e que neles se têm evidenciado artistas de grandes merecimentos, adquiridos unicamente pelos seus próprios recursos. Alguns trabalhos da Fábrica da Vista Alegre e da [Fábrica de Louça da] Fonte Nova comprovam brilhantemente as nossas palavras [...]. Completando o ensino teórico, único que se ministra na Escola Fernando Caldeira, com a criação de mais duas ou três cadeiras, estabelecer-se-iam oficinas de aprendizagem, porque só assim o operário conseguirá sair dali com completo conhecimento da arte [...]»⁸⁴. Acrescentava o referido periódico: «a Escola Industrial de Aveiro devia compreender o ensino da *Física Geral e Aplicada*, a *Química Geral e Aplicada*, a *Mecânica Industrial*, o *Desenho Linear e aplicado à indústria e Higiene*, *Aritmética Comercial*, além das oficinas de modelação, forno, barro e forja [...]».

Para que o ensino prático fosse possível, o mesmo periódico [pela mão de Samuel da Maia?] sugere até a instalação das oficinas da Escola na velha Fábrica do Cojo, que havia encerrado em 1907 e ficava mesmo ao lado do novo edifício da Escola de Desenho Industrial.

9. A instituição do Curso de Comércio

Da exigência do ensino comercial ficaram ecos eloquentes na imprensa local, no início deste século. Essa exigência integra a reivindicação de um ensino «prático» e é conexas com o aparecimento de um significativo número de estabelecimentos comerciais na cidade e nas freguesias vizinhas. Em 1898, a Associação Comercial e Industrial de Aveiro manifesta o desejo de ver a cidade «contemplada com uma escola elementar de

comércio»⁸⁵. O assunto voltaria a ser discutido em 1901. Em 1905, quando grande número de comerciantes e industriais se tornam sócios dessa agremiação, é dirigida uma exposição ao governo sobre «a necessidade de se criar uma aula de escrituração comercial, anexa à Escola Industrial»⁸⁶. Nessa «representação», os subscritores sublinham: «É sabido e, por muito evidente, dispensa este ponto insistência, que hoje o comércio, para ser proveitoso, não pode dispensar uma larga instrução profissional [...]. Ora acontece que Aveiro não tem uma única escola de comércio, apesar do seu desenvolvimento mercantil interrompido durante dezenas de anos. Tem, porém, uma escola de desenho industrial, que, fundada há poucos anos, viu nascer a frequência a ponto de que se maior não tem, é porque a sua capacidade mais não comporta. Será fácil alargá-la, estabelecendo aí mesmo, como anexa, uma escola elementar do comércio»⁸⁷.

Nos anos seguintes, a mesma agremiação volta a insistir, por diversas vezes, na necessidade de criação de uma «aula elementar de comércio» anexa à Escola Industrial, sublinhando, também, o facto de esta carecer de «oficinas de carpintaria e cerâmica adequadas às aplicações práticas do ensino do desenho»⁸⁸. Desde então, as pressões vieram de todos os sectores, evidenciando o incremento das actividades industriais e comerciais que se faziam sentir na região, ou, pelo menos, mostrando que os periódicos locais estabeleciam uma relação de causa e efeito entre o ensino profissional e o crescimento económico.

Em 1909, o deputado António Rodrigues Nogueira, relator geral da Comissão do Orçamento, apresentou, numa sessão da Câmara de Deputados, «a representação da Câmara Municipal de Aveiro na qual se pede a dotação das cadeiras da nossa Escola Industrial já criadas no quadro respectivo, e ainda a criação de outras cadeiras e oficinas, que não estão designadas no referido quadro»⁸⁹. Na sua intervenção, o referido deputado sublinhou a importância da petição. Obteve uma lacónica resposta apenas⁹⁰.

A imprensa de todos os quadrantes políticos faz coro para que a Escola fosse dotada das disciplinas que, pelo decreto de 1901.12.01, tinham sido criadas. *O Aveirense* dá conta das movimentações e reclama contra a falta de disciplinas comerciais⁹¹.

Segundo o *Progresso de Aveiro*, o Monarca tinha sensibilizado o Presidente do Conselho para que a Escola Industrial de Aveiro – verdadeiro «Liceu do Povo» – fosse «dotada com as novas cadeiras, para a instrução das classes operárias de Aveiro»⁹².

A Associação Comercial e Industrial de Aveiro, de que era presidente, então, o Dr. Jaime Duarte Silva, convida Ernest Korrodí, a proferir uma palestra sobre o ensino industrial e

comercial com o claro objectivo de pressionar o Governo a dar cumprimento ao disposto no diploma de 1901. O arquitecto suíço, considerado e admirado em Aveiro (e amigo pessoal de Silva Rocha), nessa muito publicitada e concorrida conferência, defende o ensino profissional e a criação de novas cadeiras na escola de Aveiro, criticando duramente o Governo nesta matéria por beneficiar apenas Lisboa, «porque para preencher as cadeiras de Lisboa até se vão buscar às escolas de província os poucos professores que há lá»⁹³.

Korrodi entendia que «em Portugal não [havia] ensino profissional». Para este suíço radicado no nosso país, «a grande maioria das escolas de província, com excepção da de Coimbra, sendo na sua totalidade simplesmente escolas de Desenho, preenchem apenas um dos múltiplos aspectos que tem de visar o ensino industrial. Faltam-lhes professores destas especialidades e ainda pessoal auxiliar para completar a instrução profissional dos futuros artífices»⁹⁴.

Uma a uma, o director da Escola Industrial de Leiria, põe a nu as grandes falhas do sistema, denunciando (violentamente) os propósitos que animavam o Governo: 1. «O desastrado espírito de centralização» que «reduziu em poucos anos a uma caricatura a monumental reforma de Emídio Navarro». 2. Os preconceitos nacionalistas contra a contratação de professores estrangeiros: «só há uma maneira de dispensar na indústria portuguesa o estrangeiro, é chamar professores estrangeiros, como fez a Suíça e todos os países que quiseram adquirir a categoria de países industriais. O estrangeiro industrial não ensina. Conserva o segredo dos seus conhecimentos. Mas o estrangeiro professor ensina». E concluía: 3. «as escolas industriais, tais como estão, não criam mestres, dirigentes, enfim, industriais. Criam simplesmente artífices». Assim, o ensino, na sua totalidade, seria «organizado e orientado de forma a produzir somente serventuários do Estado». «Pode-se admitir que em estabelecimentos de ensino com programas iguais, com os mesmos direitos e os mesmos deveres, um professor ministre numas escolas o mesmo ensino pedagógico que noutras ministram três ou quatro?», perguntava. «Entretanto, o ensino profissional absorve a apreciável soma de 240 contos anuais, o que, para os recursos dum país exausto, representa um notável sacrifício»⁹⁵. O número de alunos decrescera entre 1895 e 1905. Entendia que não era necessário gastar *mais*, mas gastar *melhor*, «isto é, Portugal precisa sobretudo de criar *mestres de oficina, condutores de trabalho*»⁹⁶.

As diligências para dar cumprimento ao disposto no Decreto de 1901.12.01, não foram cabalmente coroadas de êxito. Dias depois, o *Progresso de Aveiro* dava notícia resignada da decisão tomada: «[...] apesar das grandes dificuldades que surgiram [...] sempre se conseguiu que a Comissão do Orçamento inscreva a verba necessária para as despesas a fazer com o provimento das cadeiras de física e química industrial, e com

a instalação da oficina de cerâmica»⁹⁷.

O orçamento aprovado pela Câmara dos Pares incluía «a verba necessária para pagar a dois novos professores»⁹⁸, que orçava em cerca de 1.200\$000, mas como o mesmo periódico dizia, e bem, «no orçamento só se incluiu a verba necessária para pagar aos dois professores. O Governo, porém, é que ficou com a liberdade de escolher as cadeiras que devem funcionar, à sombra da nova dotação inscrita no orçamento»⁹⁹.

A questão da escolha das cadeiras a criar iria provocar uma viva polémica, denunciando a natureza dos projectos, bem como o perfil dos seus apoiantes. Torna-se claro, também, que as questões da Escola passam a ser utilizadas, com mais frequência, como arma de arremesso na política local, denunciando a importância que o ensino industrial ocupa nos projectos políticos e nas clientelas locais. A questão, até aí, sempre remetida para as colunas do noticiário local, torna-se assunto de primeira página dos periódicos da cidade. O *Progresso de Aveiro* afirmava: «[...] Não quer isto dizer que a cadeira de *Escrituração Comercial* não seja útil e não seja necessária. Mas a verdade é que não se compreende como se possa aprender bem *Escrituração Comercial, Cálculo*, etc., sem se estar preparado com os *Elementos de Aritmética* da respectiva cadeira [...]. A própria Associação Comercial, com o pequeno sacrifício da quantia de 200\$000 réis, pode obter um professor que ensine os princípios de *escrituração* na Escola Industrial Fernando Caldeira»¹⁰⁰.

Por seu lado, o aguerrido periódico monárquico, *Beira Mar*, dirigido por Jaime Duarte Silva, acirrava os adversários, elogiando a acção do chefe regenerador-liberal local, no que era secundado pelo periódico de Homem Cristo, então politicamente mancomunado com o Conde de Águeda: «[...] não deixaremos de dizer que o Sr. Governador Civil [Conde de Águeda] lá conseguiu o ginásio para o nosso liceu [...]; arranjou mais 1.200\$000 réis anuais para a Escola Industrial, que é a dotação das duas cadeiras que acabam de ser criadas»¹⁰¹.

Os anos foram passando... Em 1914, a direcção do Município voltaria a insistir junto do poder central para a remodelação da Escola Industrial de Aveiro, dotando-a de um Curso de Comércio: «A Escola Industrial Fernando Caldeira, em Aveiro, deve ser remodelada e orientada no sentido industrial propriamente dito: artístico, industrial, comercial e náutico»¹⁰².

Nessa longa exposição, de 20 de Março de 1914, redigida por Silva Rocha, mas publicitada com a assinatura do presidente da Comissão Executiva, Bernardo de Sousa Torres, eram expostas as linhas-mestras de uma profunda reestruturação da Escola que o poder central não poderia encorajar ou levar a cabo:

«No sentido *industrial*, criando junto da Escola um gabinete ou laboratório químico onde se adquirissem os conhecimentos práticos indispensáveis para a análise dos

produtos naturais da região, mormente da ria, um estuário de mais de dez léguas de extensão.

«No sentido *industrial-artístico*; porque nesta cidade, e à volta dela, existem importantes fábricas de cerâmica, faiança e porcelana. A fábrica da Vista Alegre, que é incontestavelmente a primeira da Península, produz porcelana artística, caseira ou de serviço, não falando nas fábricas de telha, igualmente importantes, onde se fabricam, também, produtos artísticos e ainda pequenas indústrias de louça espalhadas pelo distrito e à volta da cidade. Também vem a propósito lembrar a indústria do mobiliário e artes correlativas, a indústria do ferro artístico, do canteiro, do estucador, pintura decorativa, etc.

«No *sentido comercial* porque emigram desta cidade para o Brasil e África muitos empregados do comércio que se arriscam a granjear meios de fortuna ou melhorar a sua situação longe daqui, levando apenas como bagagem de conhecimentos profissionais o que aprenderam ao balcão, sendo enorme a luta que têm de sustentar para fazer valer as suas aptidões, que são poucas ou nenhuma comparadas com as habilitações de que vão munidos os empregados estrangeiros de diferentes países ou mesmo de Lisboa e Porto. Não se encontram aqui meia dúzia de indivíduos naturais desta cidade, que o meio é pobre e esses indivíduos, ávidos de saber, não podem, por falta de recursos pecuniários colher nesta terra os conhecimentos de que tanto necessitam para a vida comercial.

«No *sentido náutico* por mais fortes razões ainda... esta região é essencialmente marítima, e principalmente Ilhavo, a cinco quilómetros desta cidade cuja população é aproximadamente igual à de Aveiro. Aquela vila exporta, para os Estados Unidos do Brasil, América do Norte e África, uma grande parte da sua população, a qual sai nas mesmas condições em que vão os indivíduos que se dedicam ao comércio porque só em Lisboa podem fazer o seu curso de pilotagem.

«A influência do *ensino ministrado nesta escola, apesar de deficiente e ainda muito teorizado*, pois o aluno devia tornar concretos, por meio do trabalho oficial, os desenhos elaborados na Escola, tornando-se então trabalho eficaz a sua aprendizagem, fixando assim melhor os produtos da sua inteligência e habilidade. *Antes da existência da Escola, algumas indústrias existiam apenas no seu estado rudimentar, acentuando-se de então para cá o seu progresso material e artístico, tais como a arte do ferro, da cantaria, da pintura decorativa, de estucador e arte de construir.*

«A Fábrica da Vista Alegre a sete quilómetros desta cidade, criou aqui um núcleo de artistas que foram distintos alunos desta escola e com os quais melhorou a factura dos seus produtos.

«Acerca da situação social dos alunos ocorre-me dizer que alguns ocupam lugares distintos, e assim: Duarte Magalhães, mestre da oficina de pintura na Fábrica da Vista Alegre; Francisco Miller, mestre da formação na mesma fábrica; António

Franco, gravador na referida fábrica; António Augusto da Silva, construtor civil; António de Freitas & F.º mestres canteiros; Joaquim Ferreira Barreto, estucador e pintor decorador; Francisco Luís Pereira, pintor cerâmico na Fábrica da Fonte Nova; Carlos da Silva Ribeiro, hoje distinto aluno da Academia Portuguesa de Belas Artes; os três primeiros da Vista Alegre e os restantes desta cidade.

«E muitos outros de somenos importância cuja passagem por esta escola lhes foi benéfica.

«No futuro desenvolvimento da Escola deve contar-se, além do existente que é apenas o ensino do *Desenho e Modelação*, com o seguinte: 1 professor de *Arquitectura*; 1 dito para *Escrituração Comercial Aritmética*; 1 dito para *Francês e Inglês*; 1 dito para *Geografia e História Comercial*; 1 secretário. Para o concurso de pilotagem o professor seria fornecido pelo Ministério da Marinha.

«A soma actualmente despendida com o ensino existente, *Desenho Geométrico Elementar e Ornamental* é de 2.558\$00 escudos e a soma a despender com a remodelação futura será de 3.840\$00 escudos, incluindo pessoal docente e custeio de oficinas e respectivos mestres para pintura cerâmica, formação e marcenaria o que perfaz a soma total de 6.398\$00»¹⁰³.

Finalmente, depois de muitas diligências e pressões, pelo Decreto n.º 615, de 30 de Junho de 1914, foi criado o Curso Elementar de Comércio. No art.º 1.º do referido decreto pode ler-se. «Nas escolas industriais ou de desenho industrial de Gil Vicente, em Setúbal, de Bartolomeu dos Mártires, em Braga, de Nuno Álvares Pereira, em Viana do Castelo, de Pedro Nunes, em Faro, de *Fernando Caldeira, em Aveiro*, e de José Júlio Henriques, em Vila Real, *será estabelecido o Curso Elementar de Comércio à medida que houver recursos orçamentais*, podendo ser incumbido da regência da 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª disciplinas professores dos liceus dessas localidades, que receberão por esse serviço a remuneração que compete aos professores das escolas industriais que regem desdobramentos»¹⁰⁴.

O elevado número de alunos inscritos no primeiro ano do Curso de Comércio constitui a melhor homenagem aos que se bateram pela sua criação. No final desse ano, a imprensa local dizia: «começou já a funcionar nesta cidade o novo estabelecimento de ensino criado junto à Escola Industrial Fernando Caldeira e cuja abertura foi efectuada em presença dos professores, Dr. Eduardo Silva e Dr. João Vieira Gomes, além dos alunos que nela se matricularam. Depois das férias iniciar-se-ão as aulas de *Física e Escrituração Comercial*, constando-nos que vai ser nomeado para a regência dessas cadeiras o erudito professor, Sr. Dr. Elias Pereira»¹⁰⁵.

No novo Curso Elementar de Comércio matricularam-se alunos do liceu. Em 1915, primeiro ano de funcionamento do curso, surgem problemas como o de os alunos que frequentavam

as mesmas disciplinas noutros estabelecimentos de ensino terem ou não de fazer os exames finais na Escola¹⁰⁶.

Os programas do curso apenas foram enviados à Escola em 5 de Maio de 1915, e o regulamento sobre frequência e avaliação ainda demoraram mais algum tempo¹⁰⁷. Os programas provisórios das disciplinas professadas na Escola só chegaram em Novembro de 1915¹⁰⁸.

Ainda no primeiro ano de funcionamento, «em virtude do grande desenvolvimento do Curso Comercial», o director da Escola reconhece a urgente necessidade de se «dividir uma das salas da casa onde funciona a Escola que é grande de mais para uma só classe, e que, dividida em duas, acomoda duas classes»¹⁰⁹. Para a regência das duas disciplinas do curso, Silva Rocha é de opinião de que deveria ser nomeado o único concorrente, Dr. Luís de Brito Guimarães, quer pela sua formação académica, quer ainda pela sua prática naquele domínio.

As aulas começaram no dia 1 de Novembro de 1915¹¹⁰. Esse foi, efectivamente, o primeiro ano de autonomia da Escola. Mas as dificuldades sentir-se-iam nos anos seguintes. A Aula de Comércio não viria a funcionar nos anos de 1919-1920 e 1920-1921, por falta de nomeação de professor das instâncias superiores, apesar dos rogos insistentes de Silva Rocha¹¹¹. Nesse ano, a Escola tem apenas um único professor, o seu director!¹¹².

10. A criação da cadeira de Inglês

Em 1917, no âmbito da reforma do ensino técnico ensaiada por Barbosa de Magalhães, seria a vez da criação da cadeira de Inglês. De forma encomiástica, o *Campeão das Províncias* escrevia: «a criação da cadeira de Inglês, ultimamente decretada pelo nosso ilustre conterrâneo, Sr. Dr. Barbosa de Magalhães, obteve um bom acolhimento. Logo no primeiro dia de abertura da matrícula afluíu à escola, a inscrever-se, crescido número de alunos, entre os quais pessoas de graduação, número que está já hoje em perto de cinquenta e que mais se elevará no dia da abertura da aula, na próxima segunda feira [dia 3 de Dezembro]». Terminava o jornal dizendo que a Escola Industrial ficava equiparada, então, às que no País maior número de cadeiras têm¹¹³.

No entanto, importa referir que já antes, dois anos antes, «a pedido dos alunos da Escola, o professor Barjona de Freitas [se prontificara] a reger gratuitamente um curso de inglês fora das horas oficiais. O Director da Escola abençoou a iniciativa, autorizando-a, por a considerar «de grande benefício para a Escola, preenchendo-se deste modo uma lacuna no curso comercial»¹¹⁴. Mas a situação obrigava o referido professor a um grande sacrifício e, como o Estado nada tivesse feito, a experiência é abandonada. Silva Rocha lamenta que isso aconteça, dizendo: «tal disciplina é essencialmente necessária ao Ensino Comercial»¹¹⁵.

Dias depois, Silva Rocha solicita à Repartição do Ensino Industrial e Comercial a apresentação ao ministro da Instrução do desejo dos alunos «que pretendem que seja regida por um dos professores do curso de Comércio a cadeira de Inglês, subvencionada por eles, escolhendo para a regência provisória dessa disciplina o professor provisório Dr. Agostinho Silvestre Caetano de Sousa, tendo essa cadeira os foros de oficial para todos os efeitos»¹¹⁶.

As dificuldades económicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial, aliadas às indisponibilidades das autoridades locais, explicam o atraso na criação da cadeira de Inglês. Em Agosto de 1918, Francisco A. Silva Rocha, depois de ter esperado em vão por uma resposta de Lisboa, pedia ao Governador Civil que intercedesse junto das instâncias do Governo a fim de se libertar a Escola dos obstáculos que ameaçavam a sua existência, solicitando a criação daquela disciplina como a do ensino da cerâmica, desde sempre adiado: «[...] pelos motivos apresentados venho rogar a V. Exa. a fim de interceder perante os poderes superiores para que deixem de existir estes embaraços e, bem assim, seja criada a cadeira de Inglês, fazendo parte do Curso Comercial professado nesta escola, e que seja posto em prática o ensino da Cerâmica, completando a oficina e nomeando um mestre habilitado»¹¹⁷. Dias depois, Silva Rocha volta a insistir na criação da cadeira, propondo a inclusão do professor do liceu João Manuel Rebelo de Queirós para a regência daquela disciplina¹¹⁸.

A atenção dispensada ao ensino industrial e comercial pelas instâncias oficiais é influenciada pela informação (e propaganda) disponível no tempo da Guerra. O poder alemão, por exemplo, era explicado como resultado da existência de um excelente ensino profissional. No final de Agosto de 1917, Luís Viegas, professor e chefe do gabinete de Barbosa de Magalhães, em entrevista a *O Século* (imediatamente transcrita pelo *Campeão das Províncias*), afirmava: «por muito que me custe reconhecê-lo, e ainda mais confessá-lo, é aos cuidados dispensados ao ensino técnico que a nossa inimiga alemã deve o seu poder industrial e comercial e, como consequência, a sua supremacia económica»¹¹⁹. Fazendo-se eco de uma corrente voluntarista que defendia que o País possuía enormes potencialidades para um desenvolvimento auto-sustentado, mas que a questão residia na absoluta ausência de estudos sobre os recursos económicos existentes, acrescentava: «Há indústrias – afirmam-no professores e técnicos muito distintos – que se acham extraordinariamente desenvolvidas noutros países e que em Portugal se desconhecem ou se acham atrasadas, devido à falta de estudos e ensaios sobre as condições de existência, produção e manufactura das matérias-primas que empregam, apesar de o País possuir em larga escala tudo quanto interessa ao desenvolvimento dessas indústrias». E exemplificava: «das algas marinhas extrai-se, como se sabe, o iodo e alguns sais de

potássio. Ao longo das extensas costas de Portugal acumulam-se toneladas de algas [...]. Das águas-mães, mas marinhas de sal, podem igualmente extrair-se alguns produtos químicos [...]. Sobre o leito dos nossos rios deslizam para o mar torrentes impetuosas que arrastam uma energia capaz de pôr em movimento toda a nossa depauperada indústria e dar a luz precisa para iluminar as nossas principais cidades e vilas. As indústrias da vidraria e dos cimentos, em que poderíamos rivalizar com a Bélgica, vegetam miseravelmente por falta de estudos e ensaios, apesar de *possuirmos em larga escala todas as matérias-primas* que empregam. Muitos outros exemplos poderia dar – conclui –, como o estudo da energia produzida pelo fluxo das marés nas embocaduras dos nossos grandes rios, etc.».

11. Instalações e equipamento da Escola

Na segunda metade do Séc. XIX, e nos primeiros anos do actual, a cidade de Aveiro debateu-se com uma absoluta falta de instalações para o normal funcionamento dos diversos organismos do Estado. Poderíamos dizer que a administração local, ou por tradição ou por escassez de recursos, era discreta¹²⁰. Até à data da construção do Liceu de Aveiro (1855-1860)¹²¹, os edifícios mais importantes, se exceptuarmos o dos Paços do Concelho, de 1797, o Teatro Aveirense, iniciado em 1855 e só inaugurado em 1881, sem esquecer alguns palacetes – com destaque para o de Sebastião de Carvalho Lima, na rua do Carmo (primeiro edifício da cidade a ser revestido com azulejo, em 1857-1858) –, eram propriedade da Igreja. Não admira, pois, que, mal o novo edifício do Liceu foi inaugurado, nele se tivessem instalado diversos organismos estatais, continuando os restantes alojados precariamente em casas particulares. Quatro anos depois, após o incêndio de «20 de Junho de 1864 no edifício do Paço Episcopal, as Repartições do Governo Civil e da Fazenda, que nele se achavam instaladas, passaram para o pavimento do edifício»¹²².

No final do Séc. XIX, aproveitando a visita de Elvino de Brito, ministro das obras públicas, o *Campeão das Províncias* reclamava uma maior celeridade na construção do edifício do Governo Civil, destinado às repartições públicas, e lamentava o atraso da sua construção, reconhecendo oficialmente que tal facto se devia «à falta de dotação conveniente»¹²³. Ora, a conclusão desse edifício, com risco da autoria do Eng. J. M. de Melo de Matos (1856-1915), sendo «um importantíssimo melhoramento local», constituía, também, na opinião do referido periódico, um benefício financeiro para o Estado que gastava «por ano grossas quantias com o aluguer de casas particulares para algumas das repartições que ali podem ser instaladas»¹²⁴. Esclarecia o jornal: «no edifício do Liceu, e com grande prejuízo para o regular funcionamento das respectivas aulas e salas de

estudo, estão também pessimamente alojadas as repartições de fazenda do distrito e do Governo Civil. Todas as mais repartições como são a Direcção das Obras Públicas, a Secção da Hidráulica, a Inspecção do Selo, a Capitania do Porto, o Commissariado da Polícia, a Guarda Fiscal, o Distrito de Recrutamento e Reserva Militar, a Secção Florestal, as escolas industrial e de habilitação [ao magistério primário], a escrivania da fazenda, etc. estão em casas arrendadas e más»¹²⁵.

As diversas aulas de ensino primário e o próprio asilo feminino constituem um flagrante exemplo da ausência absoluta de condições para ensinar e aprender – instaladas em casas alugadas ou cedidas pelos próprios professores –, como provam as inúmeras queixas dos professores do ensino primário, em cartas dirigidas à Câmara Municipal, ao Governo Civil ou à Comissão Executiva da Câmara Municipal de Aveiro, especialmente entre a última década do século XIX e as duas primeiras deste século¹²⁶.

11.1. A primeira casa do Cojo.

Para a instalação da Escola Industrial recorreu-se, pois, ao aluguer de um espaço disponível, com condições precárias, no rés-do-chão de uma casa particular.

À falta de instalações juntava-se a já referida escassez de recursos por parte do Município. O mobiliário de que foi possível dispor, insuficiente para as necessidades da Escola, foi instalado apenas nos primeiros dias do mês de Agosto. As carências eram enormes. Para o completo apetrechamento da Escola houve que



3. Placa evocativa de José Ferreira Pinto Basto

encomendar as peças em falta nas carpintarias locais, como se disse antes¹²⁷.

A Escola de Desenho Industrial de Aveiro esteve instalada, entre 1894 e 1903, «num amplo rés-do-chão, próximo do Hotel Vouga», no lugar do Cojo, freguesia da Vera Cruz¹²⁸. A casa era propriedade de Domingos dos Santos Leite (1846-1919)¹²⁹. Essas instalações eram partilhadas com a escola primária nocturna. Pela resposta à circular remetida pela Direcção Geral, as duas escolas ocupavam «aproximadamente a quinta parte do prédio»¹³⁰. Mais informa o referido documento que a renda, paga pela Câmara Municipal de Aveiro, se cifraria em 90\$000 réis anuais¹³¹.

Em 1901, ainda a Escola não tinha oficinas, nomeadamente a de cerâmica, como não possuía a mufla tão reclamada¹³². No *Auto da Inspeção feita à Escola Industrial Fernando Caldeira*, de 1899, lê-se: «as salas destinadas para as aulas, com a lotação dos alunos até agora matriculados, são toleráveis quanto à sua capacidade e luz, cujas dimensões são as seguintes: Sala de *Desenho Elementar* – 259m³. Alunos admitidos até agora 36, havendo lugares para 40. Sala de modelação – 95 m³. Alunos admitidos até agora 24, não havendo espaço para mais. Sala de *Desenho Ornamental* – 106m³. Alunos admitidos até agora 24, não havendo espaço para mais»¹³³.

Quadro V
Instalações entre 1894 e 1903

SALAS	A	B	C
Comp.	11,20	7,35	6,20
Larg.	7,55	4,95	5,23
Altura	3,35	3,35	3,35
Área	84,56	36,38	32,43
Disciplinas	Des. Elementar	Modelação	Des. Ornamental
Iluminação a gás	11 bicos Auer	6 bicos Auer	7 bicos Auer

AESN1, *Livro de Registo da Correspondência Expedida*, 1899.09.07, fl. 30.

As informações disponíveis – constantes do Quadro V – permitem afirmar que a Escola dispunha de três salas de acanhadas dimensões, embora as maiores queixas residissem nas precárias condições de arejamento e ventilação. Quanto às restantes condições de higiene parecia estar tudo bem, para as exigências mínimas da época¹³⁴.

A exiguidade e a falta de condições de habitabilidade preocupavam Silva Rocha. A seu pedido, o Município pagou 149\$410 pela reparação da casa, em Julho de 1896¹³⁵. Durante uma visita à Escola, Silva Rocha demonstrou ao Governador Civil a «necessidade de instalação da iluminação a gás [de hulha] no edifício». O pedido foi satisfeito. O Governador conseguiu «obter do Governo a inclusão no respectivo orçamento da verba necessária, que foi calculada em 350\$000»¹³⁶.

Em 1899, o professor Silva Rocha pedia à Direcção Geral

o arrendamento de uma casa maior: «Como V. Exa. sabe, as salas são poucas e algumas acanhadas, e se a matrícula aumenta este ano, não será fácil admiti-la, e V. Exa. ponderará a grande conveniência de haver auxílio para arrendar casa maior para a Escola e assim ficar mais completa e *haver aumento de disciplinas e para corresponder ao título de escola industrial*»¹³⁷. Pode dizer-se, pois, que é a partir do início do século que Silva Rocha vai pensar na construção de um novo edifício. As obras terão decorrido com celeridade entre 1902 e 1903.

11.2. O novo edifício da Escola

Foi grande a satisfação da imprensa local perante a inauguração do novo edifício da Escola Industrial, em Novembro de 1903.

O *Povo de Aveiro* anuncia a abertura da Escola, finalmente «instalada num magnífico edifício expressamente construído para esse fim»¹³⁸. Dias depois, o mesmo periódico explicitaria as razões desse júbilo. Antes de mais, por se tratar de «um edifício amplo, bem arejado, feito com todos os requisitos modernos e com uma excelente iluminação a bicos incandescentes»¹³⁹; depois, porque, «além de tudo, embelezou também o local, desfeado pelo casarão velho que agora serviu de alicerce ao novo edifício»¹⁴⁰.



4. Moinho de maré do Cojo

Efectivamente, o «velho casarão», conhecido por «Casa dos Moinhos», fora um velho moinho de maré, propriedade de José Ferreira Pinto Basto, que terá sido construído em 1830 ou 1836¹⁴¹.

No local onde José Ferreira Pinto mandou construir o «velho casarão», houve, nos séculos anteriores, moinhos de maré¹⁴². Mas a existência de moinhos de maré, no Cojo, não data do Séc. XIX. Numa carta de doação de D. Afonso V ao Conde de Odemira, com data de 6 de Julho de 1449, são referidas duas azenhas «que sam no Ryo que vay per a Junto da uilla daaveiro *que mooem com aagua do mar* que foram do Iffante dom pedro»¹⁴³.

Atentemos no testemunho de Rangel de Quadros Oudinot: «No Cojo, no sítio do Ilhote, eleva-se um edifício onde está a Aula Industrial. Pertenceu à família Ferreira Pinto. Em 1880, começou a funcionar ali uma fábrica de moagens a vapor, da qual era proprietário o Dr. José Francisco Lourenço de Almeida Medeiros, de Fermelã, conhecido aqui pelo nome de Almeidinha [...]»¹⁴⁴. Ainda segundo o mesmo autor, essa empresa pouco tempo terá durado: «foi isso devido à má administração do proprietário que nem dos próprios haveres soube ser bom administrador»¹⁴⁵.

Noutro passo, J. Rangel de Quadros Oudinot, diz que o edifício se ergue «no sítio do Cojo e ao nascente de um dos braços da Ria. Até certa época, apenas teria um andar e dava passagem para ele por uma ponte de madeira. Foi construído em 1830. Até certa época apenas tinha um andar e dava passagem para ele uma ponte de madeira». E descreve o edifício: «Sob o mesmo andar, e como formando pequenas abóbadas, existiam uns vãos em arco, onde umas rodas deveriam mover umas mós colocadas no interior do edifício. E essas rodas, destinadas como as de todos os moinhos de água, deveriam girar com o fluxo e refluxo da Ria.

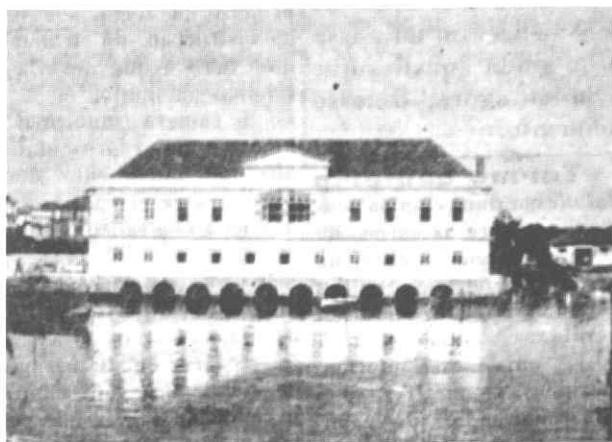
«Os resultados da empresa não corresponderam aos bons desejos do empresário. As rodas não giravam regularmente e a força não era suficiente para fazer mover as mós.

«Talvez para isso também concorresse o péssimo estado da barra, pois quase completamente entupida não deixava que tivessem grande queda nas vazantes e nas enchentes».

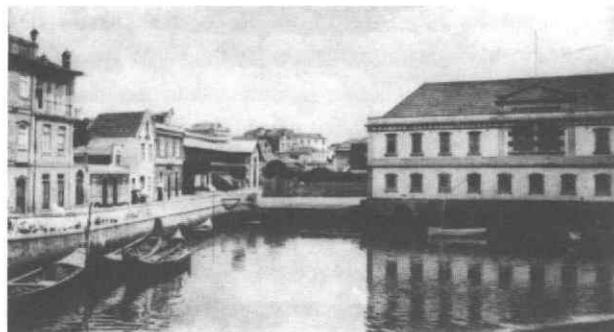
Acrescenta ainda que «o interior do edifício só tinha um amplo recinto que mais tarde foi dividido, conformemente às aplicações que lhe foram dadas. Não era muito elevado. Para o lado do poente existiam, como ainda existem, onze janelas de peitoril, não grandes e com a padieira em arco abatido. Todas são formadas de pedra granítica.

«Ao nascente ficava uma lareira com chaminé».

Na parede interior, do lado do Sul, estava num medalhão de pedra, ornado de flores, o letreiro reproduzido pelo *Campeão das Províncias*, em 1903.



5. A Escola de Desenho Industrial de Aveiro no dia da sua inauguração



6. A Escola de Desenho Industrial de Aveiro

Acrescenta, também, que «a ideia de fazer ali umas azenhas não era nova e já ali existiram umas, cujo motor são os fluxos e refluxos das águas da Ria, pois não há naquele sítio outra corrente nem o mínimo ribeiro»¹⁴⁶.

Regressemos às notícias da imprensa local. O *Campeão das Províncias* deu destaque à inauguração das novas instalações, publicando, primeiro, em Agosto, com o imóvel em construção e, depois, em Novembro, uma fotografia do novo e «extremamente gracioso» edifício, exaltando o decisivo contributo do «importante capitalista desta cidade, Sr. João Pedro Soares», o empenhamento do Presidente da Câmara, Gustavo Ferreira Pinto Basto, e do Director Geral do Comércio e Indústria, Ernesto Madeira Pinto, e a beleza do projecto da autoria de Francisco Augusto da Silva Rocha¹⁴⁷.



7. João Pedro Soares

Segundo este periódico, as novas instalações, expressamente construídas para nelas funcionar a Escola Industrial Fernando Caldeira, ficaram a dever-se «à rasgada iniciativa do Sr. João Pedro Soares, um abastado capitalista»¹⁴⁸. Acrescentava o *Campeão das Províncias*: «deve-se-lhe também em grande parte a reedificação do nosso Teatro [Aveirense] e muito concorreu para que fosse por diante a obra do novo hospital da Misericórdia». Alguns dias depois, João Pedro Soares tem honras de primeira página neste periódico, com fotografia e uma biografia encomiástica.

Este murtoseiro, nascido em 1837, estivera no Brasil donde regressou enriquecido. Após o seu estabelecimento em Aveiro, envolve-se em inúmeros projectos comerciais e industriais, financiando uns e dirigindo outros. Além do Teatro Aveirense, para cuja construção adiantou quantias avultadas, tendo sido tesoureiro da sua comissão instaladora, terá iniciado as obras da praia do farol. O *Campeão das Províncias* exaltava, também, o financiamento da construção do novo hospital da Misericórdia, a sua direcção à frente da Caixa Económica de Aveiro, durante muitos anos, concluindo: «o novo e magnífico edifício da Escola Industrial Fernando Caldeira foi a sua última obra, que lhe há de perpetuar o nome»¹⁴⁹.

Para a remoção das inúmeras dificuldades encontradas foi precioso o empenhamento de Gustavo Ferreira Pinto Basto, «empregando o seu valimento pessoal para que o Sr. Soares se prestasse a fazer a obra nas condições em que se realizou e que são as mais favoráveis para o município, pois os encargos não vão além do juro de 6% sobre o capital empregado, livre de outros de reparações e contribuição»¹⁵⁰.

Noutro número, o *Campeão das Províncias* continua a referir-se com largos encómios à escola, aos seus alunos e professores, exigindo que a Escola seja agora colocada ao nível das demais no País. «Presentemente, há ali apenas o Curso de Desenho, dividido em cinco anos, e a instrução primária elementar e complementar. Aquele tem por professores os senhores Francisco da Silva Rocha [...] e Carlos Hugo Richter, diplomado por uma escola da Alemanha, e contratado há anos pelo governo português, para o ensino industrial no nosso país; e [a instrução primária elementar e complementar tem por professores] os Srs. João Pereira Campos [Júnior], hábil guarda-livros do Asilo-Escola Distrital, e antigo professor da Escola Agrícola de Coimbra, e Jeremias Lebre, professor e ajudante do director da secção “Barbosa de Magalhães” do Asilo-Escola Distrital de Aveiro.

«Incansáveis pelo progresso do ensino e bons créditos da Escola, são para eles, poucos os louvores. O curso de Desenho é frequentado actualmente por 96 alunos, e na aula de instrução primária estão matriculados mais de 100. Nesta é já muito avultado o número de alunos habilitados para os exames do 1.º e 2.º graus de instrução primária [...], e na maioria são operários

ou filhos de operários que não podem dispor para o estudo senão uma parte da noite[...].

«Do Curso de Desenho têm saído artistas habilíssimos, que dão nome à Escola. O actual mestre de pintura da Real Fábrica da Vista Alegre, Sr. Duarte de Magalhães, foi distinto aluno dela, onde fez todo o curso, e bem assim o conhecido construtor desta cidade, Sr. António Augusto da Silva, que na obra do novo hospital e em muitas outras está demonstrando a sua elevada competência». Acrescentava o jornal: «De um e de doutro há na Escola magníficos trabalhos de desenho e modelação, sendo, também, muito para louvar, entre outros, os dos Srs. António Freitas, Manuel Maria Moreira e António Gaspar de Oliveira [...]. A Escola é frequentada por artistas não só desta cidade, mas também por muitos da Vista Alegre, Ílhavo, S. Bernardo, Arada. Com tais resultados é bem de ver a necessidade de se criarem novas cadeiras tais como uma de *Arquitectura* e outra de *Francês*»¹⁵¹.

Na inauguração das novas instalações da Escola, tal como em 1894, estiveram presentes, mais uma vez, Joaquim Telo e António Arroio, em representação do Governo e da Direcção das Escolas Industriais da Região Norte, integrando-se num cortejo, organizado nos Paços do Concelho, «em que tomou parte a Câmara Municipal com a bandeira desfaldada e um numeroso concurso de pessoas de todas as classes, dirigindo-se ao edifício da Escola, onde foram recebidos pelo Sr. António Arroio, inspector das escolas industriais do Norte, e Francisco da Silva Rocha, professor da Escola»¹⁵². Discursaram o representante do governo, conselheiro Joaquim Telo, e o presidente da Câmara, Dr. Álvaro de Moura Coutinho de Almeida d’Eça. No interior do edifício, foi aberta ao público uma exposição de trabalhos dos alunos da Escola.

O *Campeão das Províncias* é, de facto, o único a dedicar grande atenção ao edifício e seu arquitecto. Fá-lo, compreensivelmente, de forma imoderada, mais quando se refere aos seus promotores: «O novo edifício é, no seu género, um dos primeiros dos País. De todas as escolas industriais que há em Portugal, nenhuma melhor instalada presentemente que a de Aveiro. São vastas, cheias de luz todas as salas, muito regulares, e, como aquelas, asseadíssimas todas as dependências do edifício. No rés-do-chão, ficam o vestíbulo de entrada, corredor e vestuário, aula nocturna de instrução primária, aula de cerâmica, modelação e Watlet Coset; no primeiro andar, aulas de desenho elementar, aula de desenho ornamental, secretaria e biblioteca, galeria, museu e Watler Coset; na mansarda, arrecadação e depósito.

«No vestíbulo, cujas paredes são revestidas até um terço da sua altura de belos azulejos da Fábrica da Fonte Nova, há embebidos nas paredes duas inscrições, uma antiga que é esta: *Feita em 1830, por ordem e à custa de José Ferreira Pinto Basto*. Outra moderna, em que se lê: *Esta obra foi reedificada em 1903*

por ordem e à custa de João Pedro Soares. Na aula de modelação, onde vão ser assentes duas muflas chegadas há pouco do estrangeiro, há também estas inscrições, que nos designam o construtor do primitivo edifício e o actual:

Hoc opus Joachinno Josepho Oliva hujus et civitatis Aveirensis administratum fuit. [sic].

Dirigiu e projectou esta obra de restauração F. da S. Rocha, sendo mestre dos trabalhos Isaías de Oliveira desta Cidade».

11.3. A CMA e o edifício da Escola

Para a instalação da Escola de Desenho Industrial Fernando Caldeira e da «Aula Nocturna Primária», a Câmara Municipal de Aveiro autorizou o seu presidente, Gustavo Ferreira Pinto Basto, a celebrar, com os proprietários do novo edifício, Francisco Augusto Silva Rocha e Raul Soares, seu cunhado, um contrato de arrendamento do novo edifício que fora concebido por Silva Rocha e construído sob a sua direcção¹⁵³. Para a assinatura desse contrato de arrendamento, a direcção do município obtivera, poucos dias antes – em 4 de Maio –, a necessária autorização da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

Apesar de a inauguração se ter verificado em 3 de Novembro de 1903, o contrato de arrendamento apenas foi celebrado em 9 de Maio de 1904¹⁵⁴. Poucos dias antes, a imprensa informava da superior autorização para a Câmara celebrar o referido contrato de arrendamento, por seis anos¹⁵⁵. Com uma validade de seis anos, a contar desde o primeiro de Dezembro de 1903, o contrato estipulava uma renda anual de 250\$000 réis, pagos em prestações semestrais. Os proprietários obrigavam-se a suportar «todas as despesas de conservação e reparação em quaisquer obras que se [fizessem] no mesmo edifício»¹⁵⁶.

Após a morte de João Pedro Soares, em 1907, Raul Soares, seu filho e nora, D. Maria Eduarda de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, vendem a seus cunhados, Francisco A. Silva Rocha e D. Olinda Soares Silva Rocha, metade do edifício da Escola Industrial e terreno adjacente, pelo valor de 1.600\$000 réis¹⁵⁷.

Em 1908, Francisco Silva Rocha, já então único proprietário do imóvel, solicita à Câmara a correcção do valor da renda do imóvel. A direcção do município decide lavrar um novo contrato de arrendamento¹⁵⁸. Em 31 de Outubro de 1908, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Jaime Duarte Silva, assina um contrato de arrendamento, por um ano, a contar do primeiro dia de Novembro e a terminar em igual dia e mês de 1909, pela quantia de 350\$000 réis, pagos em prestações trimestrais. As restantes cláusulas – conservação, etc. mantinham-se¹⁵⁹.

Com a instauração da República, as animosidades e vindictas políticas iriam vitimar o professor Silva Rocha e a Escola seria seriamente prejudicada. Numa visita que ali fizera, no início de 1911, o então governador civil, Weiss de Oliveira, «acompanhado de várias entidades oficiais», ficou «impressionadíssimo» com as condições da Escola e com o trabalho desenvolvido por Silva Rocha, que considerou «um homem sério e de mérito»¹⁶⁰. Depois, perante os desígnios de alguns dos seus correligionários de Aveiro, clama, nos jornais, contra a atitude dos seus confrades republicanos recém-chegados ao poder¹⁶¹. Segundo o mesmo periódico, um grupo de republicanos pedira a transferência de Silva Rocha¹⁶². De facto, de pouco valeram os protestos. A imprensa republicana também não lhe deu ouvidos. Os periódicos republicanos locais fazem passar junto da opinião pública todas as medidas tomadas pelo novo poder municipal. Atrás de uma aparente imparcialidade noticiosa, os jornais criavam uma opinião de consenso em torno das políticas adoptadas como medidas tomadas.

Em Novembro de 1911, a vereação republicana toma um conjunto de medidas que provocam uma desorganização, em alguns aspectos, irreversível do ensino, em Aveiro. Aparentemente, os objectivos dessas medidas visavam o saneamento da situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro. Na realidade o alvo parecia ser o Director da Escola, pelos seus alinhamentos políticos, bem como a Igreja ou os chefes da monarquia que dirigiam, até então, outros estabelecimentos de ensino. Depois de Silva Rocha, também o P.^e José Marques Castilho seria transferido para a Escola Normal de Leiria¹⁶³.

Na sessão de 8 de Novembro de 1911, a direcção do município fez escrever em acta: «apreciando a situação municipal, que, conquanto melhorada em virtude de economias realizadas e mais activa fiscalização das suas receitas, carece ainda de especial cuidado, ponderando que tem absoluta necessidade de desligar-se de compromissos de que resultaria, necessariamente, a insolubilidade das suas finanças, a Câmara entende dever prosseguir no corte de verbas que julga excessivas, e no caso está a renda que paga pelo aluguer da casa onde se acha instalada a “Escola de Desenho Industrial”, elevada há anos em cem mil réis mais do que o justo valor.

«Assim, resolveu propor ao proprietário a baixa do arrendamento ao seu primitivo preço, ou o de 250\$000 réis anuais, e suspender, até ulterior resolução, a aula de música na secção Barbosa de Magalhães do Asilo-Escola Distrital, que pode ser útil aos alunos, mas não é daquela precisão que há em pagar e manter [nesta] altura uma instituição desta natureza»¹⁶⁴. E segue-se o anúncio de outras medidas idênticas em estabelecimentos de ensino tutelados pela Câmara.

Pouco tempo depois, a direcção municipal aprecia (sumariamente) a resposta de Silva Rocha: «[...] após extensas

considerações, [o proprietário e director da Escola afirma que] só pode abater à mesma renda a quantia de 50\$000 réis, ficando assim por 300\$000 réis anuais, que a Câmara resolveu aceitar lamentando não poder obtê-la por menos»¹⁶⁵.

As «extensas considerações» a que se referia a acta escondiam uma longa carta de Silva Rocha. Nessa missiva, o director da Escola começa por aplaudir «os esforços em favor do levantamento das finanças municipais, por meio de rigorosas economias», advertindo: «mas devo dizer-vos que *as despesas despendidas com a instrução são daquelas que não podeis furtar-vos, são como o pão para a boca, porque são o pão do espírito. E ninguém como vós o poderá compreender melhor!*»¹⁶⁶.

Depois de se manifestar completamente surpreendido com a medida tomada, acrescentava um conjunto de elementos preciosos para a compreensão dos contornos do conflito, como para um melhor conhecimento do edifício. Mantenho o estilo da carta: «Bem sabeis que o prédio em questão não foi uma adaptação, mas única e exclusivamente construído para o fim a que se destina, sendo essa construção promovida pelo presidente da Câmara de então, sob cláusula de a renda ser estipulada pela taxa de 6% sobre o capital ali empregado. Essa cláusula não foi mantida porque foi tomada sob palavra, que devia prevalecer a todo o contrato escrito; pois assim o recomendava o cavalheirismo entre as partes combinantes. Não sucedeu, porém, o que era justo esperar-se [...]. Ora a verba despendida com a compra do terreno e construção do prédio foi de 6.375\$000 réis, afora outras verbas que não menciono visto serem melhoria do prédio e não propriamente para o funcionamento da Escola.

«Daqui se infere que deduzindo da renda actual contribuições e mais despesas inerentes a uma casa que tem tido, em média, um movimento de 270 alunos, que o proprietário que se abalçou a mandar construir o prédio não foi movido pelo espírito de ganância, pois não chegava a tirar líquido os 6%, porque havia a deduzir despesas de contribuição, seguros, reparações, etc., entre as quais se não podem calcular em menos de 70\$000, média anual. E não foi o espírito de ganância porque ao referido proprietário era-lhe fácil a colocação do seu capital a 6% líquidos e garantidos, sem estar sujeito a contingências de toda a espécie. Foi antes um acto de filantropia!

«O actual proprietário e antigo director dessa escola empregou várias diligências para outros capitalistas se associarem à construção da casa, sem resultado algum, e, só encontrou ensejo de levar a cabo o seu sonho e desiderato por um acaso de vida, o de ligação com a família do primitivo proprietário [João Pedro Soares]»¹⁶⁷.

E, dirigindo-se ao presidente da comissão administrativa, Manuel Augusto da Silva, dizia: «E vós Cidadão Presidente, que fostes um dos primeiros alunos dessa escola e prestante instituição, bem sabeis quanta necessidade havia, e urgência

mesmo, em instalar a Escola de uma forma mais condigna com as aspirações duma cidade cuja população operária é grande e que sedenta de instrução profissional ali procurava maneira de se libertar da grilheta da ignorância, senão no todo, ao menos em parte. *E deveis considerar e convocar toda a vereação que coopera na obra económica desse município que a fazerem-se economias, as relativas à instrução, devem ficar de reserva, pois as escolas desta natureza devem merecer-vos especial carinho e atenção por serem essencialmente democráticas.*

«A construção da casa impunha-se porque o aluno sentese bem ali, onde tem comodidades e conforto para o corpo e para o espírito, digerindo melhor o pão da instrução que ali lhe é ministrado. Já que por desgraça sua não tem conforto em casa ao menos o tenha na Escola».

Concluía dizendo que, sendo seu desejo cooperar, também, dentro das suas limitadas forças, propunha, não sem sacrifício, que podia a Câmara estipular a renda de 300\$000 anuais. «E assim nem 5% líquidos ficam para a renda, pelas razões que deixo expostas».

A Câmara decidiu «aceitar o arrendamento do edifício da Escola “Fernando Caldeira” pelo preço a que o baixou ultimamente o seu proprietário, que é de 250\$000 réis anuais»¹⁶⁸.

Compreensivelmente, os jornais republicanos então existentes, *O Democrata* e *A Liberdade* – especialmente o primeiro – manifestaram-se solidários com as medidas adoptadas pela Câmara Municipal de Aveiro, nomeadamente sobre a questão da transferência das escolas para o extinto Convento de Jesus¹⁶⁹. O jornal de Alberto Souto, *A Liberdade*, de forma inédita, no jornalismo local, entrevista o presidente da Câmara, Manuel Augusto da Silva, que confirma as intenções das medidas tomadas¹⁷⁰.

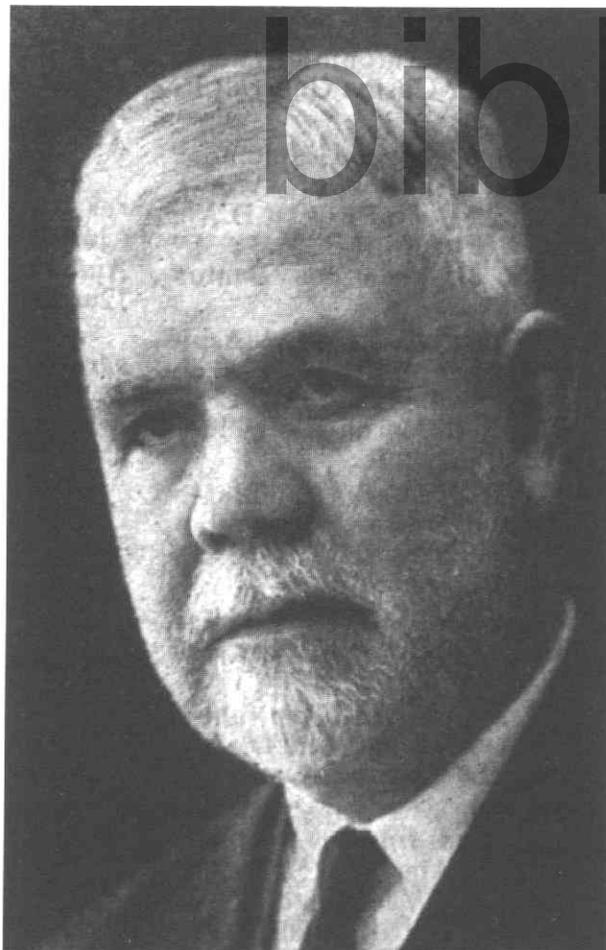
No início de 1912, a fazer fé nas informações de *O Democrata*, «em carta dirigida à sede do Banco de Portugal», Francisco Augusto Silva Rocha, então a leccionar na Figueira da Foz, terá oferecido o edifício da Escola para nele «ser estabelecida a sua agência, visto estar próximo a terminar o arrendamento daquela onde actualmente funciona, e por sua vez transferir-se a Escola para uma das dependências do edifício onde funcionou o extinto convento de Jesus»¹⁷¹. Por razões várias, nem a agência do banco seria instalada naquele imóvel, nem a Escola seria transferida para o Convento de Jesus.

Mas as diligências de Silva Rocha resultaram da impossibilidade de chegar a um acordo com a Câmara Municipal de Aveiro sobre o valor e demais condições do arrendamento do edifício. Em ofício com data de 23 de Dezembro de 1911, a comissão executiva municipal, dirigida por Luís de Brito Guimarães, figura estimada e consensual, convida o proprietário do prédio a «assinar a escritura de arrendamento da casa onde está instalada a Escola Industrial»¹⁷². Nesse contacto ficou combinado o restabelecimento da renda com valor de 300\$000

réis; faltava apenas acertar as restantes condições.

Em ofício dirigido à Direcção do Município, o professor Silva Rocha apresenta as suas condições: desejava que o prazo de arrendamento tivesse uma duração de dez anos, a contar de 1 de Janeiro de 1912; que as despesas de conservação ficassem a cargo da Câmara; que o pagamento da renda, de 300\$000 réis fosse paga em duodécimos¹⁷³.

No entanto, as condições propostas contrariavam as disposições por que se regiam os municípios naquela matéria, e terão contribuído para adensar os equívocos, agravando as já difíceis relações entre as duas partes. Noutra carta, Silva Rocha dava prova de nada haver da sua parte contra a Direcção do Município, mostrando a sua boa vontade na solução do problema: «Deveis compreender que quem esteve, durante vinte anos, dirigindo essa escola; que procurou instalá-la condignamente, *que a ela votou sacrifícios de toda a ordem*, não podia usar de artifícios ou subterfúgios para levar a cabo qualquer desígnio. Demais, tratando-se de compromissos tomados com uma pessoa, digna, segundo estou informado e disso capacitado, como vós sois; eu não podia pôr em uso actos que significassem desrespeito ou falta de cavalheirismo para com essa mesma pessoa»¹⁷⁴.



8. Francisco Augusto da Silva Rocha

Acrescentava o Director da Escola: «Dou-vos, Cidadão Presidente, *carta branca para em meu nome procederdes como se fosseis o proprietário*. Tenho confiança no vosso primoroso carácter e nos sentimentos que animam toda a vereação, que são os de justiça; e estou certo que sabereis aliar digna e conscientemente as duas entidades, *a de Presidente e a de proprietário*. A maior prova de confiança que posso dar-vos e aos vossos Exmos. Colegas é que eu não pensarei mais no assunto. Fareis e farão o que for justo e equitativo». E concluía dizendo acreditar ter «dado todas as explicações necessárias de molde a não ficarem reservas sobre o assunto, devendo acrescentar que as condições que apresentei alguma coisa tinham de bom para a Câmara como oportunamente e de viva voz vos explicarei»¹⁷⁵.

Em 1914, a questão da renda volta a reunião de Câmara. A acta é lacónica. Adianta, tão-só, que tinham sido dados «plenos poderes à sua comissão executiva para resolver sobre a exposição do proprietário da casa da Escola Industrial, acerca do pagamento da renda da parte ocupada no mesmo edifício pelos alunos da escola primária ali instalada»¹⁷⁶.

Mas as diligências para dar um destino diferente às instalações da Escola não terão ficado por aqui. Atendendo à sua excelente localização, diversas outras instituições instaladas em condições deficientes terão tentado adquirir o imóvel. As instalações dos Correios, onde funcionavam, também, as conservatórias predial e civil não reuniam condições de utilização satisfatória. Em 1917, dizia o *Campeão das Províncias*: «o belo edifício em que se encontra a nossa Escola Industrial, para ela excepcionalmente feito [*sic*], esteve prestes a adaptar-se a fim diverso, pois pretendeu comprá-lo a administração geral dos correios para ali estabelecer a estação telégrafo-postal da cidade»¹⁷⁷. Acrescenta o mesmo periódico que, «avisado a tempo, conseguiu o Sr. Ministro da Instrução que o Sr. António Maria da Silva não instasse pela sua aquisição para tal fim, podendo assim aquela escola continuar a prestar os excelentes serviços de até agora»¹⁷⁸.

As características do edifício e a boa localização do imóvel não explicam, por si só, as diligências de várias instituições de o ocupar. A magra renda recebida pelo seu proprietário terá contribuído fortemente para o assédio ao edifício. A este propósito, dizia o *Campeão das Províncias*: «a casa tem andado arrendada por um preço verdadeiramente irrisório, pago pela Junta Geral». Acrescentava o articulista que «só o demonstrado patriotismo do seu proprietário se sujeitaria a tal paga, que hoje não paga uma simples habitação de modesta família»¹⁷⁹.

Mas, entretanto, no final de 1916, Silva Rocha deixa de ser o proprietário do edifício. Em ofício dirigido à Comissão Executiva da Junta Distrital do Distrito de Aveiro, o Director da Escola comunica que «para os devidos efeitos [deixara] de ser,

desde 14 de Dezembro próximo passado, proprietário do prédio onde actualmente funciona a Escola Industrial, passando todos esses meus direitos ao Sr. António Alves Videira, que é hoje o seu senhorio»¹⁸⁰. Os motivos imediatos da venda do imóvel são «de ordem financeira», como refere o próprio Silva Rocha: «a Junta Geral não dava a renda merecida [...]. O proprietário, por motivo de escrúpulo sem fundamento nunca exigiu mais de 300\$00 tendo, portanto, perdido, durante 14 anos, mais de 4 mil escudos não podendo todavia suportar por mais tempo a diminuta renda que não atingia mais de 2% do capital empregado, naquela época em que foi construído, porque hoje nem pelo triplo desse preço se poderia edificar»¹⁸¹.

Às circunstâncias descritas pelo proprietário juntaram-se a forte depreciação da moeda e as dificuldades geradas pela construção da Avenida Lourenço Peixinho. Em carta dirigida à Repartição do Ensino Industrial e Comercial, Silva Rocha esclarece: «Em ofício da Junta Geral deste Distrito, com data de 8 do corrente mês [de Fevereiro], foi-me comunicado que não continuaria a subvencionar esta escola com a renda de casa e iluminação, o que vinha fazendo desde a implantação da República, e anteriormente o estava fazendo a mesma Junta, por intermédio da Câmara deste concelho, sua administradora financeira, na parte que diz respeito ao Asilo-Escola [...]. Segundo se diz no mesmo ofício tal encargo não pode continuar atendendo às condições excepcionais derivadas da Guerra, o que é absolutamente verdadeiro»¹⁸². Acrescenta Silva Rocha que, «na disposição em que está a Junta, esta escola não poderá continuar aberta visto o seu funcionamento ser nocturno para poder aproveitar às classes operária e comercial que só podem dispor de tempo à noite para se instruírem no que de proveitoso importa à sua vida profissional». E, juntando «o orçamento das futuras despesas, que [deviam] ficar a cargo do Estado, à maneira de todas as escolas congéneres do País, e cuja verba é inferior às escolas de Viseu, Funchal, Figueira, etc., citando esta por serem em categoria não superiores à escola que tenho a honra de dirigir e que criei»¹⁸³.

A casa (com o terreno anexo) seria vendida, por 5.000\$00, a António Alves Videira¹⁸⁴. Entretanto, Silva Rocha defende publicamente o aumento da renda proposto pelo novo proprietário: «É justo, pois, que o Sr. Videira tire 5% do capital que empregou, sujeito ainda a contribuições, reparações, seguros, etc.»¹⁸⁵.

Em 1918 tiveram início as obras de construção da Avenida Lourenço Peixinho. As expropriações obrigam o comerciante António Alves Videira a abandonar o prédio onde tinha a sua residência e o estabelecimento. Silva Rocha é, então, pressionado a ceder-lhe o edifício da Escola: «fui há dias procurado pelo proprietário da casa onde actualmente funciona a Escola, para me dizer que precisa do prédio para nele instalar a sua residência e estabelecimento, visto ter de sair da sua residência e

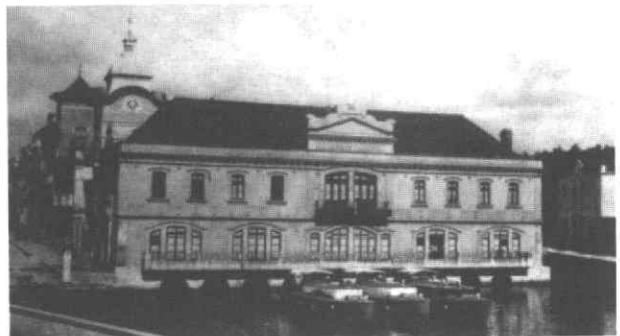
estabelecimento comercial em virtude das expropriações da nova avenida»¹⁸⁶.

Como não conseguia obter melhor remuneração da renda, cerca de um ano depois, este negociante aveirense venderia a «Casa dos Moinhos» – nome por que ainda continuava a ser referido o edifício onde da Escola – e o terreno anexo à Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, SARL, pela quantia de 6.000\$00¹⁸⁷. Nos anos seguintes, o imóvel conheceria uma série de proprietários até ser adquirida por expropriação pelo Ministério da Marinha.

Em 1921, esta empresa hipoteca o imóvel, bem como outros bens (navios, etc.); o cancelamento da hipoteca, com o pagamento das dívidas à Caixa Geral de Depósitos, libertam o edifício em 16 de Fevereiro de 1922¹⁸⁸.

Em 14 de Agosto de 1925, o comerciante Alfredo Esteves Pereira, mais conhecido por Alfredo Esteves, membro da Comissão Consultiva da Empresa de Navegação e Exploração de Pesca, Lda., compra à Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, SARL, então, em liquidação, o imóvel pelo valor de 170.000\$00¹⁸⁹.

Em conformidade com a portaria n.º 301, de 23 de Dezembro de 1925, que declara «urgente a expropriação por utilidade pública» do edifício, e nos termos do art.º 1.º do Decreto de 1912.02.15, os proprietários do prédio, Alfredo Esteves e esposa, em 7 de Janeiro de 1926, aceitam da Administração dos Departamentos, Capitánias e Delegações do Ministério da Marinha, a quantia de 250.000\$00 como valor da indemnização da expropriação¹⁹⁰, passando a funcionar neste prédio, desde então, a Capitania do Porto de Aveiro – nome por que ficaria conhecido esse imóvel, hoje em ruína.



9. Capitania do Porto de Aveiro

11.4. A transferência da Escola para o Hospital Velho da Misericórdia

Os anos lectivos de 1918 e 1919 são prejudicados pela mudança de propriedade e de instalações. Das excelentes condições onde se achava instalada, a Escola Industrial Fernando Caldeira vai para o «hospital velho» da Santa Casa da

Misericórdia de Aveiro, onde de resto se manteria até à década de 1950.

A Escola ficaria ali instalada ainda por muitos anos, tornando-se conhecida por todos, jocosa ou carinhosamente, como a «Universidade da Costeira»¹⁹¹.

Em face das pressões do proprietário António Alves Videira para lhe ser cedido o edifício da Escola, Francisco Silva Rocha procura encontrar alternativa para não causar mais incómodos aos alunos. Em Junho notificava a Direcção do Ensino Industrial e Comercial: «[...] que se torna urgente a mudança da Escola, tendo para esse fim já empregado alguns esforços para conseguir uma casa que sirva para instalar a Escola, o que já consegui. Irá, se V. Exa. autorizar, para o antigo hospital desta cidade, pedindo, portanto, a V. Exa. autorização para fazer um contrato de longo prazo com a Santa Casa da Misericórdia, a qual pede uma renda anual de 500 escudos, obrigando-se a fazer as obras necessárias para uma boa instalação»¹⁹². Pedia o professor Silva Rocha que fosse «votada uma verba para a mudança e instalação das aulas», o que, em sua opinião «nunca poderá ser inferior a 400\$00, incluindo nesta verba a de canalizações, candeeiros, etc.». Terminava implorando «uma resposta o mais breve possível, neste sentido, para não se perder a casa que satisfaz plenamente ao fim desejado»¹⁹³.

Um mês depois, em Julho de 1918, na reunião da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, o provedor Lourenço Simões Peixinho participa «que lhe havia sido solicitado o arrendamento do antigo hospital velho, para nele se instalar a Escola Industrial Fernando Caldeira»¹⁹⁴. Evocando as vantagens económicas da entrada do valor da renda, acrescentava que, em sua opinião, era necessário proceder à realização «das obras indispensáveis para essa instalação». A proposta foi bem acolhida pela totalidade dos mesários que acharam que se devia tratar do contrato de arrendamento, bem como da realização das obras necessárias «por conta desta Santa Casa»¹⁹⁵.

Em Novembro desse ano de 1918, Silva Rocha ainda continuava sem resposta de Lisboa sobre a urgência da mudança da Escola. Volta a referir as vantagens das novas instalações em que já haviam sido iniciadas as obras de beneficiação e adaptação: «já arranjei boa instalação para a Escola que é no antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, no qual foi preciso fazer obras que montam a 6.000\$00. Resta, porém, regular este assunto [...]. A renda que agora tem de ser paga pelo Estado não pode ser menos de 450\$00 anuais, sendo esta renda muito barata se atendermos às obras feitas, e à instalação que fica numa das melhores que conheço»¹⁹⁶.

Em Janeiro de 1919, de Lisboa ainda não havia notificação alguma. Silva Rocha volta a insistir na necessidade de uma resposta (positiva): «cumpre-me dizer que entre mim e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia há apenas um compromisso de palavra, o que tudo se resume ao seguinte: a

Escola foi desalojada do seu antigo edifício em virtude das obras da nova avenida. Imediatamente a este facto procurei um novo alojamento para a Escola no antigo hospital desta cidade, tendo pedido ao seu Provedor para nele fazer as obras necessárias sem compromisso algum para o Estado, sendo essas obras orientadas no sentido de servirem para a Escola. As obras estão concluídas, podendo desde já funcionar as aulas. O Provedor, porém, precisa de saber se pretende ou não a casa por 500\$00 anuais, aliás alugará a outra entidade, o que seria um desastre. Tem vários pretendentes. Resta apenas V. Exa. informar S. Exa. o Ministro deste assunto, mandando aqui observar se o prédio vale ou não a renda. Quanto a mim devo informar que os prédios circunvizinhos estão alugados por mais do dobro, e alguns com menos acomodações [...]»¹⁹⁷.

Em Junho desse ano, o Presidente da Câmara e provedor da Misericórdia, Dr. Lourenço Peixinho, informa o Director da Escola de que fora votada a verba necessária para o pagamento da sua renda¹⁹⁸, mas o contrato continuava por fazer: «novamente o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro insiste para que se efectue o contrato de arrendamento da casa para a Escola entre o Estado e aquela corporação. O provedor entende que a renda anual de 600\$00 é justa e razoável, atendendo à casa e às obras que se fizeram para ficar uma boa instalação»¹⁹⁹. Silva Rocha concluiu dizendo não lhe parecer exagerada a verba pedida. Um mês depois, o director da Escola volta a insistir na defesa do valor da renda, observando que era bom que o prazo do contrato fosse o mais largo possível por forma a poder fazer-se face à forte inflação que se fazia sentir. Nesse ofício testemunha a inaudita subida dos preços: «as rendas e vendas sobem de uma maneira extraordinária, pelo que devo dizer a V. Exa. que ultimamente se tem vendido aqui para construção terrenos a 20\$00 o m² e as casas que agora se têm vendido têm atingido somas espantosas»²⁰⁰.

Respondendo a um pedido de esclarecimento da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial, Francisco Silva Rocha informa «que a Mesa da Misericórdia resolveu não arrendar a casa por menos de 600\$00 anuais, podendo o contrato ter a duração que o Estado entendesse», opinando que aquela Direcção Geral deveria aceitar a proposta por a considerar «justa e equitativa»²⁰¹.

No final de Agosto de 1919, o Director da Escola insiste uma vez mais para que lhe seja dada uma resposta²⁰². Só em Outubro desse ano é que o Estado resolve solicitar a proposta da Misericórdia.

Para que tal se possa realizar, Silva Rocha envia «a planta das instalações para o serviço das escolas de cerâmica e aulas comerciais» e a «proposta de contrato de arrendamento para a instalação da Escola de Cerâmica “Fernando Caldeira”». No ofício dirigido ao Director Geral do Ensino Industrial e Comercial, Silva Rocha afirma: «conheço as aulas de todo o

País, e a não ser duas escolas de Lisboa – a «Marquês de Pombal» e a de «Xabregas» – ousou dizer que esta escola ficará no seu género numa das melhores instaladas [...]. As instalações são compreendidas por um perímetro de 139,5 metros»²⁰³.

Nesse mesmo ofício, Silva Rocha remetia à Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial a *Proposta do Contrato de Arrendamento para instalação da Escola de Cerâmica «Fernando Caldeira»*, onde se descrevem minuciosamente os espaços a ocupar pela Escola:



10. Carimbo da Escola, 1912

«A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro arrenda ao Estado pelo prazo que este entender, para instalar a antiga Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira, hoje Escola de Cerâmica Fernando Caldeira, todo o prédio alto e baixos compreendido pela Igreja da Misericórdia, Rua Direita, herdeiros de João Pinto de Miranda, Rua da Corredoura, isto é, a parte superior da Sala do Despacho ou das Sessões, varanda das colunas, salas contíguas a esta parte superior da abóbada da sacristia e, bem assim, a casa da bomba, a parte superior do antigo Asilo José Estêvão, que entesa com a antiga Rua da Corredora e os pátios e servidões que dão acesso a todas estas e aquelas dependências do prédio arrendado e tudo pelo preço de seiscentos escudos pagos em duodécimos ou anualmente. Este arrendamento ficará a vigorar desde 1 de Julho de 1919»²⁰⁴.

No final de Outubro, o director da Escola volta a insistir na urgência do «envio de uma pessoa idónea a fim de tratar do arrendamento da casa onde há um ano funciona a Escola»²⁰⁵. Sem efeito. Dois anos depois, nem o contrato fora ainda celebrado entre as duas partes, como não fora paga qualquer renda.

12. A passagem a Escola de Artes e Ofícios

Com a criação do Curso Elementar de Comércio, em 1915, a Escola vê aumentar o número de alunos e alargada a sua base

de apoio social. A Escola Industrial e Comercial de Aveiro – como o *Campeão das Províncias* lhe chamaria desde então – é olhada com estima por um leque muito alargado de grupos sociais.

Em 1917, um professor não identificado escreveu nas páginas daquele periódico local um artigo onde torna clara o modo como a formação ministrada na Escola era olhada, especialmente pelo sector do comércio: «nas circunstâncias actuais da vida portuguesa, nenhum outro curso oferece mais vantagens à mocidade estudiosa dos dois sexos. O curso de habilitação ao magistério é mais longo e enfadonho, sujeito a dispêndios sucessivos, garantindo apenas uma remuneração mesquinha. Os cursos científicos são muito longos, e tão caros que poucos podem aspirar a eles e levá-los ao fim»²⁰⁶.

Acrescentava o mesmo autor: «O curso [de comércio] da escola industrial [...] oferece uma habilitação prática, e os que se aplicarem a essas disciplinas com vontade e decisão, têm a certeza de encontrar logo colocação bem remunerada nas casas comerciais, escritórios, etc., onde se paga aos empregados de merecimento o triplo do que ganha um modesto professor primário [...]. Dá-lhe essas garantias e outras prosperidades no futuro, o estudo das disciplinas que se ensinam na Escola Industrial». E terminava dizendo: «e não são só os rapazes que gozam dessas vantagens; também as raparigas que, como se sabe, estão sendo muito preferidas nas casas de modas, vendas, escritórios, etc., serviços que lhes estão a carácter, desde que haja as devidas habilitações»²⁰⁷.

No Verão de 1919, a imprensa local, a Associação Comercial e Industrial e a Câmara Municipal juntavam-se em coro para protestar contra a «despromoção» da Escola. A publicação do decreto n.º 5.029, de 5 de Dezembro de 1918, da autoria do secretário de Estado do Comércio, Azevedo Neves, alterou profundamente a organização da Escola.

Titulava, em primeira página, o *Campeão das Províncias*: «A Escola Industrial e Comercial de Aveiro está reduzida a uma simples escola de artes e ofícios»: «[...] a Escola Industrial passou a ser de artes e ofícios e a comercial ficou reduzida a uma simples aula, tendo uma e outra um ou dois professores»²⁰⁸. Protestava o periódico dos republicanos evolucionistas locais que «a Fábrica da Vista Alegre – a mais importante da Península Ibérica –, a Fábrica de Cerâmica da Fonte Nova, a de telha e de outros produtos artísticos dos Srs. Campos & Filhos, e vários outros núcleos espalhados na cidade e arredores atestam exuberantemente que os conhecimentos adquiridos pelos seus empregados técnicos nessa escola, sob a proficiente direcção do Sr. Francisco Augusto da Silva Rocha, que tem sido o verdadeiro nervo do seu progresso e do progresso das suas oficinas, permitindo-lhes combater no nosso próprio mercado artigos similares vindos de fora [...]. Acrescentava

o mesmo artigo que «[...] o curso comercial de Aveiro, apesar da sua curta duração, tem sido a feira de preparação de tantos empregados do comércio [...]», concluindo que em face disso, «competia ao Estado dispensar à Escola Industrial e Comercial de Aveiro toda a protecção necessária para lhe assegurar um futuro próspero. Era necessário promover o seu desenvolvimento, dando-lhe uma feição mais prática de maior especialização técnica [...]». Enfim, procurando mostrar a importância da Escola para o desenvolvimento da indústria e comércio da cidade e da região, o *Campeão das Províncias* protestava contra o facto de o Estado não proteger aquela instituição, considerando aquele «decreto ditatorial do governo dezembrista», uma «grave ofensa para a cidade e para o distrito»²⁰⁹.

O mesmo periódico dá publicidade ao protesto veemente da Associação Comercial e Industrial que considera tal facto muito lesivo dos interesses da cidade e da região: «não se compreende, Sr. Ministro, que estando a nossa terra a progredir do ponto de vista industrial e comercial, e não tendo sido estranho o provado aproveitamento que os alunos da Escola têm demonstrado e a aplicação prática que dos conhecimentos adquiridos têm feito nas principais casas de actividade fabril [...]»²¹⁰.

Algum tempo depois, também o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Aveiro, Lourenço Simões Peixinho, em carta aos deputados e senadores do círculo eleitoral de Aveiro, de quem esperava uma atitude enérgica em defesas dos interesses da cidade e da região, no parlamento, protestava contra a publicação do referido decreto que reduzia «as funções da Escola Industrial e Comercial de Aveiro à singela expressão de simples escola de artes e ofícios»²¹¹. Acrescentava o referido ofício: «Grave ofensa que o facto representa para a cidade e para o distrito de Aveiro, acrescida de um prejuízo enorme para o ensino e, portanto, também para a Indústria e Comércio de todo o País, *que tão bons frutos estavam colhendo dos excelentes resultados produzidos pela mesma Escola, pois se encontram hoje à frente de importantes empresas nacionais alunos por ela habilitados*»²¹².

Procurando alargar a frente de contestação ao referido projecto, é enviado outro ofício de idêntico teor à Direcção da Associação Comercial e Industrial de Aveiro: «Tendo um decreto do Governo a que presidiu o extinto Dr. Sidónio Pais reduzido a Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira, desta cidade, à expressão mais simples, ou seja à sua degenerescência para simples escola de artes e ofícios, resolveu a Câmara da minha presidência representar ao Governo solicitando o retorno da mesma escola à sua antiga categoria e solicitar à associação a que V. Exa. tão dignamente

preside, o seu esforço também no mesmo sentido»²¹³.

Em 1921, no contexto do forte movimento regionalista da década de 20, a Associação Comercial, dirigida por Alberto Souto, integra a reforma da Escola num pacote de medidas urgentes, onde se contavam a dragagem da Ria, as obras da Barra, a criação de estações aquícolas, zootécnicas e agrícolas, a necessidade de um quartel, a criação da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, etc.²¹⁴. A mesma associação convida António da Fonseca, responsável pela pasta do Comércio, a visitar Aveiro para lhe poder dar conta das dificuldades sentidas.

A propósito da ida do ministro à Escola Industrial, perguntava Francisco Homem Cristo, então envolvido nos projectos de autonomia regional: «A Escola é comercial? É industrial? – perguntou-se e o Director e os Aveirenses que têm tomado a peito este escandaloso caso da Escola Fernando Caldeira não puderam explicar. Aquilo não é nada [...]. Nem ensina comércio, nem educa para a indústria. Não tem cursos nem professores. Tem um director que tem de ensinar o que deveriam ensinar os professores e tem um mestre de pintura cerâmica que não tem cerâmica nem tintas para pintar.

«A Escola está num edifício da Misericórdia. Pois o Estado há três anos que não paga a renda!

«Quem acreditaria em tal monstruosidade, se o Director da Escola e o Provedor da Misericórdia o não garantissem [...]. Homem Cristo, Silva Rocha e Alberto Souto expuseram as necessidades do ensino técnico e demonstraram as razões por que aqui deve existir um curso industrial elementar».

13. Finalmente Escola Industrial e Comercial

Em Setembro de 1924, o Director Geral do Ensino Industrial e Comercial, Álvaro Coelho, esteve em Aveiro «a fim de se certificar do valor industrial e fabril da região»²¹⁵. Sobre a evidente relação entre esta visita e o decreto de Outubro, os jornais locais nada disseram. O referido Director Geral «visitou todas as fábricas de cerâmica, incluindo as da Vista Alegre e Quintãs, assim como a Escola Industrial»²¹⁶.

Um mês depois, a imprensa exultava de contentamento com o «importante melhoramento» que Aveiro acabava de conseguir: «a Escola Fernando Caldeira passou definitivamente à categoria de Escola Industrial e Comercial»²¹⁷.

O Democrata dedica um generoso espaço ao acontecimento, testemunhando o forte empenhamento de «tantos aveirenses amigos da sua terra e cônscios das necessidades da educação do seu povo». A notícia constituiu uma homenagem a todos os que se bateram pelo ensino técnico-profissional, em Aveiro. Mas terá tido um sabor diferente para Francisco Augusto da Silva Rocha na medida

em que o seu nome é reabilitado pelo órgão oficioso dos republicanos locais: «Aveiro possui, finalmente, um estabelecimento de ensino técnico, cuja organização corresponde às tendências manifestas das aptidões da sua população trabalhadora e que, por certo, muito vai concorrer para dar à mocidade aveirense um aperfeiçoamento no exercício das suas faculdades de trabalho que de futuro há-de tornar o povo desta terra verdadeiramente digno do seu tempo e capaz de enfrentar as exigências da vida moderna. Na cerâmica, na carpintaria, na marcenaria, na serralharia, sempre se têm revelado verdadeiras vocações, sendo bem conhecido o merecimento dos nossos artistas e artífices.

«Óptimos resultados têm produzido o ensino do Desenho na Escola Fernando Caldeira, ensino ministrado desde a fundação da Escola por um aveirense que é digno da maior gratidão dos seus conterrâneos e que ao ensino popular tem dedicado toda a sua vida com a maior dedicação e competência.

«Referimo-nos a Francisco Augusto da Silva Rocha que, sendo de nascimento humilde, filho de um artista de Aveiro, se valorizou pelo seu esforço, pela sua inteligência e pelo seu saber e aqui conquistou com o respeito e a estima de todos, um lugar dos mais distintos da nossa sociedade.

«A sua acção educadora é das mais dignas de nota, de louvor e de reconhecimento, e *O Democrata*, jornal que tanto ama a sua terra e que sabe fazer justiça a todos os que a servem e engrandecem, não seria justo se nesta hora esquecesse o nome do distinto professor»²¹⁸.

Continuava o jornal, evocando instituições e personalidades – esquecendo, compreensivelmente, algumas –, fazendo um importante balanço dos esforços para dotar Aveiro de um estabelecimento de ensino profissional: «se o ensino do desenho tem produzido óptimos resultados, não era o bastante para um meio como Aveiro. De há muito anos se reclamava o que em matéria de ensino técnico nos era devido.

«Às constantes solicitações de Silva Rocha em favor do desenvolvimento da sua escola, juntaram-se as representações da Associação Comercial e Industrial e da Câmara Municipal, os esforços de alguns dos nossos deputados, a campanha da imprensa.

«Edmundo Machado, Domingos Leite, Gustavo Ferreira Pinto Basto, Francisco Regala, só para falarmos dos mortos, quando dentro da Associação Comercial, muito trabalharam para que a Escola Fernando Caldeira se tornasse uma verdadeira escola das profissões da indústria e do comércio.

«Conseguido em 1915 o Curso Elementar do Comércio, depois de um aturado trabalho dos deputados, Câmara e Associação Comercial, logo a ditadura sidonista a reduziu a Escola de artes e ofícios, acabando com o curso que tão belos

frutos produzira e que tão boas situações proporcionara a alguns rapazes que o seguiram.

«Em 1920, a Junta da Defesa dos Interesses de Aveiro, e, em 1921, a Associação Comercial incluíam a reorganização da Escola no número das suas mais instantes reclamações. Da visita do Sr. Dr. António da Fonseca, ministro do Comércio, resultou a apresentação duma proposta de lei ao parlamento, precedida dum brilhante relatório, que não chegou a ser discutida.

«A reforma da Escola Fernando Caldeira foi, depois, um dos principais objectos do programa da conjunção regionalista e de tal forma agitado e debatido que o congresso democrático realizado em Aveiro, em 1922, para procurar atenuar o efeito da vitória regionalista, não podia deixar de se ocupar de tão momentoso assunto.

«Mercê da acção inteligente e da persistente campanha de alguns dedicados aveirenses, este assunto tornava-se uma aspiração unânime de todas as actividades locais. Foi, porém, um ministro independente dos partidos políticos, mas talentoso e superiormente intencionado, o Sr. Dr. Nuno Simões, quem, atendendo o pedido de alguns aveirenses ilustres, melhorou a Escola, em Junho último, criando nela algumas cadeiras do curso comercial, obra que outro ministro do Comércio, o Sr. Henrique Pires Monteiro, veio a completar, brilhantemente, após a sua visita a esta cidade, dotando a Escola com o Curso Elementar do Comércio e desenvolvendo o ensino industrial de forma a satisfazer as aspirações de Aveiro». O artigo termina, referindo a acção do Director Geral do Ensino Industrial e Comercial, Álvaro Coelho, que pouco tempo antes estivera em Aveiro.

Ainda no mesmo artigo, a confirmar o enorme interesse que o referido decreto suscitou e a importância que as elites locais atribuíam à Escola, *O Democrata* dava conta pormenorizada da reforma introduzida pelo decreto n.º 10.119, de 24 de Setembro²¹⁹.

A Escola passa a ter, além do director, um professor de *Desenho Geral e Ornamental*, um professor de *Desenho Mecânico* e de *Construções*, um de *Língua Pátria e Francesa*, um de *Inglês*, um de *Aritmética Comercial*, um de *Elementos de Teoria e Comércio*, *Direito Comercial* e *Economia Política*, *Geografia Comercial*, *Vias de Comunicação e Transporte*, um de *Aritmética e Geometria*, *Princípios de Física e Química* e *Noções de Tecnologia e Mercadorias*, e mestre de *Caligrafia*, *Estenografia* e *Dactilografia*, *Carpintaria* e *Marcenaria*, *Trabalhos Femininos* e dois mestres ceramistas. Os cursos têm uma duração de três anos.

A abertura da Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira verificou-se no dia 20 de Outubro de 1924, com uma frequência de mais de 200 alunos²²⁰. Acrescenta *O Democrata*

que «a matrícula do 1.º ano do Curso Comercial é de 94 alunos, o que excede toda a expectativa, obrigando ao desdobramento do curso em turmas que já começaram a funcionar, uma de tarde e outra à noite, de harmonia com as conveniências dos alunos, muitos dos quais são empregados do comércio, alguns sargentos do exército, outros das localidades vizinhas e algumas meninas»²²¹.

Além desse curso, as aulas de Desenho continuavam a ser muito frequentadas por operários e pintores. «Para o Curso Prático de Trabalhos Femininos foi contratada a Sr.ª D. Otília Loureiro, senhora aveirense de grande modéstia, mas artista de extraordinário mérito [...]. O Curso de Lavoires, que certamente virá a ser feito de tarde, deve prestar à população feminina de Aveiro os mais apreciáveis serviços, pois muitas raparigas que não podem frequentar os colégios, vão encontrar na Escola Industrial um complemento à sua educação prática»²²².

O mesmo jornal testemunha o movimento para ocupação das vagas existentes: «Ao contrário dos pretendentes aos lugares de professores que têm andado a acotovelar-se, a Sr.ª D. Otília Loureiro a ninguém pediu o lugar que vai desempenhar. Foi a sua competência que a impôs e por isso o Ministério do Comércio, informado do seu mérito, a contratou.

«Para mestre de *Caligrafia, Estenografia e Dactilografia*, foi contratado o Sr. João José de Almeida, velho republicano portuense, muito erudito e trabalhador, que estava prestando serviços na organização da biblioteca municipal desta cidade». Concluía o jornal, apoiado nas informações de Silva Rocha, que «é possível que ainda este ano lectivo se abram os cursos profissionais industriais que seriam da mais decidida vantagem para a educação das nossas classes trabalhadoras».

14. O «esquecimento» da Escola

Entretanto, nesse mesmo ano de 1924, os grupos dirigentes da cidade sentem-se alarmados com o anúncio da despromoção do Liceu de Aveiro. Se quiséssemos comparar o movimento de defesa do liceu com qualquer outra manifestação de defesa da Escola Industrial, a diferença era abissal. A Escola só suscita artigos de primeira página após a 1.ª Guerra Mundial. Até aí, todas as notícias mais não eram que breves e lacónicas referências, insertas nas páginas interiores, à mistura com outros assuntos de importância diminuta. Não admirará, pois, o extraordinário movimento de defesa do estatuto de Liceu Central adquirido em 1916, por um decreto promulgado por Barbosa de Magalhães, depois de muitos anos de persistente mediação da Câmara junto do Governo²²³.

Recebendo a notícia com grande aplauso, o *Distrito de Aveiro* refere: «A pedido da Câmara e por intervenção directa

do ilustre deputado Dr. Barbosa de Magalhães foi elevado a central o Liceu desta cidade. Mas essa lei só terá efectivação quando a câmara do concelho por si ou associada a outras câmaras do distrito se obrigar legalmente a custear o excesso de despesa que a execução da referida lei acarreta para o Estado. Esse excesso não vai a mais de 2 contos no primeiro ano, visto que as duas classes a mais não exigem mais de dois ou três professores que podem muito bem ser interinos ou agregados»²²⁴.

O liceu, frequentado por três a quatro centenas de alunos de todo o Distrito, era uma importante fonte de rendimento para o pequeno comércio local e dava um considerável prestígio político. Esses números explicam por que razão o movimento de protesto tivesse sido dirigido pela Associação Comercial.

Mas sobre esta questão havia vozes dissonantes. O periódico republicano, *O Democrata* considerava a promoção do liceu merecedora de todo o elogio, como elogiado deveria ser o seu principal impulsionador, o reitor Dr. Álvaro de Moura. Mas não deixava de referir que, «com a elevação do liceu a central vieram dar mais animação à vida pacata da população aveirense algumas dezenas de estudantes. Os benefícios resultantes do acréscimo de mais duas classes não compensam, nem de longe os grandes sacrifícios impostos às minguadas receitas do município, encargo que, com toda a equidade, devia recair na devida proporção sobre as câmaras vizinhas que bastante lucraram com a actual categoria do liceu [...]»²²⁵.

A este propósito clamava *O Democrata*: «Ora Aveiro está ameaçado de mais um corte no seu Liceu Central. Há tempos foi-lhe retirado o curso complementar de Letras e agora fala-se em suprimir o curso complementar de Ciências. Quer dizer: o Liceu Central de Aveiro passará a nacional, e, portanto, ficará apenas com o curso geral de cinco anos [...]. O Liceu de Aveiro existe desde 14 de Julho de 1851, e ocupa o actual edifício, um dos melhores e mais belos da cidade, desde 1860, devendo-se a sua construção a José Estêvão Coelho de Magalhães, que o requereu em sessão parlamentar de 16 de Julho de 1853»²²⁶. Acrescentava o jornal, escondendo o papel de Barbosa de Magalhães na promoção do Liceu: «Em 1916, a pedido da Câmara e porque interessava fundamentalmente aos povos desta região, foi o liceu elevado a central, que manteve com brilho até ao corrente ano. É nesta altura que aparece um ministro que, para comprimir as despesas, desorganiza o ensino em geral e, em especial, baixa de categoria o Liceu de Aveiro [...]. Foi-se o curso de Letras; ir-se-á o Curso de Ciências, se os corpos administrativos não incluírem nos seus orçamentos a quantia necessária, uns 20 contos, para custear as despesas das Ciências»²²⁷.

Com as atenções voltadas para o liceu, a reorganização da Escola Industrial fez manchete apenas durante uma semana nos periódicos locais. Depois viriam dificuldades que só duas décadas mais tarde teriam solução.

15. ANEXOS

15.1. Petição da Câmara Municipal de Aveiro

A Camara resolveu representar ao Governo de S. Magestade sobre a utilidade da criação d'uma aula de desenho industrial no Azylo-Escola [...].

Senhor!

O Azylo-Escola do districto d'Aveiro que por Decreto de 24 de dezembro de 1892, passou para a administração da camara municipal da capital do mesmo districto, tem já officinas de diferentes artes e officios, digo, e industrias, – como a de marceneiro, a de alfaiate e outras, e a camara municipal do concelho d'Aveiro, no desempenho das obrigações que a lei lhe impõe, pretende alargar quanto possivel o ensino pratico n'aquelle instituto melhorando-o na parte que já está creada e ampliando-o pela criação de novas officinas. Só d'este modo, desenvolvendo largamente a aprendizagem simultanea de diferentes artes, poderá aproveitar a aptidão dos alumnos e facilitar-lhes collocação e meios de existencia quando tiverem de deixar a escola, nun [fl. 118v.] ca perdendo de vista que o ensino mais vantajoso será sempre aquelle que lhes der entrada nas officinas das industrias mais largamente desenvolvidas na localidade.

Considerando que o Azylo-Escola até hoje nada fez com o fim de instruir os seus alumnos nas artes ceramicas, quando a proximidade de duas fabricas tão importantes como a de porcelana da Vista-Alegre e de faianças da Fonte Nova, onde concerteza se occupam mais de quatro centos operarios, naturalmente indicava essa arte como uma das que melhor poderiam garantir a futura collocação dos azylados; considerando mais o interesse d'essas mesmas industrias, não só nas referidas fabricas mas tambem fóra d'ellas, pois é sabido quanto n'esta região são numerosas as pequenas officinas de oleiro e quanto ao mesmo tempo escasseiam os operarios habilitados para esse mister; julgou a camara municipal d'este concelho de Aveiro que, em quanto não pôde completar o ensino pratico dos azylados, prestaria bom serviço ao Azylo e á industria creando desde já uma aula de dezenho industrial que facilmente acreditaria os alumnos do Azylo como bons pintores e modeladores aproveitando ao mesmo tempo aos extranhos ao azylo pela admissão ás lições da escola d'um pequeno numero d'operarios, conforme a capacidade do edificio e as necessidades do ensino.

E tal foi o acolhimento que essa idéa encontrou no publico e nos interessados que logo foram offerecidos á camara importantes donativos para tal fim, sobressaindo, entre todos o da fabrica da Vista Alegre que põe á disposição do Azylo, por emprestimo, a mobilia, modelos, e mais material da escola de desenho que em tempo existiu na mesma fabrica, e concorre

com 50:000 reis para a instalação.

A importancia d'uma aula de desenho industrial no Azylo-Escola, onde a frequencia, que tantas vezes escasseia n'estes institutos, por ser obrigatória para os asylados com certeza se torna effectiva, as vantagens que d'ahi adviriam aos operarios instruidos no Azylo, aos extranhos que de tal beneficio quizessem aproveitar-se, e ás industrias particularmente á marcenaria e ceramica, que assim facilmente poderiam recrutar um bom pessoal, a exiguidade da despeza d'uma instituição, alias tão importante, pois o seu custeio será feito pelas forças do Azylo-Escola, dentro do seu orçamento, e pelos donativos particulares, – tudo nos leva a crer que teremos n'aquella escola uma criação duradoura, economica e fecunda.

Para facilitar-a e para poupar ao Azylo-Escola maiores des [fl. 119] pezas attendendo á provada utilidade da instituição e ás excepcionaes condições em que é estabelecida, a camara municipal do Concelho d'Aveiro vem respeitosa e pedir a Vossa Magestade que, para coadjuvar tão vantajoso empreendimento, ordene pelos seus Ministros que Francisco Augusto da Silva Rocha, desenhador effectivo do quadro das obras publicas seja nomeado para em commissão reger uma cadeira de desenho industrial no Azylo-Escola Districtal d'Aveiro, sem prejuizo da sua collocação no quadro, vencimentos, gratificações, promoção e quaesquer outras vantagens inherentes aos empregados da sua cathegoria.

Pede a V. magestade a graça de deferir-lhe E. R. Mercê.

(AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro. Actas. 1891-1895*, liv. 25, 1893.06.28, fl. 118-119, transcrito em *A Indústria*, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1893, p. 33-35).

15.2. Decreto de criação da Escola de Desenho Industrial de Aveiro

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou a Camara municipal d'Aveiro: ha por bem ordenar que, pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria, e em harmonia com os recursos do Estado, seja concedido á mesma camara auxilio para a fundação de uma eschola industrial que aquella corporação pretende crear no asylo-eschola districtal, na qual se ministrará o ensino do desenho geral e industrial, competindo á referida camara a administração disciplinar e financeira, e ao dito ministerio a direcção e inspecção technica da eschola. Manda outrosim o mesmo augusto senhor que, de acôrdo com a mencionada camara, se formule o regulamento necessario ao bom funcionamento da eschola.

Paço, em 28 de outubro de 1893.

Bernardino Luiz Machado Guimarães.

(*Diario do Governo*, n.º 273, 1893.12.01, p. 3058).

**15.3. Relação dos primeiros alunos
da Escola de Desenho Industrial de Aveiro
Ano lectivo de 1894-1895**

N.º	IDADE	NOMES	NATURALIDADE	PROFISSÕES
1	33	Aires de Moura Barbosa	Vera-Cruz	Carpinteiro
2	19	Jerónimo de Oliveira	Vera-Cruz	Carpinteiro
3	15	Artur Rodrigues da Paula	Vera-Cruz	Carpinteiro
4	13	Álvaro Simões Amaro	Vera-Cruz	Oleiro
5	12	António do Amaral Fartura	Vera-Cruz	Oleiro
6	11	José dos Santos Gamelas	Vera-Cruz	Oleiro
7	18	Carlos Branco	Lisboa ¹	Pintor Cerâmico
8	25	João Gonçalves	Porto ²	Pintor Cerâmico
9	20	António Pereira	Aradas	Pintor Cerâmico
10	17	Francisco Gomes	Glória	Pintor Cerâmico
11	-	João de Pinho das Neves	Glória	Pintor Cerâmico
12	-	Feliciano Pinho das Neves	Glória	Pintor Cerâmico
13	-	José de Pinho	Vera-Cruz	Pintor Cerâmico
14	-	António Serafim	Vera-Cruz	Pintor Cerâmico
15	-	Licínio da Silva	Glória	Pintor Cerâmico
16	-	João Bernardo	Glória	Oleiro
17	-	Manuel Quina	Glória	Oleiro
18	-	Álvaro Quaresma	Ílhavo	Oleiro
19	30	Venerando de Matos	Glória	Oleiro
20	15	João de Pinho	Glória	Oleiro
21	34	Duarte José de Magalhães	Ílhavo	Pintor Cerâmico
22	-	Cesário da Rocha	Ílhavo	Pintor Cerâmico
23	-	José Maria Matias	Ílhavo	Pintor Cerâmico
24	-	Francisco Teixeira	Ílhavo	Modelador
25	25	Francisco Miler	Ílhavo	Porcelanista
26	29	António da Rocha Júnior	Penafiel ³	Pintor Cerâmico
27	19	Francisco da Silva	Ílhavo	Pintor Cerâmico
28	13	António da Silva	Ílhavo	Pintor Cerâmico
29	20	Paulo Namorado	Ílhavo	Pintor Cerâmico
30	16	Sebastião Correia	Ílhavo	Pintor Cerâmico
31	26	António Franco	Vagos	Gravador
32	26	Augusto Moreira	Ílhavo	Modelador
33	33	Alberto Saraiva Monteiro	Lamego ⁴	Veterinário
34	28	António Augusto da Silva	Glória	Entalhador
35	20	João José Trindade	Glória	Serralheiro
36	29	José da Silva	Glória	Gravador
37	15	Joaquim Ferreira Barreto	Glória	Estucador
38	21	Henrique Pereira Campos	Vera-Cruz	Marceneiro
39	17	Artur Trindade	Glória	Serralheiro
40	20	António Augusto P. de Resende	Esgueira	Carpinteiro
41	32	Francisco dos Santos Oliveira	Esgueira	Carpinteiro
42	17	Elias Ferreira de Andrade	Vera-Cruz	Marceneiro
43	19	Manuel Augusto Picado	Glória	Carpinteiro

N.º	IDADE	NOMES	NATURALIDADE	PROFISSÕES
44	27	Manuel de Bastos	Esgueira	Carpinteiro
45	27	José Maria da Cunha	Esgueira	Carpinteiro
46	18	Olímpio Correia	Glória	Carpinteiro
47	29	Firmino Fernandes	Glória	Carpinteiro
48	20	Artur Ferreira de Lucena	Vera-Cruz	Carpinteiro
49	11	Joaquim Ferreira Sucena	Vera-Cruz	Estudante
50	22	Luís Rodrigues Dilalma	Vera-Cruz	Carpinteiro
51	14	Paulo da Conceição Moreira	Glória	Empregado Público
52	10	Manuel Maria Moreira	Glória	Estudante
53	18	João Rodrigues Júnior	Glória	Alfaiate
54	16	João Serra	Glória	Sapateiro
55	20	Francisco Martins Raposo	Glória	Estudante
56	18	Amadeu Augusto da Silva Marques	Vera-Cruz	Estudante
57	17	Luís da Silva Marques	Vera-Cruz	Estudante
58	13	Alfredo Osório	Vila da Feira	Alfaiate
59	16	António dos Santos Lé	Lisboa	Sapateiro
60	13	David Pina Formoso	Vila da Feira	Alfaiate
61	16	Florindo Anastácio Falcão	Glória	Alfaiate
62	14	Germano Estêvão do Carmo	Glória	Alfaiate
63	14	Humberto Hilário da Silveira	Glória	Alfaiate
64	17	João Ferreira de Magalhães	Glória	Alfaiate
65	16	Joaquim de Abril Leão	Vila da Feira	Sapateiro
66	17	Joaquim Maria Custódio	Sever do Vouga	Marceneiro
67	13	José da Rosa Nogueira	Glória	Alfaiate
68	16	Manuel Nunes da Silva	Glória	Sapateiro
69	16	Silvestre de Almeida Neves	Glória	Marceneiro
70	15	Elias Ferreira de Andrade	Vera-Cruz	Marceneiro
71	13	João Pereira Campos	Vera-Cruz	Marceneiro
72	17	Humberto Bessa Salgueiro	Vera-Cruz	Estudante
73	14	José Ferreira Martins	Glória	Alfaiate
74	15	Luís Rodrigues dos Santos	Glória	Alfaiate
75	20	Armando Augusto da Silva	Glória	Sapateiro
76	18	Isaías Monteiro Teles Abrunhosa	Vera-Cruz	Sapateiro
77	18	Francisco de Lemos Júnior	Vera-Cruz	Calafate
78	16	José Maria Paulino	Vera-Cruz	Barbeiro
79	16	Victor Coelho da Silva	Porto ⁵	Chapeleiro
80	11	Eduardo Coelho da Silva	Porto	Chapeleiro
81	10	António Rodrigues Vieira	Glória	Estudante
82	17	Epifânio Rodrigues Lima	Glória	Caixeiro
83	16	José António de Carvalho Júnior	Glória	Caixeiro
84	14	Alberto Ferreira Martins	Glória	Caixeiro
85	29	Paulo de Melo Magalhães	Glória	Estudante
86	23	Eduardo de Oliveira Barbosa	Vera-Cruz	Canteiro
87	23	Ananias Henriques de Oliveira	Glória	Caixeiro
88	25	José Maria Pereira Júnior	Glória	Tipógrafo
89	16	José Ferreira de Barros	Glória	Oleiro
90	14	José Maria da Naia	Vera-Cruz	Oleiro

N.º	IDADE	NOMES	NATURALIDADE	PROFISSÕES
91	11	António Rodrigues da Paula	Glória	Estudante
92	29	Manuel Augusto da Silva	Glória	Carpinteiro
93	23	António Gaspar de Oliveira	Mogofores	Canteiro
94	18	Sabiniano da Silva Marques	Albergaria-a-Velha	Caixeiro
95	14	Manuel Ribeiro da Silva	Glória	Serralheiro
96	12	Álvaro Ribeiro da Silva	Glória	Estudante
97	29	Manuel Nunes de Figueiredo	Vera-Cruz	Barbeiro
98	17	Emílio Vilar	Porto6	Estudante
99	13	Marcos Gomes	Ílhavo	Pintor Cerâmico
100	26	José Gaspar de Oliveira	Mogofores	Canteiro
101	15	Abel Marques da Graça	Ílhavo	Pintor Cerâmico
102	18	Bento de Oliveira Frade	Ílhavo	Pintor Cerâmico
103	12	João Luís Flamengo	Ílhavo	Caixeiro
104	10	Américo da Silva	Glória	Estudante
105	-	Albert Roulet	Limoges ⁷	Porcelanista
106	-	Adelino de Deus da Silva	Glória	Marceneiro
107	28	João Dias de Oliveira	Glória	Marceneiro

¹ Natural da freguesia de S. Sebastião. ² Natural da freguesia de Oliveira do Douro. ³ Natural da freguesia de Paredes. ⁴ Natural da freguesia da Sé. ⁵ Natural da freguesia de S.to Ildefonso. ⁶ Natural da freguesia de Cedofeita. ⁷ Cidadão francês, filho de Francis Roulet, nascido na freguesia de S.t Pierre, Limoges.

NOTAS

- * Mestre em História Contemporânea de Portugal. ISCIA
- A fim de possibilitar a leitura a um maior número de pessoas, a grafia foi actualizada no corpo do texto, sendo, no entanto, mantida nas remissões em notas de fim de texto, bem como nos anexos. Quero exprimir a minha gratidão pelo apoio prestado ao Conselho Directivo da Escola Secundária N.º 1. Uma referência especial é devida aos meus colegas e amigos, Dr. Carlos Dias, Dr. Emanuel Cunha, Dr. Manuel Barreira e Dr. Manuel.
- 1 *Progresso de Aveiro*, n.º 449, 1909.07.08, p. 2, c. 1 e *Correio de Aveiro*, n.º 50, 1911.01.29, p. 3, c. 2.
 - 2 Manuel Ferreira Rodrigues, «O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893», in *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 21-22, 1993, p. 25-52.
 - 3 Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 643, 1893.06.18, p. 2, c. 1; *idem*, n.º 647, 1893.07.02, p. 1, c. 5. Veja, também, Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), *Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1891-1895*, liv. 25, 1892.12.22, fls. 85.87. Sobre a questão da «despromoção» do Liceu de Aveiro, veja, de Elías Fernandes Pereira, «Breves reflexões. A propósito do projecto de reforma de instrução secundária, lido na Câmara dos Srs. Deputados, em uma das suas sessões de Novembro de 1894», *Revista dos Liceus*, 4.º ano, Porto, 1894, p. 367-382; 418-442.
 - 4 A Ria constituía a base da subsistência de uma vasta população dispersa por 25 freguesias, entre Ovar e Mira. A sua situação, no início da década de Noventa, impossibilitava a navegabilidade, onerando as operações comerciais, impedindo o transporte de matérias-primas e mercadorias; impossibilitava a apanha do

bibRiA

- molho; afectava a pesca e a produção de sal; agravava as condições sanitárias da região, etc. Em Abril realizou-se um grande comício, onde foi eleita uma comissão que enviou ao rei uma longa representação, que dá conta pormenorizada das circunstâncias em que se encontravam todos os esteiros, sectores afectados e valores dos prejuízos, e pedia a dragagem como solução para os problemas sentidos. A situação da ria e a do liceu não diminuíram o interesse da imprensa local pela criação da escola industrial (Cfr. *Representação aprovada no comício que em 3 d'Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria da mesma cidade*, Aveiro, 1893. Estou grato ao Sr. Dr. Francisco Pinho por me ter facultado a cópia dos documentos relativos ao processo referido).
- 5 *O Povo de Aveiro*, n.º 643, 1893.06.18, p. 2, c. 1.
 - 6 AHMA, *Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1891-1895*, liv. 25, 1893.06.28, fl. 118 v.
 - 7 *Ibidem*.
 - 8 *Ibidem*.
 - 9 Na reunião convocada para se programar a recepção ao ministro Bernardino Machado, a Câmara Municipal reduziu ao mínimo as despesas, atendendo às «más condições financeiras em que o município se encontra», valendo-se das ofertas de serviços de alguns municípios (Cfr. AHMA, *Camara Municipal de Aveiro. Actas. 1891-1895*, liv. 25, 1893.08.28, fl. 198-198 v.
 - 10 A imprensa local acompanhou com atenção, desde o início da década de 1880, as várias fases de construção do farol, depois de

- ter denunciado o abandono em que se encontrava o porto, as dunas, os paredões, os obsoletos sistemas de sinalização náutica, etc. É, pois, elevado o número de testemunhos sobre esta questão. Entre os mais significativos, veja, *O Povo de Aveiro*, n.º 86, 1883.09.16, p. 2, c. 2; *idem*, n.º 132, 1884.08.03, p. 3, c. 1; *idem*, n.º 295, 1887.10.09, p. 3, c. 2; *idem*, n.º 373, 1889.02.24, p. 1, c. 5 e *idem*, n.º 373, 1889.02.24, p. 2, c. 5.
- 11 «Ministro das Obras Públicas», *O Povo de Aveiro*, n.º 665, 1893.09.03, p. 2, c. 2-3. O ministro seguiu de Aveiro para o Porto de Leixões, em 2 de Setembro.
- 12 João Augusto Marques Gomes, *Subsídios para a história de Aveiro*, Aveiro, Typ. de *O Campeão das Províncias*, 1899, p. 239-248. *Idem*, «Cerâmica aveirense - III. 1487-1922», *O Campeão das Províncias*, n.º 6797, 1922.06.10, p. 2. Veja, também, Amadeu Cachim, «A Escola Técnica de Aveiro. Ontem e Hoje», *Litoral*, n.º 86, 1956.05.26, p. 1-2.
- 13 Cfr. *Diário do Governo*, n.º 273, 1893.12.01.
- 14 AHMA, *Livros de officios de diferentes auctoridades*, liv. 715, 1893.11.14, fls. inums. *Sublinhados meus*. Este documento é a transcrição do texto do decreto.
- 15 AHMA, *Livros de officios de diferentes auctoridades*, liv. 715, 1893.11.14, fls. inums.
- 16 Mário Alberto Neves da Costa, *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 97.
- 17 AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro. Actas*. 1891-1895, liv. 25, 1893.11.14, fl. 143 v.
- 18 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 757, 1894.07.26, p. 2, c. 1.
- 19 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 761, 1894.08.09, p. 2, c. 2.
- 20 *Diário do Governo*, n.º 276, de 1896.12.02. Ver, também, Soberania do Povo, n.º 1929, 1898.02.
- 21 *Diário do Governo*, n.º 276, de 1896.12.02.
- 22 No *Campeão das Províncias* pode ler-se: «De não ter sido devidamente instalada a escola de habilitação para o magistério resulta não só prejuízo para Aveiro, mas também um acto de desobediência praticado pela Câmara Municipal, que para contrariar este notável melhoramento local praticou igualmente a irregularidade de não dar aplicação escrupulosa à verba que para aquele encargo se achava consignada no seu orçamento do corrente ano. Vê-se, portanto, que não era séria a increpação que aí se fazia às passadas vereações, por desviarem de umas para outras despesas algumas verbas orçamentais. Agora os que faziam disso cavalo de batalha para inculcarem a sua honestidade, pretendem fazer exactamente o mesmo que dantes censuravam (*idem*, n.º 4777, 1898.05.28, p. 1, c. 3).
- 23 Cfr. «Escola de habilitação», *Campeão das Províncias*, n.º 4774, 1898.05.14, p. 1, c. 4.
- 24 «Escola de habilitação», *Campeão das Províncias*, n.º 4777, 1898.05.28, p. 1, c. 3. Veja, também, o n.º 4774. A escola seria aberta em 10 de Janeiro de 1899, sob a direcção do Dr. Elias Fernandes Pereira e do Pe Marques de Castilho (Cfr. «Magistério Primário», *Campeão das Províncias*, n.º 4738, 1898.01.05, p. 1, c. 1).
- 25 AHMA, *Livro copiador de officios*, liv. n.º 597, 1894.03.05, fl. 102. Veja o officio de Silva Rocha. AHMA, *Pasta contendo officios de diferentes autoridades*, fls. inums.
- 26 AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro. Actas*. 1891-1895, liv. 25, 1894.06.06, fl. 174.
- 27 *Ibidem*.
- 28 *Idem*, 1894.06.18, fl. 110.
- 29 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 743, 1894.06.07, p. 1, c. 3.
- 30 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 756, 1894.07.22, p. 2, c. 5.
- 31 Cfr. AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro. Actas*. 1891-1895, liv. 25, 1894.08.01, fl. 179v; e *Livro copiador de officios*, liv. n.º 597, 1894.08.08, fl. 117 v.
- 32 AHMA, *Câmara Municipal de Aveiro. Actas*. 1891-1895, liv. 25, 1894.08.01, fl. 179 v.
- 33 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 757, 1894.07.26, p. 2, c. 1.
- 34 Cfr. nota de despesa apresentada pelo director da escola, AHMA, *Pasta contendo officios de diferentes autoridades*. 1894.08.17, fls. inums. Veja, também, «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 757, 1894.07.26, p. 2, c. 2. O aluguer da casa de Domingos dos Santos Leite teve início em 1 de Agosto (Cfr. AHMA, *Livro de escrituração da receita e despesa diária*, 1889-1896, liv. 335, fl. 287).
- 35 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 761, 1894.08.09, p. 1, c. 5.
- 36 *Commercio do Porto*, ano XLI, n.º 190, 1894.08.12, p. 2, c. 6; *idem*, n.º 191, 1894.08.13, p. 3, c. 1-2. Veja, também, *O Povo de Aveiro*, n.º 762, 1894.08.12, p. 2, c. 2; *idem*, n.º 763, 1894.08.16, p. 2, c. 1-3.
- 37 As festas de José Estêvão», *O Povo de Aveiro*, n.º 762, 1894.08.12, p. 3, c. 2.
- 38 AHMA, *Pasta contendo officios de diferentes autoridades*, liv. 717, 1894.09.07, fls. inums.
- 39 *Ibidem*.
- 40 Cfr. AHMA, *Copiador de officios*, liv. 597, 1894.09.24, fl. 125 v.
- 41 *O Povo de Aveiro*, n.º 776, 1894.09.30, p. 3, c. 5.
- 42 AHMA, *Pasta contendo officios de diferentes autoridades*, liv. 717, 1894.11.15, fls. inums.
- 43 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 791, 1894.11.22, p. 1, c. 4.
- 44 *Idem*, n.º 757, 1894.07.26, p. 2, c. 2.
- 45 *Idem*, n.º 779, 1894.10.11, p. 1, c. 5.
- 46 *Idem*, n.º 779, 1894.10.11, p. 1, c. 5.
- 47 *Ibidem*.
- 48 *Idem*, n.º 791, 1894.11.22, p. 1, c. 4.
- 49 *Ibidem*. Noutro número, pode ler-se: «da Fábrica de Louça da Vista Alegre frequentam a escola 18 operários, e do Asilo-Escola frequentam-na 16 rapazes» («Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 779, 1894.10.11, p. 1, c. 5).
- 50 AESN1, Officio 83. Total 100 alunos. Ficaram aprovados 96 alunos (*idem*, Officio 85, *idem*, 1898.07.11, fl. 9).
- 51 AHMA, *Correspondência Recebida*, liv. 715, fls. inums.
- 52 Cfr. AESN1, Officio 25, fl. 15.
- 53 Silva Rocha fazia parte do júri de exames da Escola Bernardino Machado, Figueira da Foz («Officio 83 á Inspeção», *Correspondência Expedida, desde o Decreto da Lei de 14 de Dezembro de 1897*, 1898.07.01, fl. 8 v.). Ver, também, officio 3 e 6, fl. 9 v.
- 54 A. D. Marques, *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro ano - 1891*, Aveiro, s.d., p. 16. Ver, também, AESN1, Officio 25, fl. 15.
- 55 AHMA, *Livro de Officios de diferentes autoridades*, liv. 722, fls.

- inums.
- 56 Despacho ministerial datado de 1896.10.31, citado em carta de António Arroio à Câmara Municipal de Aveiro (AHMA, *Livro de Offícios de diferentes autoridades*, liv. 722, 1896.11.04, fl. inum.).
- 57 AESN1. «Ofício 8 à Inspeção», fls. 11-13.
- 58 AESN1. *Livro de termos de Juramento e Posse desta Escola*, 1898.01.12, fl. 1.
- 59 AESN1. «Ofício 153 à Inspeção», in *Correspondência expedida* [...]. 1899.11.01, fls. 34 v.-35.
- 60 AESN1. *Livro de termos de Juramento e Posse desta Escola*, 1911.02.23, fl. 2.
- 61 *Idem*, 1912.11.01, fl. 2.
- 62 *Correio de Aveiro*, n.º 138, 1912.10.20, p. 3, c. 1.
- 63 AESN1. *Livro de termos de Juramento e Posse desta Escola*, 1914.03.14, fl. 2 v.
- 64 *Idem*, 1914.11.11, fl. 3.
- 65 AESN1. *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º 142, 1915.10.23, fls. inums.
- 66 *Idem*, of.º 303, 1917.10.24, fls. inums.
- 67 *Ibidem*.
- 68 *Ibidem*.
- 69 AESN1. *Correspondência expedida* [...], 1899.11.04, fls. 34 v.-35.
- 70 AHMA, *Livro de ofícios de diferentes autoridades*, liv. 722, fls. inums.
- 71 Cfr. AESN1. «Ofício 94. Repartição da Industria», *Livro de Correspondência Recebida*, 1898.04.02, fl. 2.
- 72 *Ibidem*.
- 73 AESN1. «Ofício n.º 64 à Repartição da Industria», *Correspondência Expedida, desde o Decreto da Lei de 14 de Dezembro de 1897*, 1898.04.02, fl. 6.
- 74 Cfr. Decreto de 1884.10.09. *Diário do Governo*, n.º 234, de 1884.10.14.
- 75 *Soberania do Povo*, n.º 1922, 1897.12.16, p. 2, c. 4-5.
- 76 *A Tarde citada pela Soberania do Povo*, n.º 1923, 1897.12.19, p. 2, c. 3-4.
- 77 *Soberania do Povo*, n.º 1925, 1897.12.26, p. 2, c. 1-2.
- 78 *Soberania do Povo*, n.º 1927, 1898.01.06, p. 2, 1-6.
- 79 *Campeão das Províncias*, n.º 4737, 1898.01.01, p. 1, c. 6.
- 80 *Soberania do Povo*, n.º 1925, 1897.12.26, p. 2, c. 1-2.
- 81 *O Povo de Aveiro*, n.º 114, 1884.03.30, p. 3, c. 3.
- 82 *O Povo de Aveiro*, n.º 726, 1894.04.08, p. 2, c. 5. Foi deputado por Águeda. em 1866. Escreveu uma longa poesia que leu nas festas da cidade (*Distrito de Aveiro*, n.º 597, 1866.10.23, p. 4).
- 83 «Liceu de Aveiro», *Distrito de Aveiro*, n.º 3663, 1907.10.24, p. 2, c. 1. Em 1907-08 o liceu tinha 232 alunos, dos quais 59 eram novos.
- 84 «Escola Industrial de Aveiro», *Distrito de Aveiro*, n.º 3678, 1907.12.16, p. 1, c. 1. Sublinhado meu.
- 85 Arquivo da Associação Comercial de Aveiro (AACA), *Actas da Direcção*. 1898-1919, 1898.10.03, fl. 4v.
- 87 «A cidade de Aveiro», *Vitalidade*, n.º 618, 1905.03.18, p. 1, c. 3-4. O assunto não é referido nas actas da Associação Comercial e Industrial de Aveiro.
- 88 «Escola Industrial de Aveiro», *Vitalidade*, n.º 618, 1905.03.18, p. 1, c. 3-4. A Associação Comercial de Aveiro era dirigida por Domingos José dos Santos Leite. António da Cunha Pereira, Elias dos Santos Gamelas, Francisco Ferreira da Maia e João Francisco Leitão.
- 88 «Associação Comercial», *O Democrata*, n.º 9, 1908.04.18, p. 2, c. 3-4.
- 89 *Progresso de Aveiro*, n.º 449, 1909.07.08, p. 2, c. 1.
- 90 Cfr. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 1909.07.26.
- 91 «Escola Industrial», *O Aveirense*, n.º 87, 1909.07.11, p. 1, c. 1.
- 92 *Progresso de Aveiro, citado pelo Povo de Aveiro*, n.º 1316, 1909.07.11, p. 3, c. 5.
- 93 *O Aveirense*, n.º 89, 1909.07.25, p. 1, c. 2. «Ernesto Korrodi». *Povo de Aveiro*, n.º 519, 1909.07.25, p. 3-4.
- 94 «Ernesto Korrodi», *Povo de Aveiro*, n.º 519, 1909.07.25, p. 3-4.
- 95 *Ibidem*.
- 96 *Idem*, n.º 521, 1909.08.08, p. 4.
- 97 *Progresso de Aveiro*, n.º 454, 1909.08.12, p. 2, c. 1.
- 98 *Idem*, n.º 460, 1909.09.23, p. 1, c. 5.
- 99 *Idem*, citado pelo *Povo de Aveiro*, n.º 1327, 1909.09.26, p. 2, c. 2.
- 100 *Idem*, n.º 464, 1909.10.21, p. 1, c. 3.
- 101 *Beira Mar*, n.º 38, 1909.09.16, p. 1, c. 1-2. Cfr. *Povo de Aveiro*, n.º 1328, 1909.10.03, p. 2-3.
- 102 «Interesses locais. A remodelação da Escola Industrial de Aveiro», *O Democrata*, n.º 316, 1914.04.03, p. 2, c. 2-3.
- 103 AESN1, *Livro da Correspondência da escola*. 1901-1915. fl. 76 v. Nesta carta parcialmente dactilografada, Silva Rocha riscou os nome do presidente da Câmara, Bernardo de Sousa Torres, para sobrepor o seu. É com a assinatura de Bernardo de Sousa Torres que a imprensa dá publicidade a este texto (Cfr. *O Democrata*, n.º 316, 1914.04.03, p. 2, c. 2-3).
- 104 *Diário do Governo*, n.º 107, 1914.06.30, p. 326.
- 105 *O Democrata*, 1914.12.03, p. 2, c. 2.
- 106 AESN1, *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.os 108 e 112, fls. inums.
- 107 AESN1, *Idem*, of.º 110, 113, fls. inums. O ofício da Repartição do Ensino Industrial e Comercial tinha a data de 1915.04.29.
- 108 AESN1, *idem*, of.º 152, 161, 1915.11.12 e 1915.12.15, fls. inums.
- 109 AESN1, *idem*, of.º 130, fls. inums.
- 110 AESN1, *idem*, of.º 132, fls. inums.
- 111 AESN1, *idem*, of.º 547, fls. inums.
- 112 *Ibidem*.
- 113 AESN1. «A cadeira de Inglês na Escola Industrial», *Campeão das Províncias*, n.º 2562, 1917.12.01, p.1, c. 4.
- 114 AESN1, *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º 147, 1915.10.31, fls. inums.
- 115 AESN1, *idem*, of.º 296, 1917.10.03, fls. inums.
- 116 AESN1, *idem*, of.º n.º 305, 1917.10.30, fls. inums.
- 117 AESN1, *idem*, of.º n.º 363, 1917.08.07, fls. inums.
- 118 AESN1, *idem*, of.º n.º 364, 1918.09.12, fls. inums.
- 119 «Problemas de Instrução. Ensino Técnico, industrial e comercial. A reforma elaborada pelo Sr. Dr. Barbosa de Magalhães», *Campeão das Províncias*, n.º 6550, 1917.09.08, p. 1, c. 1-4.
- 120 Em certa medida, a situação era idêntica noutras regiões do País; mesmo na Capital a situação não era substancialmente melhor (Veja, por exemplo, o *Diário do Governo*, de 1897.04.05).
- 121 Iniciado em 1855, o novo edifício do liceu seria inaugurado em 15 de Fevereiro de 1860 (Cfr. *Campeão do Vouga*, 1855.09.03, p. 3, c. 6).
- 122 José Pereira Tavares, *O Liceu de Aveiro* (1860.1935) [separata da revista *Labor*, n.º 63], Aveiro, 1935, p. 11. Note-se que entre a data do lançamento da primeira pedra do Teatro D. Pedro V (mais tarde denominado Teatro Aveirense), em 1855, e o da sua

- inauguração, em 1881, passaram-se perto de trinta anos.
- 123 *Campeão das Províncias*, n.º 4822, 1898.11.02, p. 1, c. 5-6. O início dos trabalhos tivera lugar em Abril de 1897.
- 124 *Ibidem*.
- 125 *Ibidem*. Acrescentava o semanário, a propósito do edifício do Governo Civil: «Aquela construção, pois, devida à iniciativa do sr. Dr. Barbosa de Magalhães quando presidente da Junta Geral, e até agora continuada por seu impulso, representará para o Estado avultada economia, e para os serviços públicos uma comodidade notável».
- 126 Sobre esta questão, veja as Actas da Câmara Municipal de Aveiro e as da sua Comissão Executiva, bem como as várias pastas de correspondência endereçada às sucessivas vereações, no período referido.
- 127 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 761, 1894.08.09, p. 1, c. 5.
- 128 «Escola de Desenho Industrial», *O Povo de Aveiro*, n.º 756, 1894.07.22, p. 2, c. 5. Noutro número, o mesmo periódico afirma que a escola foi «instalada numa dependência do edifício do Ilhote» («As festas de José Estêvão», *O Povo de Aveiro*, n.º 762, 1894.08.12, p. 3, c. 3).
- 129 AHMA, *Livro de escrituração e receita diária da Câmara Municipal de Aveiro*, 1894.12.31, fl. 287.
- 130 AESN1, «Nota n.º 83. Direcção Geral», *Livro de Registo da Correspondência Expedida*, 1901.04.23, fl. 58 v.
- 131 Contudo, note-se que a Câmara Municipal de Aveiro autorizou o pagamento de 11\$250 réis pela renda «relativa aos meses de Agosto a Dezembro», valor que não coincide com o enunciado no documento da Escola (Cfr. AHMA, *Livro de escrituração e receita diária da Câmara Municipal de Aveiro*, 1894.12.31, fl. 287). Como não foi possível encontrar a escritura de arrendamento ficam as dúvidas sobre esta questão.
- 132 AESN1, «Ofício n.º 36. Direcção Geral», *Livro de Registo da Correspondência Expedida*, fl. 57.
- 133 Portaria n.º, *Diário do Governo*, 1899.09.04.
- 134 AESN1, «Ofício n.º 132 à Inspeção», *Livro de Registo da Correspondência Expedida*, 1899.09.07, fls. 30v-31.
- 135 Cfr. AHMA, *Actas [...]*, liv. 26, fl. 51.
- 136 *Campeão das Províncias*, n.º 6, 1902.03.05, p. 1, c. 2.
- 137 «Ofício 135 à Inspeção», *Livro de Correspondência Expedida*, 1899.09.16, fl. 31 v.
- 138 *Povo de Aveiro*, n.º 1020, 1903.11.01, p. 3, c. 2.
- 139 *Povo de Aveiro*, n.º 1021, 1903.11.08, p. 3, c. 2.
- 140 *Ibidem*. Alguns autores referem a data de 1830. Creio não ter sido nessa data. Razões de natureza política terão causado dificuldades várias a José Ferreira Pinto Basto, entre 1829 e 1934. Seu sogro comprou por 900.000 réis a casa dos Moinhos a D. Clara Mendes Leite, em 19 de Junho de 1901 (ADAVR, Aveiro, not. B. Faria de Magalhães, Liv. 1365-5, fls. 26v.-28v.).
- 141 Sobre este moinho, veja Manuel Barreira, «O Vale do Cojo no Século XVII. Azenhas e Ilhote», in *Estudos Aveirenses*, n.º 6-7, 1996, p. 243-254. Sobre a sua importância na evolução dos moinhos de maré, em Portugal, veja, Jorge Custódio, «Os moinhos de maré em Portugal», *Actas e Comunicações do I Encontro Sobre Património Industrial. Coimbra. Guimarães. Lisboa/1986*, vol. I, Coimbra, 1989, p. 343-389.
- 142 Cfr. Helena Costa e Melo, «As dores e as histórias de uma capitania», *Diário Regional Aveiro-Viseu*, 1995.06.19, p. XIX.
- Esta autora, citando documentos do ANTT (Chancelaria de D. João I, livs. 52 v. e 31), refere alguns dos proprietários das construções com funções de moinhos de maré ali existentes, em 1582 e 1757.
- 143 *Milenário de Aveiro*, vol. I, p. 205.
- 144 Acrescenta que «a máquina tinha a força de oitenta cavalos e fazia rodar dois moinhos que podia reduzir a farinha, em cada hora, catorze alqueires de milho da medida de Aveiro. Também descascava arroz. A empresa, além do proprietário tinha alguns sócios» (José R. Rangel de Quadros Oudinot, Aveiro. *Apontamentos avulsos (manuscritos)*. De 1911 a 1916, Aveiro, p. 116-117).
- 145 *Idem*, op. cit., p. 117.
- 146 *Idem*, op. cit., p. 122-124.
- 147 «Escola Industrial Fernando Caldeira», *Campeão das Províncias*, n.º 5627, 1903.08.12, p. 1, c. 2. *Idem*, n.º 5291, 1903.11.04, p. 1, c. 2-3.
- 148 *Ibidem*.
- 149 «João Pedro Soares», *Campeão das Províncias*, n.º 5601, 1903.12.09, p. 1, c. 2-3.
- 150 «Escola Industrial Fernando Caldeira», *Campeão das Províncias*, n.º 5291, 1903.11.04, p. 1, c. 2.
- 151 *Campeão das Províncias*, n.º 5293, 1903.11.11, p. 1.
- 152 «Escola Industrial Fernando Caldeira», *Campeão das Províncias*, n.º 5627, 1903.08.12, p. 1, c. 2.
- 153 AHMA, *Camara Municipal de Aveiro. Actas*, liv. 26.
- 154 Património e Notariado da Câmara Municipal de Aveiro (PNCMA), *Livro de Escrituras*. 1903-1905, liv. n.º 4, fl. 10-11 v.
- 155 Cfr. *Campeão das Províncias*, n.º 5343, 1904.05.11, p. 2, c. 1.
- 156 PNCMA, *Livro de Escrituras*. 1903-1905, liv. n.º 4, fl. 11.
- 157 ADAVR, not. Joaquim Simões Peixinho, liv. 1271-44, fls. 44 v.-45 v.
- 158 Cfr. AHMA, «Sessão de 28 de Outubro de 1908», *Actas [...]*, liv. , fl. 130.
- 159 APCMA, liv. 5, fls. 6-7 v.
- 160 Weiss de Oliveira, «História de uma efémera governação civil em Aveiro. Explicações necessárias», *Correio de Aveiro*, n.º 48, 1911.01.15, p. 3, c. 2. A presença de Weiss Oliveira em Aveiro, em 1924, para a fundação de uma organização denominada Juventudes Católicas, suscitou ao órgão republicano da cidade, O Democrata comentários azedos, anticlericais: «Antigo cirurgião dos hospitais, ex-governador civil de ridícula memória, que daqui foi corrido há anos, apesar de ter vindo acompanhado de alguns considerados republicanos» (*O Democrata*, n.º 819, 1924.03.15, p1, c. 1; veja, também, o n.º 821).
- 161 *Correio de Aveiro*, n.º 48, 1911.01.15, p. 3, c. 2. Veja, também, o n.º 50.
- 162 *Correio de Aveiro*, n.º 51, 1911.02.05, p. 2, c. 1.
- 163 *O Democrata*, n.º 226, 1912.06.21, p. 2, c. 6.
- 164 AHMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, «Sessão de 1911.11.08», liv. 29, fl. 41 v. *Sublinhados meus*.
- 165 *Ibidem*.
- 166 AHMA, *Ofícios Recebidos*. 1911, «Ao cidadão Presidente da Comissão Municipal de Aveiro», liv. 751, fls. inums.
- 167 *Ibidem*.
- 168 AHMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, «Sessão de 1912.10.08», liv. 29, fl. 59.
- 169 Cfr. «Resoluções importantes», *O Democrata*, n.º 184,

- 1911.08.25, p. 2, c. 3. Veja, também, o n.º 201, 1911.12.22, p. 1, c. 4-6.
- 170 Cfr. «Fala Manuel Augusto da Silva, presidente da Câmara Municipal de Aveiro em entrevista à Liberdade, *A Liberdade*, n.º 46, 1911.11.21, p. 2, c. 1-3.
- 171 *O Democrata*, n.º 208, 1912.02.16, p. 2, c. 2-3.
- 172 AHMA. Carta de F. A. Silva Rocha à Câmara Municipal de Aveiro, *Livro de Correspondência Recebida*, liv. 753, 1912.01.20, fls. inums.
- 173 *Ibidem*.
- 174 *Ibidem*.
- 175 *Ibidem*.
- 176 AHMA, Sessão de 1914.04.16, fl. 82.
- 177 «Escola Industrial», *Campeão das Províncias*, n.º 6549, 1917.09.01, p. 1, c. 2. Veja, também, *O Democrata*, n.º 469, 1917.04.20, p. 2, c. 2-3.
- 178 *Ibidem*.
- 179 *Ibidem*.
- 180 AESNI. *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º n.º 329, 1917.01.16, fls. inums. Noutro ofício, Silva Rocha diz que a data da transacção é 20 de Dezembro de 1917 (AESNI, *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º n.º 343, 1918.03.14, fls. inums..
- 181 AESNI, *idem*, of.º n.º 343, 1918.03.14, fls. inums.
- 182 AESNI, *idem*, of.º n.º 335, 1918.02.15, fls. inums.
- 183 *Ibidem*.
- 184 ADAVR, not. Albano Duarte Pinheiro e Silva, liv. 1152, 1917.12.21, fls. 44 v.-45 v.
- 185 AESNI, *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º n.º 343, 1918.03.14, fls. inums.
- 186 *Idem*, of.º n.º 358, 1918.06.01, fls. inums.
- 187 António Alves Videira e mulher vendem à Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, representada pelos seus directores, António Henriques Máximo Júnior e Manuel Razoilo do Sacramento (ADAVR, Aveiro, not. André dos Reis, liv. 1271-61, 1918.10.02, fl. 4-5). O valor da transacção foi de 8.000\$00, correspondendo 2.000\$00 ao terreno anexo e o restante à «Casa dos Moinhos».
- 188 Cfr. ADAVR, not. Silvério A. Barbosa de Magalhães, liv. 536-112, fls. 25-25 v.
- 189 Cfr. ADAVR, Aveiro, not. Silvério Augusto Barbosa Magalhães, *Actos e Contratos*, liv. 564-140, fls. 11 v.-13. A Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, SARL era representada pelos seus liquidatários, Dr. José Vieira Gamelas, Jeremias Vicente Ferreira, Francisco Augusto da Silva Rocha - então, também, gerente da Caixa Económica de Aveiro -, João da Cruz Bento e Henrique dos Santos Rato. Alfredo Esteves participara noutros actos de compra de bens da referida empresa como representante da Empresa de Navegação e Pescas, juntamente com o seu gerente Egas Salgueiro (Cfr., por exemplo, ADAVR, Aveiro, not. Silvério A. Barbosa de Magalhães, *Actos e Contratos*, liv. 556-132, fls. 22 v.-26).
- 190 ADAVR, Aveiro, not. Silvério A. Barbosa de Magalhães, *Actos e Contratos*, liv. 567-143, fls. 52-54 v.
- 191 «Quanto do progresso de Aveiro é devido à Escola de Fernando Caldeira», *Litoral*, n.º 876, 1971.00.11, p. 1-2.
- 192 AESNI. *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º n.º 358, 1918.06.01, fls. inums.
- 193 *Ibidem*.
- 194 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (ASCMA), *Livro das Actas das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, liv. 22, sessão de 1918.07.21, fl. 212.
- 195 ASCMA, *idem*, fl. 213.
- 196 AESNI, *Correspondência expedida*, 1915-1925, of.º n.º 374, 1918.11.19, fls. inums.
- 197 AESNI, *idem*, of.º n.º 380, 1919.01.06, fls. inums.
- 198 AESNI, *idem*, of.º n.º 413, 1919.06.04, fls. inums.
- 199 AESNI, *idem*, of.º n.º 419, 1919.06.16, fls. inums.
- 200 AESNI, *idem*, of.º n.º 429, 1919.07.28, fls. inums.
- 201 AESNI, *idem*, of.º n.º 431, 1918.08.08, fls. inums.
- 202 AESNI, *idem*, of.º n.º 374, 1918.08.29, fls. inums.
- 203 AESNI, *idem*, of.º n.º 465, 1919.10.12, fls. inums.
- 204 *Ibidem*.
- 205 AESNI, *idem*, of.º n.º 473, 1919.10.29, fls. inums.
- 206 Um professor, «A instrução pública em Portugal», *Campeão das Províncias*, n.º 6548, 1917.08.25, p. 1, c. 1-3.
- 207 *Ibidem*.
- 208 «A Escola Industrial e Comercial de Aveiro está reduzida a uma simples escola de artes e ofícios», *Campeão das Províncias*, n.º 6641, 1919.06.21, p. 1, c. 1-3.
- 209 *Ibidem*.
- 210 «Associação Comercial e Industrial de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 6642, 1919.06.28, p. 2, c. 1-3. O ofício da ACIA tinha a data de 20 de Junho. Da direcção da Associação faziam parte, Manuel Lopes Guimarães (presidente), Lívio da Silva Salgueiro, Máximo Henriques de Oliveira, Francisco Pereira Lopes e Eduardo de Pinho das Neves (*Ibidem*).
- 211 AHMA, *Livro de registo de ofícios expedidos*, liv. 618, ofício de 1919.07.20, fls. inums.
- 212 *Ibidem*.
- 213 *Ibidem*.
- 214 Assembleia Geral em 23 de Fevereiro de 1921 (*O Democrata*, n.º 667, 1921.03.26, p. 2, c. 4.
- 215 «Hóspede ilustre», *O Democrata*, n.º 843, 1924.09.06, p. 1, c. 1.
- 216 *Ibidem*.
- 217 «Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira. Um importante melhoramento que Aveiro acaba de conseguir», *O Democrata*, n.º 847, 1924.10.04, p. 1, c. 1-3.
- 218 *Ibidem*.
- 219 *Ibidem*.
- 220 «Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira», *O Democrata*, n.º 850, 1924.10.25, p. 1, c. 5-6.
- 221 *Ibidem*.
- 222 *Ibidem*.
- 223 AHMA. *Actas* [...], 1914.11.18, fls. 88 v.-89 e, sessão de 1916.11.23, fl. 112 v. Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 38, 1916.11.26, p. 3, c. 4. Em 1911, a Câmara Municipal de Aveiro, dirigida pelo «mestre de obras diplomado» Manuel Augusto da Silva, envidou esforços para que o liceu obtivesse esse estatuto (*O Patriota*, n.º 2, 1911.10.15, p. 1, c. 3).
- 224 «Liceu», *Distrito de Aveiro*, n.º 23, 1916.08.13, p. 2, c. 4.
- 225 *O Democrata*, n.º 474, 1917.05.25, p. 2, c. 6. Álvaro de Moura melhorou as instalações do liceu, dotando-o com condições higiénicas e recreativas que de todo carecia.
- 226 *O Democrata*, n.º 849, 1924.10.18, p. 1, c. 1-2. Veja, também, o n.º 851.

SINOPSE CRONOLÓGICA

1882 - 1924

- 1882.06.12 Em homenagem ao Marquês de Pombal, o *Grémio Aveirense* promove a Exposição Distrital de Aveiro. Tenta, sem sucesso, a criação de uma escola industrial.
- 1883 A Fábrica de Porcelana da Vista Alegre e a Fábrica de Louça da Fonte Nova fazem esforços conjuntos para a criação de uma escola industrial.
- 1884.03.06 A Câmara Municipal de Aveiro (CMA) pede ao governo a criação de uma escola industrial.
- 1884.06. A Junta Geral do Distrito «fez subir ao Governo uma representação pedindo a criação de uma escola industrial nesta cidade».
- 1889.11.07 A CMA renova o pedido oficial de «criação de uma escola industrial em Aveiro».
- 1892.11.10 A CMA solicita ao governo a criação de uma *Aula de Desenho Industrial* nas instalações do Asilo-Escola Distrital, a fim de ali serem ministrados conhecimentos relacionados com a indústria cerâmica.
- 1892.12.24 O Asilo-Escola do distrito de Aveiro passa para a administração da Câmara Municipal de Aveiro, quando já possuía oficinas de marcenaria, alfaiataria e outras.
- 1893.06.18 Reunião pública, nos Paços do Concelho, para «pedir ao Governo a criação de uma escola de Desenho Industrial em Aveiro».
- 1893.06.28 A CMA pede autorização para estabelecer no Asilo-Escola Distrital a cadeira de desenho industrial para a qual os directores da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre concorrem com o subsídio de 50\$000 réis e emprestam o mobiliário necessário.
- 1893.08.30 Bernardino Machado, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, desloca-se a Aveiro com o fim de inaugurar o Farol da Barra. Visita, então, as fábricas da Fonte Nova e da Vista Alegre, onde promete aos seus proprietários a criação de uma Escola de Desenho Industrial em Aveiro.
- 1893.10.28 **Criação oficial da Escola de Desenho Industrial de Aveiro.**
- 1894.06.13 A imprensa e a CMA pressionam a Direcção das Escolas Industriais no sentido de ser elaborado o regulamento da Escola de Desenho Industrial, e marcada a data da sua inauguração.
- 1894.08.01 A CMA convida Bernardino Machado para a inauguração, considerando-o o fundador da escola.
- 1894.08.11 **Inauguração solene da Escola de Desenho Industrial**, instalada num amplo rés-do-chão, próximo do Hotel Vouga, no Cojo.
- 1894.08.01 A CMA aluga o referido rés-do-chão de uma casa de Domingos dos Santos Leite.
- 1894.08.06 Em número insuficiente, chegou o mobiliário para a Escola.
- 1894.09.20 Abertura das matrículas que decorrem até 5 de Outubro.
- 1894.10.17 **Abertura das aulas** com 107 alunos, operários das fábricas da Vista Alegre, da Fonte Nova e do Asilo-Escola Distrital, entre outros.
- 1896.10.31 António Rodrigues da Silva, antigo professor e director da Escola Gonçalo Velho Cabral, é nomeado director da Escola de Desenho Industrial de Aveiro.
- 1897-1898 Polémica por causa do patrono da Escola.
- 1897.12.16 Conselho Escolar formado pelo director, António Rodrigues da Silva, e pelo professor Francisco A. Silva Rocha. Carlos Hugo Richter só integraria o referido conselho em 4 de Janeiro do ano seguinte.
- 1898.03.04 A Repartição da Indústria decide que tanto a renda da casa como o mobiliário ficariam a cargo da Câmara Municipal de Aveiro; as demais despesas, como material de expediente e algum fisco seriam tiradas da verba autorizada para as despesas do material da Escola.
- 1898.01.12 Carlos Hugo Richter toma posse, por decisão da Repartição da Indústria, como «professor de desenho aplicado à Cerâmica».
- 1900.10.09 Porque António Rodrigues da Silva fora chamado a dirigir a Escola Industrial Domingos Sequeira, em Leiria, a direcção da Escola Fernando Caldeira passa a ser assegurada (interinamente) por Francisco Augusto da Silva Rocha. A escola, até aqui com três professores, não poderá contar senão com os dois restantes.

- 1900.12.05 Entrada em vigor do horário diário, ao qual Silva Rocha muito se opôs.
- 1901.10.14 Silva Rocha propõe que os pais dos alunos sejam notificados da assiduidade, aproveitamento e comportamento moral dos mesmos.
- 1902.03. O Governo Civil vê incluída no orçamento a verba para a instalação de iluminação a gás solicitada por Silva Rocha.
- 1903.11.03 **Inauguração do edifício, da autoria de Silva Rocha, expressamente construído para o funcionamento da Escola de Desenho Industrial Fernando Caldeira.** A escola foi erguida sobre as ruínas de um moinho de maré mandado construir por José Ferreira Pinto Basto. Era desde há muito conhecido por «Casa dos Moinhos».
- 1904.05.09 A CMA formaliza o contrato de arrendamento do edifício onde foi instalada a Escola de Desenho Industrial e a Aula Nocturna Municipal. Os proprietários, Francisco A. Silva Rocha e Raul Soares, alugam o referido edifício, por um prazo de seis anos, pela quantia de 250\$000.
- 1904 A CMA foi superiormente autorizada a celebrar contrato com o proprietário do edifício onde está instalada a Escola.
- 1904.08. A CMA celebra um contrato de arrendamento do edifício da Escola.
- 1905.02.18 A Associação Comercial de Aveiro dirige ao governo uma representação pedindo a criação de uma «aula de escrituração comercial, anexa à Escola Industrial».
- 1907-1909 Insistentes pressões da imprensa local para a criação de «mais duas ou três cadeiras e oficinas».
- 1908.11.01 Renovação do arrendamento do edifício da Escola, por um prazo de um ano, pela quantia de 350\$000 pagos em prestações trimestrais.
- 1908.04.10 A Associação Comercial de Aveiro solicita ao Governo a criação de «uma aula de Comércio», bem como das oficinas de carpintaria e cerâmica.
- 1909.06.04 A CMA pede ao governo o provimento das cadeiras criadas pelo decreto de 1901.12.24 e, além destas, as de Francês, Geografia, História, Escrituração Comercial e Desenho Architectónico, bem como a montagem das oficinas de cerâmica, carpintaria, marcenaria e cordoaria.
- 1909.07.11 António Rodrigues Nogueira, Relator Geral da Comissão do Orçamento, apresenta em sessão da Câmara dos Deputados a representação da CMA.
- 1909.07.17 Ernest Korrodi profere, em Aveiro, uma conferência em defesa do ensino industrial. O Governo Civil conseguiu do Governo mais 120\$000 réis para a Escola Industrial, «que é a dotação das duas cadeiras que acabam de ser criadas».
- 1911.02.23 **João da Silva Matos é o novo Director da Escola.**
- 1911.02.23 Foi transferido da Escola Industrial Campos de Melo, da Covilhã, para este estabelecimento de ensino industrial, o professor João da Silva Matos, como director e professor efectivo da primeira disciplina, Desenho Elementar para que fora nomeado por despacho de 1911.02.07.
- 1911.11.08 A CMA solicita a Silva Rocha «a baixa do arrendamento» das instalações da Escola.
1911. **Francisco Augusto da Silva Rocha é transferido para a Figueira da Foz por pressão de um grupo de republicanos.**
- 1912.11.01 Francisco Augusto da Silva Rocha é transferido da Escola Bernardino Machado, Figueira da Foz, para esta escola.
- 1912.11.04 **Silva Rocha reassume as funções de director, na «sua» escola.**
- 1914.01.16 A Câmara dos Deputados aprova a reforma da Escola Industrial Fernando Caldeira «que ficará daqui por diante com mais os cursos comercial e de pilotagem».
- 1914.03.14 Francisco Augusto da Silva Rocha dá posse a Joaquim Guedes, transferido da Escola Industrial Pedro Nunes, de Faro, para reger a cadeira de Desenho Ornamental.
- 1914.03.20 Silva Rocha defende a reestruturação da Escola e a criação de cadeiras de Comércio e Marinhagem.
- 1914.06.30 **O Decreto n.º 615 cria o Curso Elementar do Comércio e a escola passa a designar-se Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira.**
- 1914.10.09 Foi superiormente autorizada a matrícula do 1.º ano do comércio que este ano começa a funcionar junto da Escola Industrial Fernando Caldeira.
- 1914.11.11 Tomou posse como professor efectivo da décima disciplina (Noções Gerais de Comércio e Cálculo Comercial) Alfredo Sanches Barjona de Freitas.

- 1914.11.11 Em conformidade com o Decreto n.º 525, de 1914.05.28, reuniu o Conselho Administrativo da Escola composto pelo director, Francisco A. Silva Rocha, e pelos professores Alfredo S. Barjona de Freitas e Joaquim Guedes.
- 1914.12.25 Começou a funcionar o novo estabelecimento de ensino criado junto da Escola Industrial Fernando Caldeira.
- 1915.01.17 Eduardo da Silva, professor do segundo grupo no Liceu de Aveiro, foi nomeado para a regência da terceira disciplina.
- 1915.01.23 Tomou posse o professor Elias Fernandes Pereira, professor efectivo do quinto grupo no Liceu de Aveiro; passa a reger a 14.ª disciplina do Curso Elementar do Comércio.
- 1915.02.10 Tomou posse o Dr. João Ferreira Gomes, professor do primeiro grupo no Liceu de Aveiro, como professor da 6.ª Disciplina do Curso Elementar do Comércio.
- 1915.11.01 Tomou posse, como professor da 5.ª disciplina, o P.e M. Rodrigues Vieira, professor do Liceu de Aveiro.
- 1916.12.02 Tomou posse, como professor da 10.ª disciplina, Alfredo Santos Barjona de Freitas, professor do Liceu de Aveiro.
1916. **A escola torna-se Escola Industrial e Comercial de Aveiro.**
- 1917.08. A administração dos Correios da cidade pretende adquirir o edifício da escola para ali instalar a sua estação telégrafo-postal.
- 1917.11.? Barbosa de Magalhães, então Ministro da Instrução, decreta a criação da disciplina de Inglês, sendo muito significativo o número de alunos inscritos.
- 1918.04.05 A Junta Geral do Distrito de Aveiro manifesta-se indisponível para continuar a subvencionar a escola com as verbas da iluminação e renda da casa.
A carestia provocada pela Guerra quadruplicou as despesas da escola; para «conservar o bom nome da escola», Silva Rocha viu-se «obrigado a abonar despesas do seu bolso». Vendo-se impossibilitado de manter a situação, o CA decide contrair um empréstimo de 600\$00 na agência do Banco de Portugal.
- 1918.10.02 António Alves Videira vende o edifício da Escola Industrial à Companhia Aveirense de Navegação e Pesca.
- 1918.12.01 Pelo decreto n.º 5.029, Parte IV, a **Escola Industrial e Comercial** é «despromovida», passando a ser tão-só uma **Escola de Artes e Ofícios** e uma **Aula Comercial**.
- 1919.06.20 A imprensa, a Associação Comercial e Industrial e a Câmara de Aveiro protestam contra a despromoção da escola.
- 1919.03.01 **A Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira é transferida para as instalações da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.**
- 1919.03.01 Tomou posse, como servente, o jornaleiro José Pinheiro Palpista.
- 1919.05.28 Tomou posse, como professor de Comércio, Pompeu de Melo Figueiredo.
- 1919.07.01 Tomou posse, como servente, o jornaleiro João Maria Ferreira da Mota.
- 1919.08.01 Tomou posse, como mestre de cerâmica, Duarte José de Magalhães, da Vista Alegre, ex-aluno da Escola.
- 1919.10.03 **Pelo art.º 24.º do decreto n.º 6146, a Escola de Artes e Ofícios é desligada das aulas comerciais, não tendo nela interferência alguma.**
- 1919.10.08 **Início do ano escolar da Escola de Artes e Ofícios nas instalações da Misericórdia.**
- 1921.03.26 A Associação Comercial e Industrial de Aveiro reclama o restabelecimento da Escola Industrial e Comercial de Aveiro.
- 1921.05.14 Alberto Souto profere uma conferência em defesa do ensino profissional, no âmbito das dificuldades por que passava a Escola Industrial e Comercial de Aveiro.
- 1924.06.19 **Pelo decreto n.º 9.832, a Escola de Cerâmica de Fernando Caldeira e a Aula Comercial passam a constituir um só estabelecimento de ensino que se denominará Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira. Na secção industrial passam a ser ministrados os cursos de oleiro, louceiro-fornista e modelador.**
- 1924.08. Alberto Souto é nomeado professor de Tecnologia e Direito Comercial.
- 1924.09.24 **O decreto n.º 10 119 alarga consideravelmente o quadro de professores da Escola passando a ser constituído pelo director, sete professores e seis mestres.**
- 1924.10.08 Alberto Souto integra, juntamente com Júlio Augusto Cardoso, o Conselho Administrativo presidido por Silva Rocha.
- 1924.10.08 Neste mesmo dia, o Conselho Escolar aprovou votos de louvor a diversas personalidades que se empenharam na promoção da escola. Foram alvo de elogio, entre outros, Francisco Homem Cristo e Alberto Souto.

Arquivo da Associação Comercial de Aveiro

Actas da Direcção, 1898-1919.

Arquivo Distrital de Aveiro

Aveiro, not. André dos Reis, liv. 1271-61.

Aveiro, not. S. A. Barbosa de Magalhães, livs. 536-112, 556-132, 564-140, 567-143.

Aveiro, not. Albano Duarte Pinheiro e Silva, liv. 1152.

Aveiro, not. Joaquim Simões Peixinho, liv. 1271-44.

Arquivo da Escola Secundária N.º 1

Correspondência Expedida, 1897-1915.

Correspondência Expedida, 1915-1925.

Livro da Correspondência da Escola. 1901-1915.

Livro de Correspondência Recebida.

Livro de termos de Juramento e Posse desta Escola.

Arquivo Histórico Municipal de Aveiro

Actas da Câmara Municipal de Aveiro, livs. 25, 26 e 29.

Correspondência Recebida, livs. 715, 753.

Livro copiador de ofícios, liv. 597.

Livro de escrituração da receita e despesa diária, liv. 335.

Livro de ofícios de diferentes autoridades, liv. 722.

Livro de registo de ofícios expedidos, liv. 618.

Ofícios Recebidos, liv. 751.

Pasta contendo ofícios de diferentes autoridades, liv. 717.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Actas das sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, liv. 22.

Património e Notariado da Câmara Municipal de Aveiro

Livro de Escrituras. 1903-1905, livs. n.º 4 e 5.

Fontes impressas

Diário da Câmara dos Senhores Deputados.

Diário do Governo, n.º (1897.04.05), n.º (1899.09.04.), n.º 107 (1914.06.30), n.º 234 (de 1884.10.14.), n.º 273 (1893.12.01.), n.º 276 (de 1896.12.02), n.º 23 (1916.08.13), n.º 3663 (1907.10.24), n.º 3678 (1907.12.16), n.º 597 (1866.10.23).

Milenário de Aveiro, vol. I.

Representação aprovada no comício que em 3 d'Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria da mesma cidade, Aveiro, 1893.

Jornais

Aveirense (O), n.º 87 (1909.07.11), n.º 89 (1909.07.25).

Beira Mar, n.º 38 (1909.09.16),

Campeão das Províncias, n.º 4737 (1898.01.01), n.º 4738 (1898.01.05), n.º 4774 (1898.05.07), n.º 4777 (1898.05.28), n.º 4822 (1898.11.02), n.º 5291 (1903.11.04), n.º 5293 (1903.11.11), n.º 5343 (1904.05.11), n.º 5601 (1903.12.09), n.º 5627 (1903.08.12), n.º 6 (1902.03.05), n.º 6548 (1917.08.25), n.º 6549 (1917.09.01), n.º 6550 (1917.09.08), n.º 6641 (1919.06.21), n.º 6642 (1919.06.28), n.º 2562 (1917.12.01).

Campeão do Vouga, n.º (1855.09.03).

Commercio do Porto, n.º 190 (1894.08.12) e n.º 191 (1894.08.13).

Correio de Aveiro, n.º 138 (1912.10.20), n.º 48 (1911.01.15), n.º 50 (1911.01.27), n.º 50 (1911.01.29), n.º 51 (1911.02.05).
Democrata (O), n.º 9 (1908.04.18), n.º (1914.12.03), n.º 184 (1911.08.25), n.º 201 (1911.12.22), n.º 208 (1912.02.16), n.º 226 (1912.06.21), n.º 316 (1914.04.03), n.º 469 (1917.04.20), n.º 474 (1917.05.25), n.º 667 (1921.03.26), n.º 819 (1924.03.15), n.º 821 (1924.03.29), n.º 843 (1924.09.06), n.º 847 (1924.10.04), n.º 849 (1924.10.18), n.º 850 (1924.10.25), n.º 851 (1924.11.02).
Liberdade (A), n.º 46, 1911.11.21.
Litoral, n.º 876, 1971.00.11.
Patriota (O), n.º 2, 1911.10.15.
Povo (O) de Aveiro, n.º 1020 (1903.11.01), n.º 1021 (1903.11.08), n.º 114 (1884.03.30), n.º 1316 (1909.07.11), n.º 132 (1884.08.03), n.º 1327 (1909.09.26), n.º 1328 (1909.10.03), n.º 295 (1887.10.09), n.º 373 (1889.02.24), n.º 373 (1889.02.24), n.º 460 (1909.09.23), n.º 464 (1909.10.21), n.º 519 (1909.07.25), n.º 521 (1909.08.08), n.º 643 (1893.06.18), n.º 643 (1893.06.18), n.º 647 (1893.07.02), n.º 665 (1893.09.03), n.º 726 (1894.04.08), n.º 743 (1894.06.07), n.º 756 (1894.07.22), n.º 756 (1894.07.22), n.º 757 (1894.07.26), n.º 757 (1894.07.26), n.º 757 (1894.07.26), n.º 757 (1894.07.26), n.º 761 (1894.08.09), n.º 761 (1894.08.09), n.º 761 (1894.08.09), n.º 762 (1894.08.12), n.º 762 (1894.08.12), n.º 762 (1894.08.12), n.º 763 (1894.08.16), n.º 776 (1894.09.30), n.º 779 (1894.10.11), n.º 779 (1894.10.11), n.º 791 (1894.11.22), n.º 86 (1883.09.16), n.º 38 (1916.11.26).
Progresso de Aveiro, n.º 449 (1909.07.08), n.º 454 (1909.08.12).
Soberania do Povo, n.º 1922 (1897.12.16), n.º 1923 (1897.12.19), n.º 1925 (1897.12.26), n.º 1927 (1898.01.06), n.º 1929 (1898.02.01).
Vitalidade, n.º 618, 1905.03.18.

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA**, Manuel, «O Vale do Cojo no Século XVII. Azenhas e Ilhote», in *Estudos Aveirenses*, n.º 6-7, 1996, p. 243-254.
- BARROS**, Rui, *Município de Aveiro. 100 anos na sua História*, Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- CACHIM**, Amadeu, «A Escola Técnica de Aveiro. Ontem e Hoje», *Litoral*, n.º 86, 1956.05.26, p. 1-2.
- COSTA**, Mário Alberto Neves da, *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.
- CUSTÓDIO**, Jorge, «Os moinhos de maré em Portugal», *Actas e Comunicações do I Encontro Sobre património Industrial. Coimbra. Guimarães. Lisboa/1986*, vol. I, Coimbra, 1989, p. 343-389.
- GOMES**, João Augusto Marques, «Cerâmica aveirense - III. 1487-1922», *Campeão das Províncias*, n.º 6797, 1922.06.10.
- GOMES**, João Augusto Marques, *Subsídios para a História de Aveiro*, Aveiro, Typ. de o Campeão das Províncias, 1899
- MARQUES**, A. D., *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro ano - 1891*, Aveiro, s.d.
- MELO**, Helena Costa e, «As dores e as histórias de uma capitania», *Diário Regional Aveiro-Viseu*, 1995.06.19, p. XIX.
- UDINOT**, José R. Rangel de Quadros, Aveiro. *Apontamentos avulsos (manuscritos)*. De 1911 a 1916, Aveiro.
- PEREIRA**, Elias Fernandes, «Breves reflexões. A propósito do projecto de reforma de instrução secundária, lido na Câmara dos Srs. Deputados, em uma das suas sessões de Novembro de 1894», *Revista dos Liceus*, 4.º ano, Porto, 1894, p. 367-382; 418-442.
- RODRIGUES**, Manuel Ferreira, «O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893», in *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 21-22, 1993, p. 25-52.
- TAVARES**, José Pereira, *O Liceu de Aveiro (1860.1935)* [separata da revista *Labor*, n.º 63], Aveiro, 1935.

Francisco Augusto da Silva Rocha, 1864-1957

Professor, Arquitecto e Gestor

Achegas para a sua biografia

Manuel Ferreira Rodrigues*

Francisco Augusto da Silva Rocha nasceu na freguesia de Vacariça, concelho da Mealhada, em 24 de Setembro de 1864. Seu pai, José Augusto da Silva, natural de Ançã, Concelho de Cantanhede, era canteiro¹.

Até 1893, ano da fundação da Escola Industrial, pouco se sabe da vida do jovem Francisco Augusto. Terá aprendido com seu pai o trabalho da bela pedra de Ançã? Onde estudou? Sabe-se que, em 1891, era um dos três desenhadores da Direcção das Obras Públicas da cidade e professor da Escola Privativa da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre². É nesta qualidade que integra o grupo que se bate pela criação da Escola de Desenho Industrial de Aveiro, de que seria professor e director durante quase quatro décadas.

Silva Rocha terá vivido em Vagos, terra natal de sua mãe, Vitória Maria da Rocha, pelo menos até à data da fundação da Escola, e daquela vila terá partido para Aveiro. É certamente por isso que a imprensa local o refere sempre como natural de Vagos. Mesmo

na declaração de óbito, com data de 22 de Agosto de 1957, pode ler-se: «no hospital da Santa Casa da Misericórdia, deste concelho, faleceu de enfarte do miocárdio, um indivíduo do sexo masculino, de nome Francisco Augusto da Silva Rocha, de noventa e dois anos de idade, de profissão director bancário, natural da freguesia de Vagos»³.

A grande dedicação à Escola Industrial, as suas qualidades humanas, bem como o vasto currículo de desenhador e arquitecto arrancam-no do anonimato e tornam-no uma referência incontornável na cidade de Aveiro, nas duas primeiras décadas deste século, especialmente no domínio da cerâmica. Contudo, foram os bons resultados da actividade da Escola que primeiro promoveram o seu nome na região e firmaram ligações decisivas no seu cheio, mas discreto, percurso biográfico. Silva Rocha tinha consciência da importância do seu trabalho e da «sua» escola para



o desenvolvimento da região. Numa breve avaliação dos resultados de duas décadas de actividade, dizia: «É grande a influência do ensino ministrado nesta escola, apesar de deficiente e ainda muito teorizado, pois o aluno devia tornar concretos, por meio do trabalho oficial, os desenhos elaborados na escola, tornando-se então trabalho eficaz a sua aprendizagem, fixando assim melhor os produtos da sua inteligência e habilidade. *Antes da existência da escola, algumas indústrias existiam apenas no seu estado rudimentar, acentuando-se de então para cá o seu progresso material e artístico, tais como a arte do ferro, da cantaria, da pintura decorativa, de estucador e arte de construir*».

Referindo-se à excelente situação social e profissional em que se encontravam alguns dos mais distintos alunos da escola, destacava, de entre muitos, «Duarte Magalhães, mestre da oficina de pintura na Fábrica da Vista Alegre; Francisco Miller, mestre da formação na mesma fábrica; António Franco, gravador na referida fábrica; António Augusto da Silva, construtor civil; António de Freitas & F.^o, mestres canteiros; Joaquim Ferreira Barreto, estucador e pintor decorador; Francisco Luís Pereira, pintor cerâmico na fábrica da Fonte Nova; Carlos da Silva Ribeiro, hoje distinto aluno da Academia Portuense de Belas Artes; os três primeiros da Vista Alegre e os restantes desta cidade». É evidente que, noutras circunstâncias, a lista seria bem mais longa. Não referiu, então, os pintores cerâmicos Carlos Branco e José de Pinho, o artista, músico e industrial João Aleluia, os marceneiros, ceramistas e industriais João e Henrique Pereira Campos, o oleiro José Ferreira de Barros, os serralheiros João e Artur Trindade, os «pais da serralharia aveirense», e tantos outros, não falando dos que formaria nos anos seguintes, como o pintor Lauro Corado.

Embora sejam relevantes os outros aspectos da sua longa e intensa actividade, falar de Silva Rocha é, antes de mais, falar do Professor e da própria Escola Industrial que abnegadamente dirigiu. Os documentos da Escola testemunham uma devotada dedicação ao ensino industrial e artístico, aos alunos e às actividades económicas da região, leccionando gratuitamente, contribuindo, até, com dinheiro do seu bolso para o normal funcionamento da escola. Tantas vezes o fez! Em 1917, por exemplo, Silva Rocha era o técnico responsável pela oficina de pintura cerâmica, sem remuneração alguma⁴.

Apesar do volume de informação recolhida (tratada ou somente referida), grande parte da sua vida e da sua obra continua ainda desconhecida. Se a documentação da Escola e, por vezes, os testemunhos da imprensa local, nos deixam entrever o Homem, o Professor e o Cidadão, outras facetas decisivas da sua actividade de muitas décadas, como a de Desenhador, Arquitecto ou até a de Gestor, exigem outro tipo de pesquisa. De qualquer modo, sem querer ou poder ser exaustivo, com o objectivo de contribuir para a realização de uma biografia deste

Professor Ilustre, aqui fica uma singela enumeração cronológica de algumas referências a Francisco A. Silva Rocha. Trata-se, pois, de um arrolamento de elementos recolhidos no quadro do estudo da Escola Industrial e Comercial em curso.

Em 1896 casa com D. Deolinda Augusta Soares, filha do «brasileiro» João Pedro Soares e de D. Eugénia Augusta Soares⁵. Foram testemunhas, o chefe dos franquistas e regeneradores-liberais aveirenses, Dr. Jaime de Magalhães Lima, e esposa, D. Maria do Cardal Lemos, sua cunhada, D. Délia Augusta Soares Machado, e marido, Frederico Saporiti Machado, alferes do Regimento de Cavalaria n.º 10⁶.

Os padrinhos de casamento e o largo círculo de amigos deixam entrever os seus alinhamentos políticos, e contribuem para a compreensão das dificuldades em que se veria envolvido após a instauração da República. Do seu grupo de amigos faziam parte, pois, diversas figuras ligadas aos partidos da Monarquia, como o já referido Jaime de Magalhães Lima, Jaime Duarte Silva, Francisco Castro Mattoso, Mário Duarte, Casimiro Barreto Sacchetti, Lourenço Peixinho, F. Sousa Maia, Acácio Rosa, António Carlos da Silva Melo Guimarães e seu irmão Carlos, Visconde da Silva Melo, João A. Marques Gomes, os irmãos Ricardo e Domingos Pereira Campos, o P.^c Manuel R. Vieira, os comerciantes Albino Pinto de Miranda, Domingos Leite e Manuel da Rocha, Arnaldo Ribeiro, que, mais tarde, viria a fundar o periódico republicano *O Democrata*, etc.⁷. Esse relacionamento explica o facto de ter sido convidado para o banquete oferecido a João Franco, em 1897, ou o papel desempenhado na recepção de D. Manuel II, em 1908, para o qual desenha ementas e outro diverso material alusivo – com (eruditas) características Arte Nova⁸.

Em 1899, integra a Mesa da Misericórdia, cujo provedor era o Visconde da Silva Melo⁹. Em 1900 integra o corpo docente do Liceu¹⁰. Em 1901, é nomeado presidente da Assembleia Eleitoral de Oliveirinha¹¹, e, sem deixar a Escola Industrial, Silva Rocha substituiria João da Maia Romão na regência da cadeira de *Desenho*, no Liceu da cidade¹².

Nesse mesmo ano de 1901 têm início as obras da «sua» Escola de Desenho Industrial. Como ele próprio reconhecera, em 1911, o *sonho* – a palavra é sua – da construção do novo edifício para a Escola Industrial só foi possível «por um acaso de vida, o de ligação com a família do primitivo proprietário», João Pedro Soares, seu sogro¹³.

Em 1904, Silva Rocha integra a Comissão Revisora das Contas da Caixa Económica de Aveiro, juntamente com Jaime de Magalhães Lima¹⁴. Em 1907, é membro da Comissão Instaladora da Creche Edmundo Magalhães Machado, instituída em sessão da Câmara Municipal de Aveiro, de 6 de Fevereiro desse ano, por proposta do seu correligionário Dr. Jaime Duarte Silva, e inaugurada em 5 de Maio desse ano¹⁵.

Em 1909 integra o grupo que homenageia Jaime de

Magalhães Lima. Desse grupo fazem parte, entre outros, Cândido Cunha e o escultor Teixeira Lopes, com quem manteria correspondência regular, iniciada em 1896¹⁶. Referindo-se a estes seus amigos, diria em 1909: «treze anos de convívio íntimo conto já, benéfico e adorável»¹⁷.

Em 1910, nos meses que antecederam a proclamação e implantação da República, Silva Rocha integra o grupo do Fundo de Propaganda, de que faziam parte o P.^c José Marques de Castilho e o director de *O Povo de Aveiro*, Francisco Homem Cristo, então a viver um período de crise ideológica¹⁸.

Com a instauração da República, Silva Rocha viria a ser alvo de uma vindicta de contornos obscuros, apesar do generalizado reconhecimento da sua competência profissional, elevada estatura moral, da sua proverbial bondade, como da adesão ao Centro Nacional Republicano (*vide* artigo anterior)¹⁹. Mesmo após a adesão (formal) à República, a Direcção do Município, dirigida por um seu ex-aluno – Manuel Augusto da Silva –, a pretexto de querer sanear as debilitadas finanças municipais, tudo faz para retirar a escola do edifício construído expressamente para esse efeito. Silva Rocha seria transferido para a Escola Industrial da Figueira da Foz, onde permanece um ano, de 1911 a 1912²⁰.

Ainda assim, Silva Rocha ilustra, em 1911, o *Almanaque A Liberdade*, dirigido pelo fogoso republicano aveirense, Alberto Souto.

No final de 1912, Francisco Silva Rocha é membro da direcção da Mesa da Misericórdia²¹. Em 1915, como presidente da Direcção da Sociedade Anónima Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense, faz aprovar os novos estatutos desta casa de espectáculos²². Em 1916 continua à frente do Teatro Aveirense²³. Nesse mesmo ano, o *Campeão das Províncias* dizia: «sabemos que a futura vereação, por um bem entendido acordo entre os grupos locais, recairá numa lista de que fazem parte os Srs. Francisco Silva Rocha [...] com o Dr. Lourenço Peixinho» à cabeça²⁴.

Em 1917, a Assembleia Geral da Caixa Económica de Aveiro nomeia Silva Rocha para o lugar de gerente por morte de Francisco A. Fonseca Regala. Dizia o periódico republicano democrático, *A Razão*: «a escolha foi acertadíssima, pois recaiu num funcionário zeloso, honesto e competente»²⁵.

No ano seguinte, Silva Rocha integrava, juntamente com o conselheiro Castro Mattoso, o conservador do registo predial, António Carlos de Melo Guimarães, o comerciante Domingos dos Santos Leite e João Pedro Soares, seu sogro, a Comissão Promotora para a construção do novo Hospital, cujo risco seria da sua responsabilidade²⁶.

Em 1919, a totalidade da imprensa local, perante a «despromoção» da Escola, reconhece a importância do trabalho de Silva Rocha como professor e director daquele estabelecimento de ensino: «a proficiente direcção do Sr. Fran-



F. A. Silva Rocha

cisco Augusto da Silva Rocha, tem sido o verdadeiro nervo do seu progresso e do progresso das suas oficinas, permitindo-lhes combater no nosso próprio mercado artigos similares vindos de fora [...]»²⁷.

O órgão officioso dos republicanos locais reabilita o nome do professor da escola: «Aveiro possui, finalmente, um estabelecimento de ensino técnico, cuja organização corresponde às tendências manifestas das aptidões da sua população trabalhadora e que, por certo, muito vai concorrer para dar à mocidade aveirense um aperfeiçoamento no exercício das suas faculdades de trabalho que de futuro há-de tornar o povo desta terra verdadeiramente digno do seu tempo e capaz de enfrentar as exigências da vida moderna. Na cerâmica, na carpintaria, na marcenaria, na serralharia, sempre se têm revelado verdadeiras vocações, sendo bem conhecido o merecimento dos nossos artistas e artífices.

«Referimo-nos a Francisco Augusto da Silva Rocha, que, sendo de nascimento humilde, filho de um artista de Aveiro, se valorizou pelo seu esforço, pela sua inteligência e pelo seu saber e aqui conquistou com o respeito e a estima de todos, um lugar dos mais distintos da nossa sociedade.

«A sua acção educadora é das mais dignas de nota, de

louvor e de reconhecimento, e *O Democrata*, jornal que tanto ama a sua terra e que sabe fazer justiça a todos os que a servem e engrandecem, não seria justo se nesta hora esquecesse o nome do distinto professor»²⁸.

Em 1921, Silva Rocha integra a Comissão Central do Congresso Beirão, de que faziam parte o Dr. Melo Freitas, o Dr. Alberto Souto, Afonso Perdigão, o Dr. José Maria Soares, o Dr. Lourenço Peixinho e António Henriques Máximo Júnior²⁹. Nesse congresso, Silva Rocha apresentou uma comunicação dedicada às questões do ensino industrial³⁰. Em 1921, também, Silva Rocha, então professor e director da Caixa Económica de Aveiro, envolve-se na constituição de uma sociedade por quotas denominada Empresa Central Portuguesa, Lda. (1921-1927), vindo a assumir a função de «Presidente»³¹.

Em 1923, Silva Rocha é vereador-substituto da equipa dirigida por Lourenço Peixinho e Alberto Souto³². Nesse mesmo ano, ocupa interinamente o lugar de presidente da Associação Comercial e Industrial de Aveiro, para a qual executa desenhos vários³³. Nesse mesmo ano, ainda, integra o Conselho de Administração da importante empresa cerâmica de construção, Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL, ao lado de Lourenço Peixinho e Domingos Pereira Campos. Ali se manteria durante muitos anos.

Em 1924, Silva Rocha é considerado pelo mesmo



3. F. A. Silva Rocha com António Arroio e Teixeira Lopes

periódico, um «aveirense digno da maior gratidão dos seus conterrâneos, que ao ensino popular tem dedicado toda a sua vida com a maior dedicação e competência»³⁴.

Em 1926, é vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Aveiro, quando a direcção do município era assegurada por Lourenço Simões Peixinho. Ainda seria vogal do Conselho Municipal, entre 1938 e 1941, 1942 e 1944, e, finalmente, entre 1944 e 1945³⁵.

Em 1930, Silva Rocha é afastado da Escola. Em jeito de protesto pelo seu afastamento, o conselho da escola fez chegar ao ministério um texto que é uma sentida homenagem, um gesto singelo de gratidão para com o homem que devotou a sua vida ao ensino técnico em Aveiro, rogando ao Ministro a sua reintegração. Nele se pode ler: «Os professores e mestres da Escola Industrial e Comercial “Fernando Caldeira”, de Aveiro, vêem com desgosto o afastamento do seu director, Francisco Augusto da Silva Rocha, não só porque esta Escola é ele, e a sua vida está presa a ela por um labor de 36 anos sem intermitências nem desânimos, mas ainda porque ninguém o substituirá sem aquela cópia de conhecimentos que faz com que todos, sem excepção de um só, tenham nele ao mesmo tempo um amigo e um mestre. Somos daqueles que sabem quanto é espinhosa a missão que Silva Rocha vem desempenhando desde o tempo em que professor desta escola era só ele, e, por isso mesmo, sabemos quanto o seu afastamento da Direcção desta escola representa de ingratidão, mormente no momento em que os seus cabelos brancos merecem um pouco de carinho e gratidão.

«Afastar Silva Rocha da Direcção da Escola é afastar um pai de um filho querido, tal é o carinho com que ele trata a sua escola.

«Através de todos os tempos e em toda e qualquer passagem da História nada houve nunca que mais custasse ao homem que a ingratidão dos homens, e nem mesmo a frase “Homo homini Lupus” tem razão de existir quando entra em jogo o sentimento ou gratidão. De resto, com que amor podemos nós trabalhar se sabemos que nenhuma compensação moral nos espera. Como paga dos grandes serviços ao ensino, que é como quem diz ao Estado, que é quem mais ganha com o mesmo ensino.

«Em face disto, Senhor Ministro, e sem querermos ir muito além, em consideração que Vossa Excelência por certo será o primeiro a fazer, ousamos rogar a V. Ex.^a a reintegração imediata do nosso director, o acto de justiça de que vimos falando»³⁶.

Um mês depois, os professores do Conselho Escolar regozijam-se pela reintegração de Silva Rocha na direcção da Escola e aprovam uma moção apresentada por Aníbal Pinto Martins, onde é expresso o elevado «apreço, consideração e estima» que Silva Rocha lhes merece:

DE GARAGE

A CONSTRUIR EM CIMENTO

PARO RINDADE & F...

$E_{100} = \frac{1}{100}$

Financado em
conta de
3-10-1912
Projetado
por
Emmanuel

bib RIA



FACHADA POENTE

12-0-1912
Projetado
por
Emmanuel

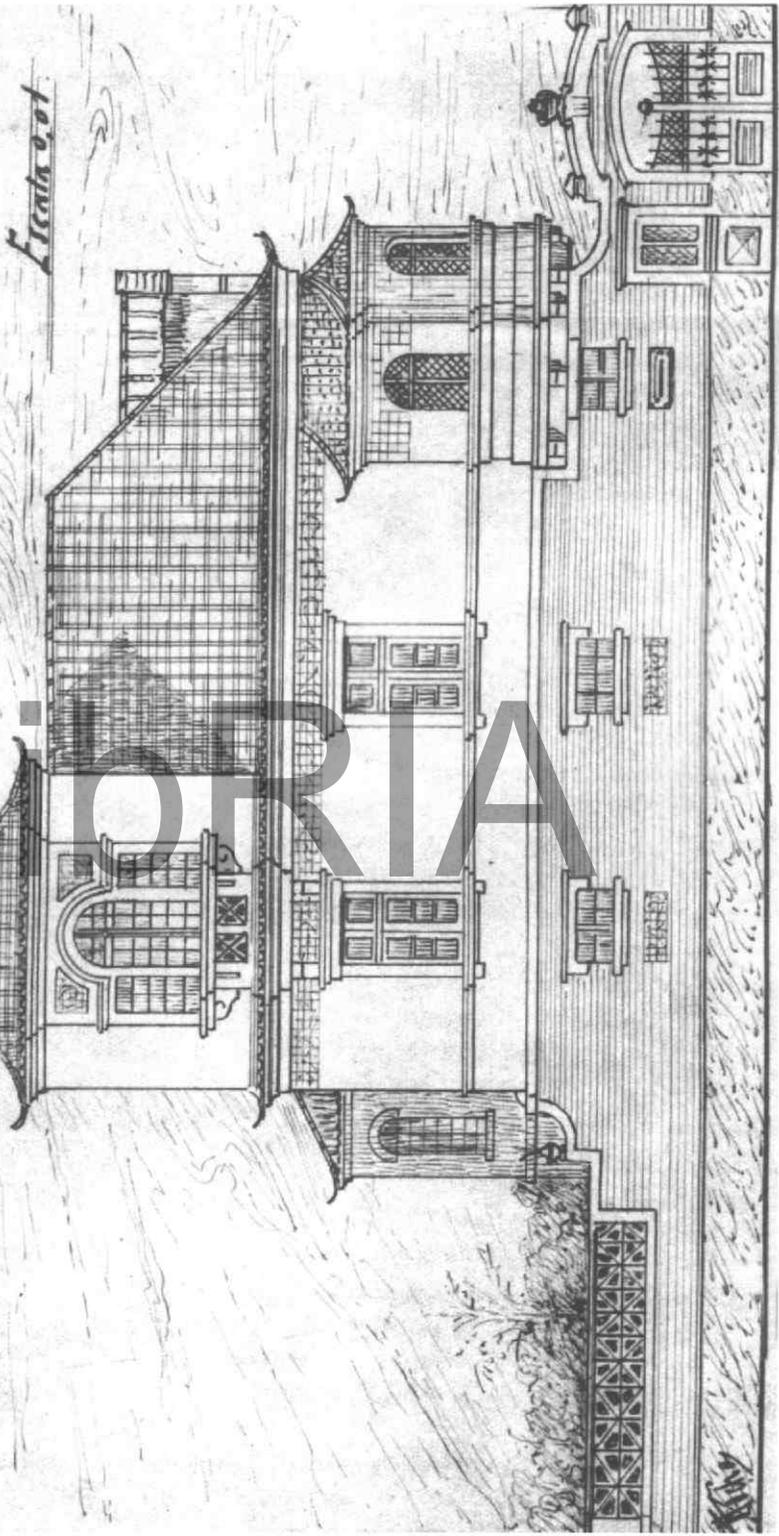
PROJECTO DE CASA DE HABITAÇÃO

a construir na Nova Guenipia Av.

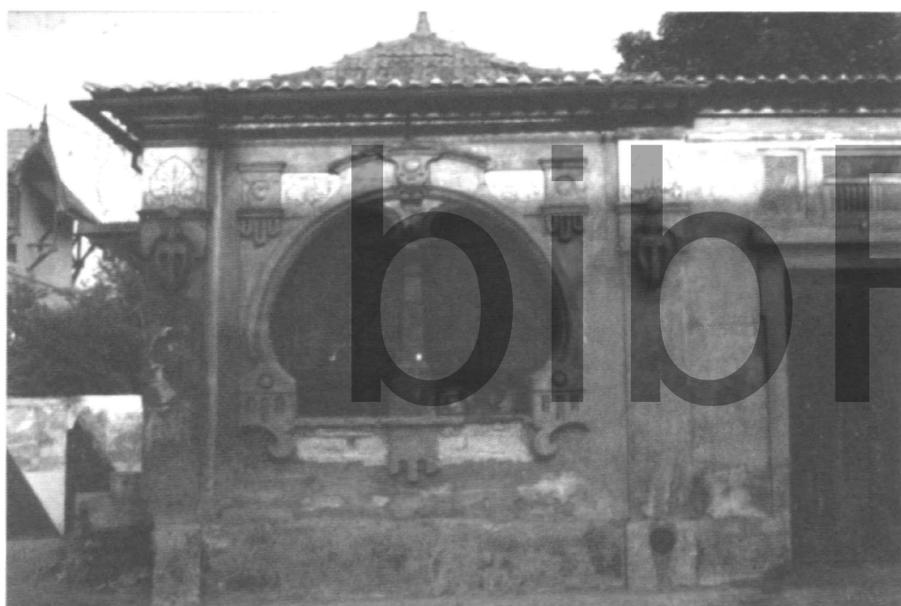
Para o Sr. Antonio Simões Cruz

FACHADA PRINCIPAL

Licença nº 01



«[...] Tendo em atenção o valor e mérito dos serviços prestados à Escola Industrial e Comercial “Fernando Caldeira” pelo mesmo senhor, considerando que o desenvolvimento desta Escola é devido incontestavelmente à sua persistente acção, sempre norteadada pela inteligência e manifestas qualidades pedagógicas; considerando que a cerâmica nacional e nomeadamente a regional muito lhe ficam devendo, pelo carinho e competência com que criou e orientou a oficina desta especialidade nesta Escola; considerando a conveniência que traduzirá um acto de inteira justiça de materializar não só o sentimento de apreço em que é tido pelo corpo docente, mas também quanto a Escola deve à sua acção, tenho a honra de propor: Primeiro – que seja dada à oficina de cerâmica da Escola o nome do professor Silva Rocha, como homenagem perpétua aos elevados serviços que o mesmo prestou [...]. Segundo – que na oficina seja colocada uma placa com o seu nome. Terceiro – que no corrente mês de Julho e em dia a fixar, seja feita com solenidade a colocação da placa, convidando-se para o citado efeito todas as entidades oficiais e colectividades desta



5. Garagem Rua Mário Sacramento (Já demolida)

cidade bem como o Senhor Ministro da Instrução e Director Geral»³⁷.

Quatro anos depois, em Setembro de 1934, Silva Rocha abandonava a Escola por ter atingido o limite de idade. Contava, então, 70 anos de idade.

No final do seu sentido e breve agradecimento pelas palavras de gratidão, Silva Rocha afirmou: «Eis o meu testamento ao deixar *a minha querida escola, que muito vivi para ela* e à qual deixo um saudoso abraço de despedida, e dela me retiro, proclamando, *se mais não fiz foi porque não pude*; mas que *saio com a consciência do dever cumprido*».

Pouco tempo depois, o corpo docente cria dois prémios a atribuir anualmente aos melhores alunos: o prémio Silva Rocha, para os cursos industriais, e o prémio José Estêvão, para os cursos comerciais³⁸.

Durante algum tempo, Silva Rocha continuaria a ser

referência explícita de professores e alunos. Com a década de 60, primeiro, e com as grandes transformações dos anos 70, depois, uma fina película de esquecimento cobriria todos os lugares da memória.

Como desenhador e arquitecto, independentemente da apreciação global ou pontual que possa fazer-se, a sua obra parece ser tão vasta quanto desconhecida. Independentemente do volume do seu trabalho, Silva Rocha é o nome mais importante na configuração da cidade de Aveiro, especialmente nas duas primeiras décadas deste século. Obviamente, não porque fosse o único arquitecto, ou das suas mãos tenha partido a maioria dos projectos eruditos da cidade, mas porque a sua acção de Professor da Escola de Desenho Industrial teve enormes consequências na (silenciosa, mas profunda) transformação da paisagem urbana e industrial de Aveiro nas duas ou três primeiras décadas deste século.

Em 1894 têm início as aulas da Escola de Desenho Industrial. Três anos depois, quando a Jerónimo Pereira Campos & Filhos inicia a sua actividade, a construção civil da cidade



6. Salreu

passa a contar com um grupo de jovens mestres de obras formados naquela escola, atenta às correntes artísticas e inovações tecnológicas mais recentes – é entre 1907 e 1909 que se generaliza a utilização do cimento *Portland* na construção civil, em Aveiro³⁹. Entre os mais importantes mestres de obras contam-se, neste período, os nomes de António Augusto da Silva, José de Pinho das Neves Aleluia⁴⁰, André Vieira, Máximo Henriques de Oliveira e Bolais Mónica, construtor do edifício do Governo Civil.

Se nos lembrarmos de que a Escola procurava estar a par de tudo o que se fazia Além-Pirenéus, no domínio das artes decorativas, tem-se uma ideia da importância do contributo de Silva Rocha para a melhoria da qualidade de vida e da introdução de uma feição moderna no rosto da cidade no começo deste século.

Durante a segunda metade do Séc. XIX, a arquitectura

civil fora quase invariavelmente da responsabilidade de João da Maia Romão e de diversos mestres de obras e carpinteiros. A partir de início deste século muitos projectos públicos e particulares passam a ter a assinatura de desenhadores e arquitectos formados no Porto e com ligações várias àquela cidade. Na maior parte dos casos são ilustres desconhecidos dos estudiosos da arquitectura portuguesa, ou bem menos conhecidos do que o suíço Ernest Korrodi, amigo pessoal de Silva Rocha, com quem assinará alguns edifícios. Estou a referir-me ao Eng. José Maria Melo de Matos, autor, entre outros, do projecto inicial do edifício do Governo Civil⁴¹, ao arquitecto diplomado pela Academia de Belas Artes, Jaime Inácio Santos (1874-1942). Este último, que fixara residência em Aveiro, na viragem do século, ao serviço da Repartição da Construção de Escolas⁴² – desenhou o mausoléu de Bernardo de Sousa Torres, os prédios que Alfredo Esteves mandou construir em frente ao Mercado Manuel Firmino⁴³ entre outros edifícios, como a casa de João Augusto de Moraes Machado, na rua do Espírito Santo⁴⁴. Além destes, refiro, também os desenhadores Firmino de Sousa Huet⁴⁵, José de Pinho e Carlos Mendes; este tinha o curso das Belas Artes e ganhara prémios em pintura histórica e arquitectura civil⁴⁶. Entre outros trabalhos seus, refiro a casa de Albino Pinto de Miranda, de 1908, demolida há poucos meses⁴⁷ e o armazém da firma Bernardo Moraes & C.ª Sucessores, de 1921⁴⁸.

Além dos nomes indicados, há referências avulsas a muitos outros autores dos projectos de vá-



7. Tarja que enoldarava a coroa do castor oferecida a D. Manuel II, em 1908 (Desenho de E. A. Silva Rocha)



8. Desenho de E. A. Silva Rocha

rios edifícios da cidade, como Domingos Gamelas, que desenha a casa do bispo D. João Evangelista de Lima Vidal⁴⁹ e Joaquim Reis, que também desenhou os prédios da Garagem Trindade⁵⁰. João da Maia Romão, o mais importante arquitecto da cidade na segunda metade do século XIX, que, tal como o Eng. António Ferreira Araújo e Silva, continuou a desenhar. Em 1908 assinou, entre outros, o projecto da casa do colchoeiro José Augusto Ferreira, na Praça do Comércio⁵¹.

Mas muitos mais assinaram projectos de outros edifícios na cidade. Tal como o arquitecto portuense, José Maria Olímpio, autor do majestoso edifício mandado erguer por Domingos e Henrique Pereira Campos, durante a 1.ª Guerra, outros autores daquela cidade terão assinado projectos em Aveiro e seus arredores. Só uma investigação dedicada nos permitirá saber os seus nomes, formação, obras, bem como as condições de trabalho, os condicionamentos do gosto e do poder económico da região.

Testemunhando a diferença entre as novas construções e as que se haviam feito nas décadas anteriores, o *Campeão das Províncias* dizia: «Em Aveiro ainda há poucos anos não havia um único edifício particular que se recomendasse pela sua beleza arquitectónica, sendo todos os que se construíram nos últimos oitenta anos inteiramente estranhos a qualquer intuição artística, sem estilo de qualidade alguma, rematados apenas, um ou outro, por um desgracioso frontão e mesquinha platibanda. O que não quer dizer que os das épocas anteriores, que chegaram até nós,

alguns dos quais ainda existem, mais ou menos modificados, todos do fim do século XVIII, sejam uma beleza. Não o eram, com efeito, mas tinham ao menos o característico da época»⁵². Para o *Campeão das Províncias* havia que tomar como modelo alguns palacetes: «Haja vista as casas do Carril, do Carmo e do Seixal, com os seus pátios senhoris e largas escadas de granito, com patamares cobertos com vaporosos alpendres»⁵³.

Desde 1904 que o mesmo jornal vinha dando conta pormenorizada da *febre das construções*, no concelho: «a febre de construções, que não diminui, coloca em embaraços os proprietários e mestres de obras. Há falta de alveneres, carpinteiros, etc., e muito principalmente de pintores»⁵⁴.

No ano seguinte, o *Campeão das Províncias* condenando a persistência dos inúmeros casebres, «num estado vergonhoso», ainda existentes na cidade, afirmava: «vai tomando uma feição mais civilizadora, pois, ultimamente, têm sido construídas casas de bela aparência, como são as dos Srs. Francisco Augusto da Silva Rocha, distinto director da Escola Industrial, Alfredo de Castro, Eduardo Vieira, Manuel Marques da Silva, etc.»⁵⁵.



9. Silva Rocha com Melo Freitas e D. João de Lima Vidal

Em 1908, o atento *Campeão das Províncias* volta ao mesmo assunto: «A nossa terra entrou num período de radical transformação, modernizando-se a olhos vistos, e apresentando construções de edifícios públicos e particulares de muito bom gosto e efeito»⁵⁶. Mesmo no bairro piscatório, até aí com casas térreas apenas, vão construir-se casas sobradadas⁵⁷.

Silva Rocha desenha e reabilita inúmeras casas da cidade e arredores. Quer a imprensa local, quer os projectos existentes no Arquivo Histórico Municipal de Aveiro permitem-nos ter uma visão global das características da sua obra, em várias décadas. Desse conjunto fica aqui uma breve enumeração: a casa de Florentino Vicente Ferreira, no Alboi⁵⁸, o estabelecimento comercial de Manuel Cristo, a «Garage» de Artur Trindade, a fachada da fábrica da Fonte Nova⁵⁹, o projecto para a igreja de Alquerubim, concelho de Albergaria, a «casa vermelha», em frente aos bombeiros, em Estarreja,

em 1894, a casa em frente à Igreja, de seu genro, Dr. Francisco Simões, em Salreu. Na cidade de Aveiro, além dos edifícios já referidos, de que se destaca a Escola de Desenho Industrial, erguida sobre os arcos graníticos de um moinho de maré (cujas alterações introduzidas em 1917-1918 lhe dariam as características modernas que o edifício não tinha em 1903), a imprensa local atribui-lhe a autoria de outras casas: a do serralheiro Manuel Ferreira, na Rua Tenente Resende⁶⁰, a de António Henriques Máximo Júnior, na Avenida Lourenço Peixinho, quando se inicia a sua urbanização, a casa de Homem Cristo, a casa de Alberto Souto, no Bonsucesso⁶¹, o Hospital de Aveiro, as alterações no Teatro Aveirense, em 1919, após a rejeição do projecto do arquitecto portuense Marques da Silva, de quem era amigo, por não ter sido apresentado com o necessário orçamento⁶². E falta saber quais os jazigos que desenhou para o Cemitério de Aveiro, onde, como a documentação mostra, praticamente todos os desenhadores e arquitectos deixaram testemunhos do seu labor. Korrodi, por exemplo, desenhou o jazigo da Família Barbosa de Magalhães, em 1910.



10. Os mesmos e Carlos Aleluia

A avaliar pelo número de edifícios com autoria confirmada, Silva Rocha é autor (bem informado) de uma obra vasta mas discreta, marcada por uma evidente unidade. A sua arquitectura evolui, ao ritmo da passagem dos seus (longos) anos de vida, de um revivalismo eclético, tipicamente oitocentista, para uma linguagem devedora da gramática decorativa da Arte Nova, chegando, na segunda metade da década de 20, a construir alguns edifícios tipo «casa portuguesa» – uma mistura suave de tradição e abertura às inovações que os «surtos» industrialistas propiciavam.

Poderia afirmar-se que a sua arquitectura é um bom barómetro da evolução do gosto (e do poder económico) das elites aveirenses. Sublinho que mesmo na década de 20, Silva Rocha não substituiu o tradicional adobe pelo tijolo, continuando a utilizar esse material como até aí. Recordo que ele era administrador da Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL,

produtora de telha e tijolo, como se sabe.

Não espanta, pois, que os projectos da segunda década deste século evidenciem persistências vincadas dos trabalhos das décadas anteriores. Um bom exemplo dessa miscigenação estilística é o projecto do Hospital, datado de 1918⁶³. No elogio a Silva Rocha, Castro Mattoso referiu-se-lhe porque no «projecto do novo hospital, bem como em muitos outros, se está evidenciando notavelmente como um hábil arquitecto»⁶⁴.

Como disse, Silva Rocha assinou projectos de parceria com o arquitecto suíço E. Korrodí. A amizade entre os dois foi forjada ao longo de anos, depois de se terem conhecido no quadro da realização dos exames do ensino industrial. Importava saber se a colaboração entre eles chegou a realizar-se noutras cidades, nomeadamente em Leiria. Em Aveiro, o melhor testemunho dessa parceria (com a colaboração do escultor coimbrão, João Machado) é a casa de Mário Belmonte Pessoa. Noutros casos, Silva Rocha dirigiu ou superintendeu obras com risco de Korrodí, como no alargamento da Ponte dos Arcos⁶⁵.

O «palácio» de Mário Pessoa – assim chamado pela imprensa da época – constitui, à data da sua construção, «tudo

o que de mais moderno e característico se tem feito em Aveiro»⁶⁶. Acrescenta a mesma fonte que «a planta e alçado do novo edifício [...] é obra do nosso distinto amigo e talentoso director da “Escola Industrial Fernando Caldeira”, Sr. Francisco Augusto da Silva Rocha».

De facto, essa jóia da Arte Nova em Aveiro mostra bem a importância de Silva Rocha na introdução da Arte Nova na região de Aveiro.

Anexo

Na sessão de 4 de Setembro de 1934, na despedida de Silva Rocha, o professor Aníbal Martins proferiu um sentido discurso de homenagem, excelente testemunho de relacionamento pessoal e institucional dessa época, breve evocação do currículo do Professor Silva Rocha. O compreensível carácter laudatório do mesmo não é artificial como tantos discursos desta natureza que buscam, tantas vezes, mais a incidência das luzes da ribalta sobre quem os profere do que sobre quem eles referem. Eis a razão da inclusão desse texto.

Senhor Silva Rocha – A inexorável dureza da lei impõe impiedosamente o afastamento do nosso convívio oficial, desde hoje, de V. Ex.^a como Director desta Escola.

Quaisquer palavras com que procuremos traduzir não só o sentimento por este facto, mas também o justo reconhecimento das qualidades que o impuseram à nossa consideração, ao nosso apreço e à nossa estima, não podem ser interpretadas senão com espontânea manifestação do nosso espírito, e nunca como atitude de subserviência ou de conveniências pessoais.

O professor Silva Rocha deixa, desde hoje, de pertencer ao quadro de professores desta Escola; cessam as suas funções de Director. Por isso mesmo, sentimo-nos perfeitamente à vontade para lhe dizermos tudo quanto sentimos e como sentimos.

Trabalhando sempre e desde verdes anos, aprendeu a conhecer no contacto duro da Vida, as alegrias, as necessidades e as amarguras dos que trabalham. Por isso mesmo foi no exercício do magistério Técnico Profissional, um orientador suave e consciencioso, um educador hábil e inteligente, sabendo harmonizar os rigores da disciplina com a suavidade paternal dos seus conselhos junto de quantos, trabalhando na indústria ou no comércio, vieram colher nesta Escola a instrução necessária e indispensável ao exercício da sua actividade.

Artista de elevado merecimento, consagrado arquitecto, homem de coração e de carácter inconcusso, soube impor-se sempre sem violências, sem agravar quem quer que fosse. Quem com ele priva mais intimamente, é atraído natural e espontaneamente pela lhanza das suas maneiras, pela pureza das suas intenções, tornando-se, além de seu admirador, seu amigo verdadeiro!



11. Casa na Rua Tenente Resende

O professor Silva Rocha só pode ter inimigos em quem o não conhece! O professor Silva Rocha, nesta Escola, só conta amigos porque todos os conhecem intimamente!

A Escola que durante largos anos dirigiu, enfrentando todas as dificuldades burocráticas, vê-o partir com um profundo sentimento de mágoa e saudade!... E esta saudosa mágoa é sentida indistintamente pelo Corpo Docente, pelo Pessoal e pelos Alunos! É que este Estabelecimento e de Ensino, pela sua harmonia, pela concordância que domina as relações de todos, pela franqueza e pela lealdade como todos têm sido tratados, e com que têm sido feitas todas as apreciações, liberrimamente e sem agravamentos, constitui um exemplo que não é frequente encontrar-se.

O professor Silva Rocha, no exercício das suas funções de director desta Escola, teve uma preocupação – o Ensino! Abstraindo-se da ideologia política de cada um, conseguiu sempre manter inalteravelmente através de todos os tempos, a harmonia entre todos, a todos tratando sem distinções com a mesma afectuosidade, com a mesma lealdade e a mesma estima incontestada e incontestável! Esta sua atitude, de agora e de sempre, venceu mais profundamente a consideração que a todos nós impuseram as suas brilhantes qualidades de Homem e de Professor, radicando em nossos corações uma estima que agora faz com que o vejamos apartar-se de nós, nesta hora, com uma saudade que nos sensibiliza tão inteiramente que fará – porque não dizê-lo? – com que ao findar esta sessão a que preside pela última vez, fique brilhando em nossos olhos, impertinente e

fugidamente, uma lágrima rebelde que desanuviava um pouco a amarga saudade pelo Amigo incomparável, certo e decidido que contámos entre nós!

Entre nós, Professores e Mestres da Escola da Escola que com tanto critério dirigiu, ficará o vazio da sua ausência que dificilmente poderá ser preenchido! A ele fica-lhe a consolação de poder, ao beijar os netos do seu enlevo, ensinar-lhes como um homem se impõe sem durezas e sem arbítrios no caminho da Vida! E ao contar-lhes, à laia de histórias, alguns episódios interessantes da sua vida de Professor, lembrar-lhes-á o exemplo salutar da sua bondade para os humildes, lembrando – assim desejamos –, os companheiros que aqui deixa hoje e que lhe consagram uma amizade que poderá ser igualada, mas que jamais alguém excederá!

Senhor Director! Senhor Silva Rocha!

Os Professores e Mestres que com V. Ex.^a serviram nesta Escola, abraçam-no comovidamente na hora da sua despedida. Neste abraço forte vai a afirmação sinceríssima da nossa Amizade, do apreço pelos seus merecimentos, da saudade com que o vemos partir!

Que a vida, que lhe será longa e tranquila no seio da sua Exma. Família, conserve sempre gravado na sua memória a Amizade daqueles em quem V. Ex.^a pode contar sempre, através de tudo, e incondicionalmente, e entre os quais se contam todos os Professores e Mestres da Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira – a Escola de V. Ex.^a Senhor Professor Silva Rocha!

Aveiro, 4 de Setembro de 1934.

* Agradeço à Dra. Maria João Fernandes a cedência para publicação das imagens do seu bisavô (figs. 1, 2, 3)

NOTAS

1. Arquivo da Conservatória do Registo Civil de Aveiro (ARCA), *Casamentos*, 1896, reg.º 28.
2. Veja o artigo sobre a Escola, publicado neste *Boletim*.
3. Arquivo da Conservatória do Registo Civil de Aveiro (ACRCA), Glória, *Óbitos*, 1957.08.22, reg.º n.º 62.
4. Arquivo da Escola Secundária N.º 1 (AESN1), *Correspondência expedida, 1915-1925*, of.º 272, 1917.04.27.
5. ARCA. *Casamentos*, reg. n.º 28, 1896.12.19.
6. ARCA. *Casamentos*, reg. n.º 28, 1896.12.19.
7. Cfr. *Campeão das Províncias (CP)*, n.º 5312, 1904.01.20, p. 1, c. 3-6.
8. *Vitalidade (V)*, n.º 112, 1897.05.21, p. 1, c. 5.
9. *Ibidem*, n.º 222, 1899.07.16, p. 1, c. 5.
10. José Pereira Tavares, *Liceu nacional de Aveiro, 1851-1951. Livro comemorativo do 1.º Centenário*, sep. de Labor, Outubro de 1951, p. 43.
11. Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), Carta de Silva Rocha datada de 1901.09.31, liv. 733, fl. inum.
12. *CP*, n.º 5217, 1903.02.14, p. 3, c. 3. Veja, também, *O Povo de Aveiro (OPA)*, n.º 896, 1901.06.16, p. 2, c. 1. Sobre João da Maia Romão são inúmeras as referências (encomiásticas) na imprensa; de entre todas, veja, *O Riso do Vouga*, n.º 43, 1915.09.16, p. 1-2. *O Democrata (OD)*, n.º 743, 1922.09.16, p. 1, c. 2. *Idem*, n.º 798, 1923.10.13, p. 2, c. 1.
13. Para uma biografia deste «brasileiro», veja *CP*, n.º 5601, 1903.12.09, p. 1. A ele me refiro no artigo anterior, neste *Boletim*.

14. CP, n.º 5309, 1904.01.09, p. 2, c. 2.
15. AHMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 28, fl. 71-72, 95, 101-103 e 112v. Veja, também, a V, n.º 687, 1908.06.13, p. 2, c. 4-5. Os outros membros eram o Dr. Libertador de Azevedo e o Dr. Joaquim Simões Peixinho.
16. *Beira-Mar*, n.º 41, 1909.10.15, p. 10-11. Agradeço à Dra. Maria João Fernandes o acesso às cartas que Teixeira Lopes endereçou a Silva Rocha, seu bisavô.
17. *Ibidem*.
18. Cfr. OPA, n.º 1351, 1910.03.13, p. 2, c. 5.
19. *Justiça*, n.º 1, 1911.02.15, p. 2, c. 2.
20. Manuel Augusto da Silva (e Pompílio Simões Ratola) demitiram-se em finais de Outubro de 1912 (Cfr. *A Portuguesa*, n.º 13, 1912.11.03, p. 3, c. 5).
21. *A Liberdade*, n.º 95, 1912.12.05, p. 3, c. 3.
22. Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR), Ílhavo, not. Carlos Fragoso, liv. 392-126, fls. 11-18.
23. CP, n.º 6521, 1917.02.17, p. 3, c. 3.
24. *Idem*, n.º 6503, 1916.10.14, p. 2, c. 1.
25. *A Razão*, n.º 74, 1917.08.16, p. 2, c. 3.
26. «Novo Hospital», CP, n.º 5286, 1903.10.17, p. 1, c. 2-3.
27. «A Escola Industrial e Comercial de Aveiro está reduzida a uma simples escola de artes e ofícios», CP, n.º 6641, 1919.06.21, p. 1, c. 1-3.
28. «Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira. Um importante melhoramento que Aveiro acaba de conseguir», OD, n.º 847, 1924.10.04, p. 1, c. 1-3.
29. Cfr. OD, n.º 658, 1921.01.22, p. 2, c. 1.
30. Não foi possível ter acesso ao texto da comunicação. Dela, como do tema abordado, há apenas a referência da imprensa local.
31. Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, not. Carlos Alberto M. Maldonado, 1921.07.07. O capital social era de 300 000\$00. Silva Rocha tinha apenas uma quota de 10 contos.
32. OD, n.º 758, 1923.01.06, p. 1, c. 3.
33. OD, n.º 759, 1923.01.13, p. 2, c. 2. Na sede desta associação ainda existem objectos vários desenhados ou concebidos por Silva Rocha.
34. «Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira. Um importante melhoramento que Aveiro acaba de conseguir», OD, n.º 847, 1924.10.04, p. 1, c. 1-3.
35. Rui Barros *Município de Aveiro. 100 anos na sua História*, Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
36. AESNI, *Actas do Conselho Escolar*, acta de 14 de Junho de 1930, fls. 25v.-26v.
37. *Idem*, fls. 27-28.
38. *Idem*, acta de 4 de Dezembro de 1934, fls. 43v.-44v.
39. Sobre este e outros aspectos relacionados com a construção na cidade no início deste século, veja Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos, 1896-1996. Um século na cerâmica de construção*, actualmente em preparação para publicação.
40. Cfr. *Actas* [...], liv. 29, 1912, fl. 74v. Este último foi nomeado membro da comissão avaliadora de prédios para 1914.
41. O projecto, de 1888, seria alterado pelo director das obras públicas, Dinis Teodoro de Oliveira (Cfr. CP, n.º 52109, 1903.02.01, p. 1).
42. *Vitalidade*, n.º 581, 1906.06.02, p. 3, c. 4-5.
43. Cfr. OD, n.º 813, 1924; e CP, n.º 5775, 1908.07.25, p. 2, c. 5.
44. «Aveiro Moderno – novas edificações», CP, n.º 5775, 1908.07.25, p. 2, c. 5. O mestre foi José Aleluia. Sobre este autor, veja Noémia Barreto Leitão e José Machado Lopes, «Arte Nova – uma “revolução estética” que chegou à Mealhada», in *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 36, 1986.
45. Cfr. *Actas* [...], liv. 29, 1912, fl. 60.
46. Em 1908 publica o seguinte anúncio: «Carlos Mendes / Premiado pela Academia das Belas Artes / Ensina desenho e pintura em casa dos alunos, em Aveiro e arrabaldes. / Encarregase de fazer projectos para edificações, medições e plantas de terrenos / Rua do Gavrito» (*Distrito de Aveiro (DA)*, 19 de Março de 1908, p. 2).
47. «Aveiro Moderno – novas edificações», CP, n.º 5775, 1908.07.25, p. 2, c. 6. Veja, também, o DA, 1908.03.19, p. 2.
48. Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, *Arquivo de projectos*. Agradeço ao Sr. Fausto Ferreira a colaboração na pesquisa dos projectos.
49. *Ibidem*.
50. *Ibidem*.
51. *Ibidem*.
52. «Aveiro Moderno», CP, n.º 5719, 1908.01.11, p. 1, c. 2.
53. *Ibidem*.
54. «Falta de operários», CP, n.º 5386, 1904.10.08, p. 2, c. 3. Veja, também, o n.º 5352, 1904.06.11, p. 2, c. 3.
55. «Novas edificações», CP, n.º 5497, 1905.11.08, p. 1, c. 3-4.
56. «Aveiro Moderno – novas edificações», CP, n.º 5775, 1908.07.25, p. 2, c. 5.
57. *Ibidem*.
58. *Ibidem*.
59. Projectos existentes na Biblioteca Municipal de Aveiro (BMA), *Arquivo de Projectos*.
60. CP, n.º 5859, 1909.05.22, p. 2, c. 3.
61. Cfr. Luís Souto de Miranda, *Alberto Souto. Vida e obra. 1.ª Parte*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1993, p. 111-112.
62. OD, n.º 590, 1919.09.15, p. 2, c. 1-2.
63. OPA, n.º 1021, 1903.11.08, p. 3, c. 2. Ver OD, n.º 832.
64. «Novo Hospital», CP, n.º 5286, 1903.10.17, p. 1, c. 2-3.
65. Cfr. CP, n.º 5695, 1907.10.16, p. 2, c. 4.
66. «Aveiro Moderno», CP, n.º 5719, 1908.01.11, p. 1, c. 2.

Freguesia da Glória

– Saudades de Progresso

Gaspar Albino

Lembro-me como se fora hoje.

Nervoso, muito nervoso, pois sentia a responsabilidade da prestação da minha primeira prova oral na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, acabara de me sentar no banco corrido da enorme sala.

À minha frente, o júri que me iria examinar na cadeira de Direito Constitucional; um juiz desembargador e o Professor Doutor Carlos Moreira, que eu conhecera somente da prova escrita.

Vicissitudes de estudante trabalhador, nessa altura chamado de “voluntário”. O que eu era; o que sempre fui.

Depois de um “boa tarde” que me soou a ríspido, surgiu a primeira pergunta:

– Diga-me, senhor, qual é a sua naturalidade? Face ao seu ponto, tenho dúvidas.

Fiquei perplexo... Eu preencheria o cabeçalho da prova como sempre o fizera desde a minha Escola Primária e nunca ninguém ficara com dúvidas.

– Sou natural da freguesia da Glória, concelho de Aveiro.

– A sua resposta é incorrecta. Pense bem - interveio o Professor.

Olhei-o incrédulo. Fora assim que o meu professor da Escola Primária me tinha ensinado e fora assim que eu me habituara a preencher todos os documentos legais ou correntes em que tivesse de declarar a minha naturalidade.

E foi isto mesmo que eu me atrevi a dizer de viva voz.

– Pois, meu caro senhor, está mal. Esteve sempre mal. Eu sei que é essa a prática, mas tal não deixa de ser incorrecto. Acima de tudo para um estudante de Direito Constitucional.

E já que não sabe, aí vai um pouco de História.

O senhor é natural da freguesia da Nossa Senhora da Glória. Isto é que está conforme à Lei; isto é que a História releva.



E depois foi um desfile de encantamento rico de factos e datas referentes à História de Aveiro que me deixou embasbacado. Tanta coisa sobre a minha terra que eu desconhecia. Fiquei pequenino. Mandou-me embora com um “vá em paz” sem me fazer qualquer outra pergunta. Ao fim da tarde, soube pelo Bedel que tinha passado exactamente com a mesma classificação que obtivera na prova escrita. Fiquei feliz por isso e por ter ficado mais rico de conhecimentos.

Mais tarde, em Novembro de 1985, vinte e cinco anos passados sobre este meu exame, vim a fazer um pequeno arranjo gráfico para um opúsculo de Monsenhor João Gonçalves Gaspar, o historiógrafo aveirense que tanto me tem honrado com a sua amizade.

Seu título: “Aveiro e as suas freguesias – no sesquicentenário da freguesia da Nossa Senhora da Glória”.

Li-o de fôlego, pois todo o seu conteúdo me fazia lembrar a verdadeira lição de História em que o meu exame de Direito Constitucional se tinha convertido.

Pelo seu rigor e recorte literário entendo dever transcrevê-lo com a vénia devida ao autor, sem mesmo omitir a sua breve justificação introdutória.

Breve explicação

Durante este ano de 1985, comemorou-se o 150º Aniversário da nova divisão administrativa e eclesiástica de Aveiro, pelo qual as quatro freguesias da cidade ficaram reduzidas a duas; consequentemente, pelos mesmos documentos de então, foram suprimidas as freguesias de Nossa Senhora da Apresentação, do Espírito Santo, e de S. Miguel. A primeira foi incorporada na da Vera-Cruz; as outras duas fo-

ram simplesmente suprimidas, para darem lugar à de Nossa Senhora da Glória.

O facto proporciona-nos uma série de breves apontamentos sobre a história das freguesias da vila e da cidade de Aveiro, que foram publicados no Semanário “Correio do Vouga”, nos números 2756-2759, de 18 e 25 de Outubro e de 1 e 8 de Novembro de 1985. Este opúsculo é uma separata dos mencionados apontamentos.

Aveiro, Novembro de 1985.

1 – Uma única freguesia

Desde os tempos da Reconquista Cristã e da reorganização da Igreja no território de entre os rios Douro e Mondego, o povoado de Aveiro constituía uma única freguesia, cuja matriz era a igreja de S. Miguel. Construída certamente nos finais do século XI por iniciativa de D. Sisnando, conde de Coimbra e vassalo de D. Fernando Magno, rei de Leão, o primeiro edifício erguia-se num outeiro relativamente elevado, onde talvez tenha existido uma fortificação e uma mesquita.

Sobranceiro ao mar, que por aí entrava e formava uma comprida baía com diversos braços – entre os quais o que se prolongava até ao Marnel – o incipiente “Alavário” era um lugar avançado da região conimbricense, voltado para o norte. Nos seus arredores, já nos meados do século X, a Condessa Mumadona Dias possuía terras e salinas que, por documento de 26 de Janeiro de 959, doara ao Mosteiro de Guimarães.

A igreja de S. Miguel – dedicada a este Arcanjo que se tinha por defensor dos cristãos contra as arremetidas do demónio e nas lutas contra os sarracenos – merece uma referência especial. Era o mais antigo monumento de Aveiro, reconstruído e ampliado diversas vezes ao longo dos séculos, uma das quais em 1420 por ordem do Infante D. Pedro.

Embora de uma só nave, era grande e reconstruído de pedra e cal. Situava-se na actual Praça da República, onde hoje se ergue a estátua de José Estêvão, sendo a porta principal voltada para poente e a capela-mor ombreando a rua da Costeira. As paredes, à data da demolição em 1835, encontravam-se cobertas de azulejo, pelo interior. A torre esguia, um tanto arruinada, ostentava três sinos e uma sineta. Possuía duas sacristias, um púlpito de grade de pau preto torneado, onze altares votivos, e o baptistério com pia de pedra branca lavrada. O altar-mor, com retábulo de talha dourada, era dedicado ao Titular, cuja última imagem, estofada e dourada, se encontra presente na catedral.

Anexa ao templo era a capela de Santo Ildefonso, primeira sede da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, fundada à volta de 1498, cujo primeiro “Compromisso” tem a data de

11 de Dezembro de 1519. No adro, levanta-se uma capela em estilo gótico, dedicada à Mártir Santa Catarina, e outra consagrada a Santo António; esta, em frente da cadeia – que era nos baixos dos Paços do Concelho – tinha uma porta com a largura necessária para, aberta, os presos poderem ver e ouvir Missa em todos os domingos e dias santos.

2 – Quatro freguesias

No século XVI, a região de Aveiro continuava dentro dos limites da Diocese de Coimbra, que para o norte se estendia até ao rio Antuã que corre ao lado de Cambra, de Oliveira de Azeméis e de Estarreja. A partir de 1545, presidiu ao Bispado D. Frei João Soares, frade agostiniano, que participou no último período do Concílio de Trento; terminando este em 1564, o prelado foi em peregrinação ao Santo Sepulcro, em Jerusalém, e regressou a Coimbra. Vinha decidido a pôr em prática, tanto quanto lhe fosse possível, a reforma pastoral decretada pela magna assembleia tridentina.

D. João Soares tratou logo de fazer uma visita às freguesias da sua Diocese; para a preparar, mandou previamente que se fizesse o recenseamento da população de cada uma. Por ele se achou que Aveiro, em 1572, tinha 11.365 pessoas de comunhão, “afora muita gente estrangeira que dela de continuo reside”; o bispo reconheceu ser excessiva tal população para uma só freguesia e determinou dividir a então vila em quatro paróquias.

Como a igreja de S. Miguel pertencia ao padroado da Ordem de S. Bento de Avis, tal divisão não se podia fazer sem o rei ser consultado; ele era o grão-mestre da mesma Ordem. D. Sebastião anuiu logo e deu a autorização pretendida. O prelado, por provisão de 10 de Julho de 1572, parcelou o território nas seguintes freguesias: *São Miguel*, composta pela quase totalidade da vila muralhada e pelo bairro do Alboi, a ocidente; *Espírito Santo*, que se estendia para sul das muralhas, compreendendo o Cimo de Vila, Vilar S. Bernardo, Santiago e parte da Presa e da Quinta do Gato; *Nossa Senhora das Candeias ou da Apresentação e Vera-Cruz*, ao norte do canal central da ria, aquela para poente e esta para nascente. À freguesia da Apresentação pertencia ainda todo o território da ria desde a “cale da vila” até ao canal de Ovar (S. Jacinto era da jurisdição de Ovar), e a Vera-Cruz tinha dentro dos seus limites os Conventos do Carmo e de Sá e alargava-se por parte da Presa e da Quinta do Gato.

Depois desta divisão, a freguesia de S. Miguel ficou com cerca de 4.500 habitantes e cada uma das outras com 2.500. A velha matriz manteve para si a parte mais nobre da vila, a mais distinta e a mais favorecida de fortuna; haviam-lhe escapado, porém, os três Conventos das Ordens Mendicantes de S. Domingos e de S. Francisco.

3 – Duas freguesias

Nos princípios do século XIX, notava-se que a velha divisão do País se tinha tornado anacrónica e incompatível com as necessidades sociais. Logo na Constituição de 1822 se futurava a divisão do território em distritos e o modo de neles se fazer a administração judicial, política e civil. A Carta Constitucional de 1826 manteve tal projecto.

Passados anos, em 1833, o território nacional era dividido em oito províncias: – Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira-Alta, Beira-Baixa, Estremadura, Alentejo e Algarve; estas foram subdivididas em comarcas que, por sua vez, o foram em concelhos. A comarca de Aveiro ficou situada na província do Douro.

Por se verificarem graves inconvenientes na divisão provincial, que eram circunscrições administrativas demasiado extensas, abolir-se-ia tal divisão com esse carácter em favor da divisão distrital, subdividida em concelhos. Assim, em 18 de Julho de 1835, o Governo fez publicar um decreto, com base na lei de 25 de Abril anterior, fixando em dezassete o número de distritos no continente português e indicando os nomes das suas capitais; em 25 seguinte, seriam nomeados os respectivos governadores civis. O distrito de Setúbal viria a ser criado em 1926.

Após a instituição do distrito de Aveiro e da entrada em funções de José Joaquim Lopes de Lima, seu primeiro responsável, foram as quatro freguesias da cidade reduzidas a duas, por alvará de 11 de Outubro de 1835, assinado pelo governador civil; publicado o documento, foi ele remetido ao bispo da Diocese, D. Manuel Pacheco de Resende, que se teve de conformar com tal resolução e, atendendo às razões expostas no mesmo alvará, mandou passar a respectiva portaria com data de 13 de Outubro, para início do processo no foro eclesiástico. Por esta forma, constituir-se-ia, ao norte do canal central da ria, a freguesia da Vera-Cruz e, ao sul, a de Nossa Senhora da Glória; o bairro de Sá era incorporado na primeira das paróquias. Fora extinta a de Nossa Senhora da Apresentação, por um lado; e, por outro, as de S. Miguel e do Espírito Santo davam lugar à de Nossa Senhora da Glória, criada de novo.

A matriz da freguesia setentrional continuou na igreja da Vera-Cruz, que existia no actual largo do Capitão Maia Magalhães. Dezenas de anos depois, pensando-se em construir um novo templo, iniciou-se no mesmo sítio uma outra edificação que não chegou a concluir-se e foi demolida em 1945. O centro religioso, transferido provisoriamente para a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, lá acabou por ficar com carácter definitivo. A paróquia meridional, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória – talvez para honrar também

a Rainha D. Maria da Glória, que não apenas a Mãe de Cristo – passou a ter como sede a igreja do extinto Convento Dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia.

Quanto à vetusta igreja de S. Miguel, essa foi sacrificada pelo camartelo demolidor. O aludido governador civil, a pedido de certos políticos influentes, setenciou a sua destruição, não fosse o nome do Titular lembrar perpetuamente o do rei proscrito; e a demolição iniciava-se ainda em Outubro de 1835, poucos dias depois de extinta a freguesia. Antes, em 18 de Outubro, haviam sido conduzido, em procissão e com todo o respeito, as principais imagens deste templo para o de S. Domingos. O acto foi precedido com um sermão, em que o orador procurou demonstrar que a destruição da igreja não tinha sido ordenada por ódio ou desprezo da religião, incentivou os presentes a acompanhar o cortejo que se ia fazer, e lembrou ao povo que se deveria conformar com as determinações da autoridade, com o progresso dos tempos e com os bons desejos de muitos habitantes de Aveiro. Apesar destas palavras, numerosos ouvintes derramaram lágrimas e interromperam o discurso com alaridos, protestando assim contra a demolição de um templo, digno de respeito por muitos títulos.

Por sua vez, a igreja do Espírito Santo, no largo que hoje tem o nome de Luís de Camões, foi considerada inútil e votada ao abandono; porque ameaçava ruína, acabou por ser profanada em 31 de Janeiro de 1836. As imagens foram conduzidas ocultamente para a nova igreja paroquial; e, em 1841, foi apeado o cruzeiro, muito semelhante ao de S. Domingos, que se levantava a pouca distância do templo. Depois de dúvidas continuadas sobre a sua conservação, a Câmara Municipal de Aveiro, de acordo com a Junta de Paróquia, determinou em 10 de Fevereiro de 1858, que fosse demolida – o que se efectuou daí a pouco. Os materiais empregaram-se na construção da torre da igreja de Nossa Senhora da Glória.

Para que a decisão de Outubro de 1835 tivesse legalmente a completa execução canónica, o bispo de Aveiro, em 7 de Março de 1836, mandou passar nova provisão. Aí se declarava e confirmava que o Padre Manuel Rodrigues Tavares de Araújo Taborda ficaria pároco da freguesia da Vera-Cruz, atendendo a que o mesmo eclesiástico tinha servido mais de trinta e seis anos a extinta paróquia de Nossa Senhora da Apresentação; e que o Padre António Dias Ladeira de Castro, por sua vez, seria pároco da freguesia de Nossa Senhora da Glória, por ter estado na de S. Miguel por mais de vinte e seis anos.

4 – Novas freguesias

A criação e o alargamento de uma rede de escolas dos diversos níveis de ensino, a restauração da Diocese de Aveiro, a abertura e o melhoramento da barra nova, a situação e o

progresso do porto, o lançamento de estradas, a passagem do caminho de ferro e o desenvolvimento de outros meios de comunicação, aliados decerto ao espírito de iniciativa e de aventura dos aveirenses, foram causas decisivas da evolução industrial, comercial e demográfica de toda a zona, nomeadamente da cidade de Aveiro e do seu concelho.

Por isso, os responsáveis da Igreja e as autoridades do Estado, indo ao encontro das aspirações do povo, têm sentido a necessidade de, respectivamente, instituir novas paróquias para melhor servir a comunidade católica e criar novas freguesias administrativas para o interesse e bem-estar dos cidadãos.

A “Costa de São Jacinto”, com a secular ermida de Nossa Senhora das Areias, pertenceu, desde tempos antigos à de S. Cristóvão de Ovar; o seu território estendia-se mais ou menos naquela restinga de areia, conforme a posição flutuante da barra. Contudo, em 1856, tanto civil como eclesiasticamente, São Jacinto foi anexada à freguesia da Vera-Cruz.

Com efeito, o bispo do Porto, D. António Bernardo da Fonseca Moniz, seguindo a portaria do Governo de El-Rei D. Pedro V, de 10 de Setembro desse ano, em documento de 22 do mesmo mês, fez cessar a jurisdição que o pároco da freguesia de Ovar exercia sobre os habitantes da “Costa de São Jacinto”, transferindo-a para o pároco da Vera-Cruz, da Cidade e Diocese de Aveiro.

Mas era sumamente custoso manter a ligação religiosa e administrativa da povoação de São Jacinto com a matriz paroquial e com os órgãos autárquicos da freguesia urbana da Vera-Cruz; a ria e a distância não são fáceis de transpor e obstam à unidade. Além disso, a localização de uma base aérea militar e a instalação de uns estaleiros para construção naval tinham dado um decisivo impulso ao núcleo inicial, constituído quase só por pescadores oriundos de uma colónia murtoseira. Por isso, o prelado de Aveiro, em 3 de Fevereiro de 1953, deu-lhe autonomia eclesiástica, sendo seguido pelo Governo da República em 16 de Fevereiro de 1955, o qual constituiu São Jacinto como freguesia, separando-a da Vera-Cruz.

Também a freguesia da Glória foi demograficamente progredindo para o sul; no meio de terrenos agrícolas, surgiram e continuavam a surgir variadíssimas habitações, num raio equidistante da velha ermida de São Bernardo.

Já vinha de há muito a aspiração de independência religiosa desta zona; certas pessoas influentes concentravam em si o desejo do povo e faziam-no chegar à autoridade diocesana. O processo demorou quatro anos, com seus recuos e avanços. Contudo, chegaria a almejada hora; foi em 4 de Julho de 1955 que D. João Evangelista de Lima Vidal insitiu a paróquia de São Bernardo. Em 18 de Janeiro de 1969 o Governo da Nação dar-lhe-ia a independência administrativa. Assim, esta freguesia pôde talhar com decisão o seu próprio

destino, criando e mantendo diversas estruturas que respondem aos anseios de solidariedade, de formação, de cultura e de desporto, para os diversos estratos sociais da população.

Numa outra área territorial, entre campos e florestas, começara a desenvolver-se, em todos os quadrantes, uma nova zona populacional; existiam por aí os antigos povoados da Presa, da Quinta do Gato e do Viso, com seus anexos, divididos pelas freguesias de Esgueira, da Glória e da Vera-Cruz. Tornara-se urgente dar unidade jurídica àqueles que conviviam, nas mesmas ruas e nos mesmos espaços geográficos; eram parcelas de comunidades dispersas. Cativadas pela memória e pela figura da Princesa de Santa Joana, estas pessoas, a pouco e pouco, começaram a sentir o desejo de se aproximarem umas das outras; pressentiam que, numa união de vontades, seriam mais fortes para a realização das aspirações colectivas. Também o bispo de Aveiro foi ao seu encontro, as incentivou e, por fim, deu-lhes a autonomia religiosa, em 11 de Novembro de 1969; mais tarde, precisamente em 30 de Novembro de 1984, a Assembleia da República votaria a lei que criou a freguesia de Santa Joana, a qual foi promulgada em 29 de Dezembro e publicada em 31 seguinte, deste mesmo ano.

Não ficará por aqui, certamente, o progresso de Aveiro, mercê da sua situação geográfica e graças ao espírito animoso dos seus habitantes. A melhoria da barra, a ampliação do porto, a proximidade da auto-estrada e a via-rápida para Vilar Formoso e para o centro da Europa serão meios preciosos para um maior crescimento não só da cidade de Aveiro e do seu município, mas também de toda a região da Ria, e mesmo de todo o território que do rio Douro se espria até ao rio Mondego”.

Por este texto de escrupulo e rigor histórico ficamos a saber o essencial de génese da freguesia da Nossa Senhora da Glória, lídima herdeira da primeira freguesia que Aveiro comportou: a freguesia de São Miguel.

A que teve como sede a destruída igreja de São Miguel.

Destruição que se não ficou por aqui, como tivemos oportunidade de ler em Monsenhor João Gonçalves Gaspar.

E que não se quedou nos outros templos destruídos por razões que nem sempre tiveram a ver com a sua vetustez, como também o académico historiador muito intencionalmente deixa alinhavado.

Razões políticas, nos casos de destruição de templos.

Razões económicas, na maior parte dos edifícios civis.

Incuria e ignorância, em tantos mais.

Recupero, porque acho pertinente o texto que escrevi já há anos, quando do centenário de Almada Negreiros, um dos maiores artistas portugueses deste século e de quem o Tribu-

nal de Aveiro guarda (?) preciosa tapeçaria ainda hoje à espera de cuidadoso trabalho de manutenção.

Aí vai, mantendo o título, pois que também o continuo a considerar adequado.

EM AVEIRO AINDA TEMOS “ALMADA”

1º Momento

Algumas paredes pretas dos fumos do fogo e dos líquenes do tempo poderiam ainda restar do que fora a igreja matriz de São Miguel.

Mas o chão, esse, tinha de ser aplainado para garantir assento ao pedestal sobre o qual se viria a colocar a estátua do nosso tribuno maior: José Estêvão.

As ossadas e os restos de jazigos foram todos misturados com o terriço; e o largo, assim conquistado, fronteiro à Câmara Municipal de Aveiro, passou a permitir uma leitura mais desafogada do seu edifício e a ter no seu centro o monumento da nossa gratidão colectiva.

Aliás, o Liceu já estava de pé, por conta do gesto largo e esforçado, suporte do verbo do nosso parlamentar maior que tinha sido o primeiro cimento para a sua construção.

Dois lados, o de poente e o de sul, do largo do nosso Poder Local, ao longo dos tempos popularmente chamado de largo da Cadeia, largo de José Estêvão, largo da Câmara e quase nunca chamado pelo seu nome oficial de hoje – Praça da República – estavam completos, pois que o Rei tinha desembolsado uns cobres e decidido constituir uma sociedade anónima, para que convidou a Câmara como accionista, vocacionada para a fundação dum teatro, o primeiro Teatro Aveirense, que se veio a pôr de pé por conta de uns quantos prédios “menores” da velha urbe com destaque para a albergaria de S. Brás, a preceito destruídos.

Nos outros dois lados do largo, a consciência colectiva ficou tranquilizada com a manutenção da Misericórdia, a nascente; os edifícios de primeiro andar que confinavam o espaço, por norte, onde se contava o velho Correio, estes ficariam guardados para sanha destruidora posterior.

Entretanto, já se ligara o centro cívico do Poder Local a outra praça – a do Poder Central – onde se pôs de pé o primeiro edifício do Governo Civil. Este também carecia de espaço condigno.

Foi fácil: cortou-se a meio o Convento das Carmelitas, deixando-se, desventrado, meio claustro, virado para a nova praça, permanecendo, talvez por milagre, a igreja das Carmelitas onde, predominantemente, não se deixou de colocar num dos seus alçados uma placa toponímica com o nome do “mata frades”.

Mas assim se ganhou um espaço bonito, airoso, digno: o largo do Governo Civil, como o povo lhe chama, mas oficialmente, Praça do Marquês de Pombal, bem ligado ao largo da Câmara, por uma rua direitinha, tirada a régua e esquadro, a de Gustavo Ferreira Pinto Basto, paralela à outra, à Direita, torta como sempre foi, porque quase intocada através dos tempos.

2º Momento

Ora é nesta praça, a do Marquês de Pombal, muito depois do seu surgimento, já nos anos quarenta, que o engenheiro Duarte Pacheco decide mandar construir um airoso e arquitectonicamente escoreito edifício dos Correios destinado a substituir a velhinha estação que perdurava num dos vetustos edifícios fronteiros à Câmara Municipal.

Cotinelli Telmo, homem de mão para as arquitecturas do Ministro, terá sido testemunha do momento da decisão. Respiamo-lo:

“O Ministro dá audiências... Do seu gabinete sai apressado um Director Geral, um Engenheiro, o Presidente de uma Câmara, um Arquitecto, não importa quem. Para quem espera, o que importa é que alguém saia, sinal de que se aproximava a sua vez de ser absolvido ou condenado inexoravelmente.

Lá dentro os assuntos sucedem-se e são variadíssimos; cá fora apenas se tem a certeza, quando sai mais um, de que se travou um combate de ideias e decisões e que quem sai, vem vencido: vencido na corrida de velocidade do diálogo travado, em que o Ministro o crivou de perguntas, lhe atirou projectos por terra, sugerindo-lhe partidos diferentes, exigindo mais, varando-o com as balas certeiras de uma crítica em rajadas, com relâmpagos nos olhos, um dedo a empurrar – “não é assim?” – vencido até pelo estalar súbito de um aplauso: – “Bom! Muito bom! Bonito! Adiante!...”.

O Ministro rapa, entretanto, do nº 2, acabadinho de sair, da revista PANORAMA, (1941), e mostra aos circunstantes as páginas 18 e 19. É uma nota apreciativa de Carlos Queirós sobre a exposição de Almada, “Trinta Anos de Desenho – 1911-1941”, que todos lêem com atenção.

“Para qualquer homem que atingiu, conscientemente, o apogeu da maturidade, trinta anos de vida é uma vida inteira. Se é artista ou poeta, se é um ser criador, impõe-lhe o destino, em dado momento, completa versão da obra realizada.

Foi o que Almada fez agora. Debruçou-se nos seus desenhos e reconheceu ter valido a pena dar ouvidos ao que o seu Anjo da Guarda, a todos os instantes, lhe dizia: – “Anda!”

Começa já! Começa já a cuidar da tua presença!". Daí, esse importante acontecimento que foi a sua recente exposição (no estúdio do S.P.N.) de "Trinta Anos de Desenho".

Quem, ignorando a biografia do artista, tão rica de experiência humana, soube observar, profundamente, o desenvolvimento cronológico dos trabalhos seleccionados, sem dúvida compreendeu que Almada, em relação a uma época antes dele começada e ainda por terminar, é um desses casos nacionais de espantosa e perturbante imparidade. Um artista que sempre exigiu tudo de si mesmo numa tensão permanente de sondagem, descoberta a renovação. – Futurista. Claro que o foi, mas só pela razão de ter sido, num país prenhe de memória numa idade parasitariamente histórica, o maior inimigo do lugar-comum, do convencional, do fácil, do bonitinho, do aparenial. Noutro sentido, foi e é apenas um grande artista moderno. E chega.

A sua personalidade evoluiu ritmicamente, naturalmente, como uma árvore. Quando se diria que a germinação estancou, surge uma flor inédita, um fruto inesperado. E tudo a caminho duma simplicidade mais pura, mais forte, mais profunda.

Na origem, vê-se um poeta cuja exuberante fantasia e múltiplos recursos de expressão não cabiam, totais, no seu tempo de vida, e que foi levado, por isso, a escolher, a apurar e a exprimir o mais sensível dos seus dons: a visualidade.

O que representa, como valor social, a individualidade criadora de Almada pode, talvez, resumir-se deste modo: – Se a palavra "mestre" não se empregasse, quase sempre, entre nós, senão para qualificar os artistas que ensinam aos outros os processos da sua arte, podíamos e devíamos chamar-lhe "mestre Almada Negreiros".

A terminar a página, um desenho: "Mulher deitada a escrever uma carta".

É bonito, diz o Ministro. "Fica bem neste projecto dos Correios de Aveiro. Mesmo aqui no átrio, na zona do público, para que este se comece a habituar a conviver com as coisas da Arte e, acima de tudo, com aquilo que os nossos "modernos" vão fazendo. E apontava para a planta dizendo os locais onde antevia os "a fresco" que resultariam do desenho. Digam-lhe, ao Almada, que pense num simétrico para o mesmo tema".

3º Momento

Mal acabado o meu curso técnico-profissional... e já me encontrava a trabalhar.

Uma das minhas tarefas era, religiosamente, todas as manhãs, deslocar-me aos Correios de Aveiro, para ir buscar à secção de apartados a correspondência da empresa.

Das 8h30 até às 9h30, nesses anos de cinquenta, formava-

se um aglomerado de pessoas que me permitia tempo para namorar com os olhos os "a fresco" bonitos que se quedavam dum lado e doutro dos balcões de atendimento ao público.

Ao princípio não sabia quem tinha sido o seu autor. Mas que eram, aos meus olhos de quase menino, um encanto, lá isso eram.

Depois descobri a assinatura.

Nunca soube se teria sido o próprio Almada a transportar para a parede a pintura dos cartões que terão existido no desenvolvimento do desenho a que o Ministro Duarte Pacheco se tinha preso.

Mas que a textura resultante da pincelada era uma maravilha que revelava um total domínio da técnica do "a fresco" lá isso era.

E que o cromatismo, mesclas de magentas, ocre, cião, amarelo, gradantes de tonalidades enriquecedoras do desenho, era dum chamatismo inebriante, também era facto.

Com os meus botões, ia-me preocupando com o surgir de humidades que, aqui e além, iam escurecendo as pinturas.

E ia-me, também, perguntando quando e quem seria capaz de deitar mão à tarefa da salvaguarda de tão maravilhoso trabalho.

4º Momento

Um dia chego aos Correios, no meu trabalho de rotina.

O átrio estava numa balbúrdia.

Andaimes por tudo o que era sítio, e operários afanosos no picar tudo o que tinha assomo de humidade.

Meu pensado, meu feito.

Os "a fresco" de Almada já tinham desaparecido à frente do cinzel dos trolhas.

Já era tarde demais.

Fiquei apertado num amargo de boca que me deixou nervoso.

Ainda falei. Mas o responsável administrativo disse que tudo tinha sido "competentemente" autorizado e que os trabalhos de pintura se iriam executar de acordo com o "legal caderno de encargos".

Depois, foi um escrito do saudoso Eduardo Cerqueira, homem de Aveiro sempre agarrado aos seus jornais, com lamento infrutífero.

Um bocado do Almada aveirense tinha sido assassinado.

E o património (?) da minha cidade, mais uma vez, tinha sido delapidado.

5º Momento

Hoje são 5 de Março de 1993.

A minha mulher Claudette, advogada, acaba de chegar ao tribunal de Aveiro.

De rajada, com um sorriso tranquilizador, diz-me: "As

obras do tribunal ainda lá estão; quer o mural de Martins Barata, quer a tapeçaria de Almada. Mas já alertei para a necessidade que há de os acautelar porque, quer um quer outro, estão a precisar de trabalho de manutenção. O mais estranho de tudo isto - disse-me ela - é que as pessoas com quem falei lá no tribunal não sabiam de quem eram os trabalhos. Ficaram preocupados ao tomarem consciência do valor que tinham à sua guarda”.

Ainda bem, disse eu cá para dentro. Ainda bem que lá estão.

É que, há duas noites, eu tinha sonhado que também essas obras tinham sido destruídas”.

Ao longo de todo este meu discorrer há um travo amargo provocado pelas coisas que já tivemos e que, pelas razões já também invocadas, foram desaparecendo desta terra de Aveiro.

E, particularmente, como natural se torna pela força da sua história, daquela parte da nossa cidade que hoje constitui a freguesia da Nossa Senhora da Glória e que corresponde, em larga medida, em termos geográficos, à Vila Velha alavariense.

Sou filho duma simbiose difícil: nasci na freguesia da Glória, ao que me dizem ali para os lados da travessa de São Martinho, mas filho de pai “cagaréu” marinho e de mãe “ceboleira”.

Já lá vão os tempos em que se roubavam os andores, se apedrejavam os namorados das freguesias rivais, se ridicularizavam, reciprocamente, as referências caracterizadoras dos nascidos na Vila Velha, a Glória, e na Vila Nova, a Vera-Cruz.

Sou simbiose disso tudo: fruto do salgado do peixe maila cebola e a chanfana.

E, por isso mesmo, quando olho para a freguesia onde nasci - a Glória - não sou capaz de nela pensar sem deixar de também me sentir vestido de camisa de lã branca e de manaia.

O que me dá muita tranquilidade para falar de Aveiro, sem me deixar envolver pelos liames de bairrismo estreitos.

Até porque, curiosamente, as imagens mais antigas da nossa terra correspondem a uma leitura setentrional da vila que, historicamente, se foi constituindo sobre a colina que definiu as fronteiras da que é hoje a freguesia da Glória.

Isto é: uma leitura tomada sempre pela perspectiva da Vila Nova ou do lado da nossa Beira-Mar.

As gravuras que nos dão uma vila de Aveiro, quase, então, só o território da actual freguesia da Glória, com as muralhas

mandadas construir por El-Rei D. João I e que o Infante D. Pedro tornou realidade.

Sobre os restos dum incêndio demolidor, os muros dessa muralha começaram a ser construídos em 1418, para defesa da liberdade da nossa terra.

Passados alguns anos estavam terminadas as muralhas que definiriam o núcleo duro do que é hoje a freguesia da Glória.

As muralhas, “/.../ além de quatro postigos e de vários torreões, tinham oito portas: a sul, dando entrada na Rua Direita, a da Vila, ornada com o brasão do /.../ Infante D. Pedro e com a data de NCDXVIII; para oriente desta e em frente da Rua da Corredoura, a do Sol; seguiam-se as do Campo e do Cojo ou Cais; a da Ribeira, situada junto à ponte e à rua da Costeira; /.../ para ocidente e para sul, encontravam-se as do Alboi, de Rabães e de Vagos - (Aveiro - Notas Históricas pág. 39 - Monsenhor João Gonçalves Gaspar).

É desta Aveiro muralhada nos princípios do século XV - só quase a Vila Velha, hoje freguesia da Glória - que guardamos memória garantida por gravura executada presumivelmente no séc. XVIII.

Do que escreveu Pinho Queimado, na sua “Memória sobre a Villa de Aveiro”, narrativa datada de 27 de Janeiro de 1687 e que é a mais antiga que se conhece, ficaremos com a sua opinião quanto à nossa freguesia, que ele chamou de quarto bairro: /.../ “que é o melhor e mais antigo da Villa em que reside quasi toda a nobreza d’ella; e este somente é cingido de altos muros, obra então magnífica do Infante D. Pedro filho do sr. Rei D. João o primeiro, e os melhores, que se conservam desde aquele tempo. Tem estes, como os de Jerusalém, nove diversas entradas (bem que neles se encontrem doze portas), e é a primeira a que chamam a da Villa, da qual sae para o caminho real uma larga rua, que dividindo-se com a igreja do Espírito Santo em outras duas, já cercadas de frescas hortas, e lavranças - terra de ceboleiros!, acrescentamos nós -, acompanha para o nascente as fábricas dos Oleiros /.../”.

São estas muralhas, que acompanham o período áureo da nossa comunidade, que Rocha e Cunha, no seu “Relance da História Económica de Aveiro” - (conferência realizada em 14 de Junho de 1930), procura explicar como tendo uma “psicologia especial em qualidades e defeitos, que a distinguem ainda hoje das outras povoações da região. Uma corrente comercial, se representa materialmente em intercâmbio de mercadorias, representa também espiritualmente um intercâmbio de civilizações diferentes. O contacto que essa corrente estabeleceu com os povos do Norte, sobretudo ingleses, flamengos, holandeses, a larga permanência de elementos destes povos na própria vila, imprimiu à burguesia aveirense um carácter, e uma mentalidade diferente das outras povoações /.../”.

/.../ este aspecto da mentalidade da sua burguesia dos séculos XV e XVI ainda hoje é um facto, como ainda é um facto o amor pela ordem, pela liberdade, pela economia, a tolerância, a morigeração de costumes, o asseio doméstico, e o gosto pela pompa dos cortejos religiosos”. (páginas 17 e 18 da mesma obra).

Falar da sorte de Aveiro e conseqüentemente, também, da nossa freguesia da Glória, é falar da sorte da nossa Ria e da nossa Barra.

Conforme nos diz também Rocha e Cunha no texto duma outra sua conferência realizada em 5 de Maio de 1923, na sede da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, subordinado ao título “O Porto de Aveiro”, “Nos séculos 15º e 16º a população da região de Aveiro, favorecida pelas condições do porto marítimo, tinha elevado a um alto grau as suas aptidões agrícolas, marítimas, industriais e mercantis, e gozava os benefícios de uma riqueza criada pelo esforço de muitas gerações. A população da vila regulava por 14.000 habitantes, entre eles muitos estrangeiros, quase a população actual /.../”.

Ainda de acordo com um outro texto do mesmo autor. (Relance da História Económica de Aveiro, págs. 13 e 14):

“O movimento do porto (por estas épocas) era contínuo: de dia e de noite, marítimos, marnotos e medidores, armavam as suas tendas fora das muralhas para a carga e descarga dos navios.

Não tocava o sino da ronda, e não se fechavam as portas da vila do lado da Cale de S. João, para permitir a entrada e saída livre a qualquer hora, /.../. O armamento para o comércio marítimo tinha atingido o seu apogeu; a praça tinha cem navios que se empregavam principalmente no comércio de sal para os portos da costa, e para o estrangeiro”.

“A descoberta da Terra Nova em 1501 criou um novo campo de acção para as aptidões marítimas da vila. A capacidade de iniciativa, o poder de realização, da sua burguesia marítima, a sua visão nítida das realidades económicas, afirma-se imediatamente”.

Eram cinquenta as caravelas empenhadas nesta pescaria do bacalhau.

E mais à frente:

“A vila concentrava todo o seu esforço nos trabalhos e tráfico do mar; porém, a actividade agrícola da região fornecendo as subsistências ao grande agrupamento urbano, e alargando assim a própria capacidade de compra, prestava sólida laboração à actividade mercantil”.

/.../

“A passagem do canal da Barra para o sul do extremo norte das dunas da Gafanha, em 1575, consequência da acção permanente dos elementos activos da formação lagunar, produziu fenómenos /.../ que acabaram de arruinar, nos séculos

XVII e XVIII, a economia regional”.

/.../

“Em 1611 já a praça de Aveiro não tinha um único navio”.

/.../

“De 1683 a 1699 entraram apenas duzentos e quarenta e cinco navios estrangeiros, média anual de catorze”.

“Durante o século XVIII entraram 238 navios, média anual de 2,3”.

/.../

“No fim do século XVII, a burguesia mercantil tinha desaparecido”.

/.../

“/.../ Os poucos habitantes de Aveiro que podiam reparar as suas habitações aproveitavam delas os materiais que não podiam conseguir doutra forma. A miséria remendava-se com os despojos de outra miséria”.

“No fim do século XVIII Aveiro tinha 900 fogos e 1 400 casas e pardieiros em ruínas, e desabitados ou abandonados; a desvalorização da propriedade urbana atingira o seu limite máximo”.

Era a crise, a mais profunda.

E a saída passava pela reabertura da nossa Barra.

Os engenheiros Reinaldo Oudinot e L. Gomes de Carvalho foram incumbidos de estudar o problema e optaram em 1802 por uma “intervenção na região central da laguna, desde a Senhora das Areias até ao Forte Novo, procurando restituir à laguna, tanto quanto possível, a sua economia do século XVI”.

As muralhas que abraçavam a parte mais significativa da que é hoje freguesia da Glória são quase totalmente demolidas para a construção dos moldes que viriam a viabilizar a Barra Nova, que ficou aberta em Abril de 1808.

As mesmas muralhas que acompanharam a época áurea de Aveiro vieram a converter-se na alavanca do novo período de reconquista da prosperidade da nossa região que, seguindo o ritmo das melhorias introduzidas no nosso porto de mar, tem vindo em crescendo até se converter na importante cidade que hoje é, no contexto do nosso país.

E a freguesia da Glória, coração político e administrativo da urbe, acompanhou essa onda de progresso.

Ainda sou do tempo da Fonte dos Amores e dos tanques públicos envolvidos pelos quintais e o grande relvado onde se punha a roupa a corar.

A Avenida de Araújo e Silva, quando foi aberta em tempos de Álvaro Sampaio, ainda nos levava para uma zona da freguesia da Glória de nítido cariz rural.

Pela Rua das Pombas íamos até ao Poço de Santiago

aprender a nadar.

Santiago vai para 50 anos era zona de quintas, a verdadeira horta da cidade.

O seminário de D. João Evangelista de Lima Vidal, vi-o nascer.

Assim como vi converterem-se em zona urbana, com tudo o que é hoje chamado Bairro do Liceu, as quintas por onde brinquei na minha meninice.

E, do mesmo modo, tudo o que é hoje o novo Hospital e o Bairro da Gulbenkian, onde abundavam ubérrimos campos de cultivo e de árvores de fruta, por que nos perdíamos em penhoras de garotos.

Lembro-me do incêndio do Governo Civil e da chuva de cinzas que caíu durante dias sobre as casas da nossa freguesia.

E da construção do Palácio da Justiça por mão-obra prisional.

E das minhas deambulações como aluno da Escola Técnica, saltando do meu Ciclo Preparatório, instalado numa casa que tinha, no rés-do-chão, uma ourivesaria da Rua Direita e com um quintal que dava para a viela do Museu, para o Curso Geral do Comércio que frequentei no edifício então decadente e hoje recuperado e devolvido à Santa Casa de Misericórdia de Aveiro; e também ainda no edifício do então Liceu de José Estêvão, entretanto vazio dos seus alunos que tinham ido ocupar o Liceu novo do Bairro de Álvaro Sampaio. Para terminar o curso já no também novo edifício da extinta Escola Industrial e Comercial de Aveiro, logo no quarteirão seguinte ao do então Liceu Nacional de Aveiro, na, nesses tempos, recém-aberta Avenida de Salazar, hoje Avenida de 25 de Abril.

E depois o plano urbanístico de Auzelle que, a ser levado às últimas consequências, não deixaria de pé quase nada do pouco que os tempos e os homens foram consentindo do que foi a freguesia da Glória, coração de Aveiro.

A rua do Seminário ou do Hospital, como o povo lhe chamava, foi-se convertendo na Avenida de Artur Rava, ainda hoje não concluída; a casa de Albino Pinto Miranda foi abaixo há poucos meses e o que resta do quarteirão onde ainda vi o último bocado das muralhas de Aveiro dará lugar a uma via que, quase desde Verdemilho desembocará no novo viaduto que substituiu a velhinha Ponte de Pau, bem ao lado do sítio onde era a Fábrica Aleluia, logo abaixo da Fábrica Gercar e das casas das meninas da Fonte Nova, tudo isto já levado pelos camartelos do progresso.

E ainda me lembro, quando em andanças como vereador do pelouro da cultura, das minhas fugas até ao sobrado dos Paços do Concelho para acompanhar o saudoso arquitecto Semide, semi-nu no escaninho-estufa que lhe servia de “atelier”, debruçado no estirador a “esgalhar” projectos novos para

a sempre renovada terra que me viu nascer. Sonhava-se com o Bairro de Santiago já feito no papel. E com a nova Universidade que hoje ocupa o Campus de Santiago, onde as hortas deram lugar a verdes de esperança de uma sociedade mais culta, mais sociedade.

Com o Porto de Aveiro, a nossa Universidade é, hoje, o mais forte vector de progresso da freguesia da Glória, da nossa cidade, da nossa região.

Actualmente, a freguesia da Glória já quase não tem quintais e muito menos quintas; já não tem fábricas de cerâmica; contar-se--ão pelos dedos de uma mão as indústrias que permanecem.

Em matéria de indústria só nos fica a dos Serviços.

Serviços; Comércio; Ensino, desde o Básico até ao Superior, público e privado.

E continua a conter nos seus muros, não se sabe por quanto tempo, a sede do distrito a que Aveiro dá nome.

E a Câmara Municipal; o Tribunal; o Notariado; o Comando Distrital da P.S.P.

E o recente Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, feliz recuperação do que foram as instalações da Fábrica de Jerónimo Pereira Campos.

E a Sé Catedral; o Museu de Santa Joana, com a Igreja de Jesus; a Igreja da Misericórdia, a Igreja das Carmelitas; as Igrejas de Santo António e de S. Francisco; e umas quantas capelas que continuam a aconchegar o fervor do povo.

No fundo, a actual freguesia da Glória é o reflexo da vida esfusante que se sente em toda a cidade. O recém-iniciado projecto urbanístico do Cojo disso é prova evidente, com o regresso de investimento estrangeiro a fazer lembrar o cosmopolitismo dos séculos XV e XVI.

É uma terra - a minha terra - sempre e cada vez mais a provocar-me mais “saudades de progresso”.

Saudade do que sei que teve e que os tempos levaram.

Saudades do qua ainda vi e vivi e que a renovação irreprimível fez desaparecer.

Tudo me fazendo recuperar o que, ainda não há muito, ouvi da boca do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Prof. Celso Santos:

“Os problemas que Aveiro constantemente levanta, e consequentemente a sua freguesia da Glória, resultam da capacidade criativa dum povo que não pára. Aveiro e a freguesia da Glória não param no tempo. O povo não deixa”.

Valha-nos, para tudo isto, o Espírito Santo, já que a igreja deste nome, como já referimos, também foi na voragem, ficando--nos em sua substituição a Fonte das Cinco Bicas que, não sei porquê, até só tem quatro e que nem sempre dão água...

Fiquemo-nos, portanto, e tão só, com as “saudades do que já lá vai e com os desejos de progresso”.

Coisas Velhas para os Novos

Fausto Ferreira

Chafariz do Espírito Santo

Pedem-me para escrever alguma coisa sobre este chafariz. O que poderá uma “Manga de Alpaca” escrever sobre a história desta Fonte?...

Fazendo um grande esforço para atender um pedido de uma senhora que faz o favor da sua amizade e contando com a benevolência de Monsenhor João Gonçalves Gaspar, pelo meu atrevimento vou tentar satisfazer a vontade daquela senhora e que Deus me ajude...

O nome do chafariz do Espírito Santo advem-lhe do largo deste nome, porque ficava junto da igreja desta invocação, demolida em 1858, e que era a matriz da antiga freguesia do Espírito Santo. Os materiais da demolição foram aplicados na construção da torre sineira da igreja da Nossa Senhora da Glória e o sino maior foi colocado naquela torre.

Peço desculpa aos leitores que tiveram a paciência de ler esta explicação, mas tornava-se necessário que a mesma fosse dada.

O chafariz começou a ser construído cerca do ano de 1870, mas, devido a uma grande interrupção, demorou dez anos a ser concluído.

Os moradores desta parte da cidade abasteciam-se de água no chafariz dos Arcos porque, além de ser a que melhores condições reunia, era a que ficava mais próxima, sendo, portanto, de toda a necessidade construir uma fonte naquele local. A caixa de água ficava, mais ou menos, a meio da Rua de Mário Sacramento e tinha gravada a data de 1870.

Esta obra foi executada segundo a planta do Eng. João Honorato da Fonseca Regala.

Construído o depósito ou caixa de água, foi feito o encanamento para o Largo do Espírito Santo (actual Largo de Luís de Camões).

Enquanto o chafariz não foi estabelecido, uma bica na esquina da casa foi erigida no local da antiga igreja e que pertencia ao Reitor de Fermelã, concelho de Estarreja, Padre



Manuel Maio da Encarnação Pinto, no lado poente, onde os moradores se iam abastecer, evitando, assim, grandes caminhadas, e onde se conservou durante dez anos, até à conclusão do chafariz.

Interiormente, esta fonte, está dividida em quatro secções. No centro ergue-se uma elegante e alta coluna rematada por uma águia virada para o norte. Voltados para os quatro pontos cardeais, vêem-se quatro golfinhos com a cauda erguida e todo o corpo encostado, ao comprido, com a coluna central. A cabeça de cada um fica acima da secção dos tanques. Têm olhos rasgados e da boca de cada um sai um cano por onde jorra água para os tanques.

Esta fonte também é conhecida por “Fonte das Cinco Bicas” pelo facto de, depois de concluída, o largo ficar com cinco bicas – motivo que levou o povo a denominá-la com tal nome.

Da Boca e do Coração das Gentes da Beira-Mar

Dra. Maria Gabriela Amorim Faria

Chegado o visitante à cidade de Aveiro irá, certamente, dirigir-se à zona central da cidade, a Avenida do Dr. Lourenço Peixinho e, uma vez aí, procurará informar-se sobre o ponto de turismo mais próximo a fim de recolher material que lhe permita fazer uma visita completa à região. Dir-lhe-ão para se dirigir um pouco mais para sul e em frente ao canal central da Ria encontrará a Região de Turismo da Rota da Luz. Uma vez aí chegado e depois de recolher os dados disponíveis, começará por admirar os belos exemplares de arquitectura Arte Nova que, embora degradados, tentam manter a dignidade e a imponência de outros tempos, enquadrando a Ria numa aparência de fim de século. Cativado pelo extenso jardim que um pouco mais à frente consegue antever - o Rossio - dirige-se então o visitante para lá, disposto a sentar-se num banco, à sombra de uma árvore, sob o olhar de João Afonso de Aveiro - distinto navegador aveirense do século XV - e estudar os folhetos turísticos que conseguiu arranjar.

Depois de uma breve pausa, resolve aproveitar o facto de por ali se encontrar e caminha um pouco mais para a frente. As ruas estreitas que lhe começam a aparecer espevitam-lhe a atenção e decide meter por uma delas, a Travessa do Rossio. Alguns metros à frente a rua abre num largo com um chafariz ao meio, 1876, por detrás do qual se ergue uma construção dos finais do século XIX (1872/73), o Mercado do Peixe. Atraído pelo quadro cada vez mais pitoresco, continua o visitante a caminhar rodeando o Mercado e de novo se lhe depara mais um braço da Ria, o **Caizinho**, ladeado, à esquerda, pelo Cais dos Mercanteis e, à direita, pelo Cais dos Botirões. Ser-lhe-á então dito que se encontra em pleno bairro da Beira-Mar. Em boa verdade, já se deverá ter apercebido a estas alturas que acabava de penetrar numa zona completamente diferente da cidade. Desde as casas, de dois andares, estreitas e compridas, ao próprio ar da gente que por ali passa (atarefado mas familiar, saudando-se alegremente e olhando com alguma curiosidade quem por ali de fora se acerca) até ao próprio cheiro que paira no ar, tudo parece contribuir neste bairro para um ambiente à parte. A Beira-Mar não é a zona mais antiga da cidade. Anterior é certamente S. Bartolomeu, a zona de Sá e a parte antigamente muralhada

da cidade, mas deverá ser a que melhor mantém a unidade de arquitectura, pensamento, modo de estar e vivência. Para este facto contribuirá com certeza todo um leque de tradições e brios que se continuam a transmitir de geração em geração. E contributo decisivo é, certamente, a devoção a S. Gonçalinho. A capela de S. Gonçalinho, situada em pleno coração da Beira-Mar, é, sem dúvida, o ponto fundamental a partir do qual se espalha a tradição, o modo de estar, a cadência e o espírito desta gente. A devoção a S. Gonçalinho remontará ao século XVI, quando o povo decidiu construir uma pequena capela junto às salinas do Rossio, que deixaram de existir em meados do século passado. No início do século XVIII terá esta pequena capela sido substituída por outra, a actual de forma hexagonal. É esta capela que continua ainda a ser o centro da maior festa popular e religiosa na Beira-Mar, no dia 10 de Janeiro, ou caso este dia calhe a meio da semana, no fim da semana seguinte. A importância da festa tem a ver não só com todo o aparato de arraial popular que à volta dela gira - ruas enfeitadas com arcos, coretos e barracas de doces - como também com o cumprimento de promessas que, ao longo do ano ou de anos, os seus devotos vão fazendo. Estas promessas são pagas, não apenas em peças de cera mas essencialmente em cavacas que deverão ser atiradas do cimo da igreja. Ninguém sabe quando, nem como, nem porquê esta tradição teve início. Apenas se sabe que tem muitos anos e que continua a perpetuar-se de geração em geração. O atirar das cavacas é, sem dúvida, o ponto mais alto da festa e o entusiasmo é geral, quando o sino toca e toda a gente se aglomera no largo da capela tentando apanhar as cavacas com guarda-chuvas e nassas. Curiosamente a confecção das cavacas não pertence à Beira-Mar, nem por ali alguém parece conhecer-lhe o segredo ou dar-se ao trabalho de as fazer. No domingo de S. Gonçalinho as famílias costumam juntar-se ao almoço, para em seguida rumarem ao arraial. Hoje em dia a tradição no que respeita à ementa desse almoço já não será uniforme, mas há alguns anos atrás mandava o hábito que se comesse *Carneiro Assado* em forno de pão e como sobremesa *Arroz Doce* ou *Aletria*. A receita do *Carneiro Assado* ou mesmo da *Aletria* não constitui segredo para as gentes desta região, mas o *Arroz Doce*

da Beira-Mar já terá certamente segredo que faz com que muita gente afirme, se calhar com alguma pontinha de inveja, “Não há Arroz Doce como o da Beira-Mar”. Este segredo foi-me contado, num tom quase de conspiração, de tradição transmitida de mãe para filha, por senhoras da Beira-Mar. Tem a ver com uma colherzinha de água de flor de laranjeira que se lhe mistura. E a propósito desta colherzinha de água de flor de laranjeira contaram-me ainda estas senhoras que era costume, em vésperas de baptizado ir à farmácia buscar a dita água para preparar o arroz e guardar o restante num lindo frasquinho de vidro para perfumar o bebé à saída da igreja.

Mas voltemos a S. Gonçalinho e às suas tradições. Não poderemos então esquecer aquela que, a par de casamentos e baptizados, continua a vestir-se de grande honra e importância: a cerimónia da Entrega dos Ramos.

Embora esta cerimónia seja comum às duas freguesias da cidade – na Vera-Cruz começou em 1732 e na Glória em 1742 – na freguesia da Vera-Cruz esta tradição, bem como as tradicionais procissões, revestem-se de um rigor e um cuidado exemplares. O povo da Beira-Mar é gente muito religiosa, o que é perfeitamente compreensível pois a sua população era, antigamente, quase exclusivamente formada por marnotos e pescadores, profissões sujeitas a contingências de todo o género que originavam aflição, preces e promessas. A Entrega do Ramo realiza-se durante as festas de Natal, Ano Novo e Reis e simboliza a transmissão dos encargos dos mordomos do ano em causa aos novos mordomos que se irão encarregar das festas do ano que irá começar. O ramo, que pertence à Confraria, é um ramo grande, com cerca de um metro de altura, em forma de espiga de milho, adornado de flores de cores vivas. É este ramo rematado em cima por um tufo arredondado composto pelas mesmas flores do qual sai uma pequena cruz de latão ou de cartão dourado. O pé é coberto de fita de seda branca, franjada a ouro.

Antigamente, na véspera da Entrega do Ramo, o parceiro ia jantar a casa de quem havia de receber o ramo e levava de presente um tabuleiro de doce composto por *Bolos de 24 horas*, *Raivas*, *Caladinhos*, *Rebuçados* e *Ovos Mole*s. Todas estas doçarias, características da cidade mas de tradição conventual, eram normalmente compradas na Confeitaria da Costeira, que ainda hoje existe, remodelada.

No dia da Entrega do Ramo a procissão sai da igreja, sem o ar sério e rigoroso de que se revestem habitualmente as procissões mas sim em forma de cortejo com banda de música e o povo a dançar atrás. Dirige-se então a rusga para casa do novo festeiro, a quem é entregue o Ramo, investindo-o assim com os poderes e responsabilidades de organizar a festa no ano seguinte. De novo se encontra a mesa posta, com figos secos, raivas, aletria, arroz-doce e licor de hortelã e entra quem quer, come e festeja.

Deixando os tempos de festa e passando ao dia a dia, falemos um pouco mais do modo de viver que caracteriza este

povo da Beira-Mar. É evidente que temos que falar do passado, pois se hoje em dia esta parte da cidade ainda mantém homogeneidade no que respeita a festas e tradições, é certo que as ocupações e a sua vida diária são tão heterogéneas quanto a dos cidadãos de qualquer outra cidade. As marinhas de sal quase desapareceram, a faina da pesca está entregue a outros e desses misteres apenas resta a memória daqueles que em tempos os tiveram. Mas, recuando algumas décadas, reafirme-se que o povo da Beira-Mar tinha como profissão base a pesca, ali mesmo na Ria ou um pouco mais ao largo da zona costeira. Os marnotos viviam mais na zona de S. Bartolomeu, embora não se possa estabelecer uma fronteira rígida entre estas duas zonas. As mulheres da Beira-Mar ocupavam-se de tudo um pouco: para além da lide caseira, ajudavam os maridos e familiares no que fosse preciso, desde escalar e vender peixe, a dar uma mão durante a botadela, todas as tarefas lhe estavam reservadas.

Com esta tradição de mar e de sal é lógico que toda a gastronomia local se inspire nestes elementos, sendo pois o peixe o ingrediente fundamental das refeições diárias. Não se pode dizer que fosse por existirem condições económicas difíceis, pois muito embora o nível de vida desta gente não se comparasse ao dos moradores da zona muralhada da cidade, habitada por nobres e famílias abastadas a Beira-Mar não era uma zona pobre. Mas, o peixe estava ali. Era a fonte do seu trabalho e do seu lucro, passava-lhes pela mão e agradava-lhes ao paladar. Para que é que era preciso procurar mais?

Refira-se, contudo, que embora pescadores e marnotos confeccionassem a bordo as deliciosas caldeiradas de que adiante se falará (cujo segredo consistia em serem preparadas com água da Ria), o farnel normal do marnoto era antigamente composto por uma Sopa de Feijão com casca, muito grossa, com arroz, toucinho e uma batata. Falando ainda deste tipo de alimentação própria de quem tem de puxar pelo corpo no seu dia-a-dia refiram-se as **Papas Naberças**, prato que embora tenha vindo a cair em desuso quer pela sua consistência, quer talvez pela dificuldade em adquirir farinha de milho de moleiro, continua ainda a agradar a quantos dele provam.

Feito que está este à parte, voltemos ao peixe e aos petiscos, alguns sem dúvida curiosos, que continuam a fazer as delícias de aveirenses e visitantes. Começemos por enumerar um dos mais característicos por ser confeccionado com uma espécie própria dos braços da ria que banham esta zona, os **Bolos de Cabo**zes. Idênticos são os **Bolos de Camarão-bruxo**, sendo que esta espécie já não é apanhada propriamente na Ria mas sim já lá mais perto do mar. Refiram-se ainda as **Espetadas de Mexilhão**. E, já que estamos a falar das espécies próprias da região, vamos dar um salto às marinhas e assistir ao escoar do viveiro que lhe fica ao lado: é nessa altura que se apanham duas das espécies mais ricas da Ria, a enguia e a taíinha de viveiro. Se a taíinha se cozinha assada com os condimentos e preparos

habituais para este tipo de prato já a confecção da enguia tem muitos segredos a desvendar: tudo começa com o cuidado que é necessário pôr ao amanhã-la e depois na sua preparação. Nesta região a enguia come-se na **Caldeirada de Enguias** e respectiva **Sopa de Enguias**, no **Arroz de Enguias** ou **Enguias Fritas com Molho de Escabeche**.

Contudo, as receitas da Beira-Mar não se restringem aos peixes que daqui são característicos. Por exemplo, também a sardinha ou a raia, espécies que abundam em toda a nossa costa, aqui têm o seu preparo especial. Poderemos então falar da **Raia de Pitáu** ou **Pitéu**, da **Bola de Sardinha** ou do **Arroz de Sardinha**, ou das **Sardinhas Escuchadas**. E de novo voltamos aos usos e tradições para desvendar mais um segredo que ainda se cumpre neste bairro em casa das famílias mais antigas. Algum tempo antes do Natal, compram-se sardinhas de boa qualidade, que são amanhadas e salgadas com antecedência. Na noite da Consoada, come-se então o bacalhau cozido com batatas e grelos. Os grelos são cozidos à parte, em água temperada com as tais sardinhas, ditas escuchadas. Para terminar a ceia de Natal há quem sirva rojões, mas o que se come, sem dúvida em todas as casas, são as tradicionais **Rabanadas**. Falando ainda do peixe salgado, que é afinal uma técnica de conservação antiga, refira-se o **Chicarro de Par** ou **Chinela** que não é mais do que o chicarro que se vende já salgado, aos pares e depois se come cozido com batatas e legumes.

Deixou-se para último aquele que é, sem dúvida, o ex-libris da Beira-Mar: o **Escabeche**. O Escabeche é um molho extremamente simples de preparar que acompanha tradicionalmente as enguias fritas, as espetadas de mexilhão ou qualquer outro peixe frito. Na Beira-Mar o Escabeche é rei, tanto assim que, em 1940, foi levada à cena uma revista à portuguesa em Aveiro, de nome “Molho de Escabeche” e que assim homenageava:

*Sou o Molho de Escabeche
Natural da beira-ria!
Dou bom gosto a qualquer peixe
E sobretudo à enguia”.*
(...)

E, uma boa zaragata, quem sabe se pela acidez das palavras, tomará também o mesmo nome “Armaste cá um escabeche!”.

O gosto característico do **Molho de Escabeche** tornou-se tão conhecido que se começaram a fabricar espetadas de mexilhão e enguias enlatadas em molho de escabeche. Estas latas eram vendidas nas melhores confeitarias e mercearias da cidade, chegando mesmo, no princípio do século, a serem apregoadas na Estação do Caminho de Ferro “Querem comprar ovos moles ou mexilhão...?” por vendedeiras que assim divulgavam Aveiro àqueles que estavam só de passagem.

Com a intensificação da indústria conserveira na Murtosa, este tipo de confecção deixou de se fazer aqui, continuando, no entanto, as latinhas a serem vendidas nas melhores confeitarias.

Terá talvez então terminado por aqui a enumeração do receituário e de algumas das tradições da zona da Beira-Mar. Certamente que, neste momento, pairará no ar a pergunta: então... e os Ovos Moles? Pois manda a verdade que se diga que a origem dos famosos Ovos Moles de Aveiro, vendidos em barriquinhas ou em delicadas formas de hóstia com motivos marítimos, não tem nada a ver com a Beira-Mar. O segredo de todas essas doçarias de ovos, do Bolo de 24 horas e até das tradicionais Papas de Carolo, que se comem em Dia de Todos-os-Santos saíu das mãos das freiras dos conventos e foi-se espalhando pelas senhoras das famílias nobres e abastadas que aí foram educadas. Cumpre, no entanto, abrir uma excepção. De tão primorosamente que são preparadas hoje as **Papas de Carolo**, na Beira-Mar, mais ricas ou mais pobres conforme as posses de quem as faz e dado que é essencialmente neste bairro que se mantém a tradição, é justo que a receita deste doce seja incluída neste conjunto de receitas características.

RECEITUÁRIO

Papas Naberças

Ferve-se a água necessária com o azeite, deita-se-lhe um tempero de carne de porco e mistura-se a farinha de milho até engrossar.

Quando a farinha está cozida, junta-se a hortaliça - nabças migadas - cozidas à parte e estão prontas as papas.

Se se quiser enriquecer o prato servem-se as papas com os torresmos que ficam da preparação de rojões.

Bolos de Cabozes

Desfaz-se a farinha com a água e uma pitada de sal. Mexem-se os ovos e misturam-se ao preparado anterior. Junta-se salsa e cebola picadas, tempera-se de sal e juntam-se os cabozes só lavados. Frita-se a massa às colheradas e formam-se uns bolos chatinhos.

Bola de sardinha

Amassa-se a massa de broa de milho, deita-se metade da massa numa escudela e colocam-se as sardinhas ao alto (para que não fiquem desfeitas ao partir a bola) e cobre-se com a outra metade da broa. Antigamente era costume levar-se ao padeiro para cozer no forno de pão, mas também se pode cozer em casa.

Bolos de Camarão-bruxo

Escama-se e amanha-se o camarão-bruxo. Faz-se um polme muito fino com farinha e ovos, temperado com sal e pimenta. Envolve-se o camarão-bruxo aos pares neste polme e frita-se.

Caldeirada de Enguias

Num tacho põem-se as batatas às rodelas, a cebola também às rodelas, salsa, louro, dentes de alho e, por cima, as enguias. Tempera-se de sal e pimenta. Cobre-se com água e, quando começa a ferver, deita-se-lhe um pouco de “pó de enguias” (açafraão) para dar cor. Quando a caldeirada está quase pronta, escorre-se a água da cozedura para outra panela e numa tigela à parte prepara-se a moira juntando a uma concha desta água sal e vinagre. Deita-se este preparado por cima da caldeirada e abafa-se. Espera-se um pouco e serve-se a caldeirada, que não deve ser tirada com a escumadeira mas sim virada directamente do tacho para os pratos para não se desfazer.

Sopa de Enguias

A sopa de enguias é feita com a água que se escorreu da caldeirada, à qual se junta miolo de pão de trigo duro e miolo de broa, esfarelados.

Arroz de Enguias

Faz-se um refogado com a cebola só estalada com azeite e banha de porco. Juntam-se as enguias já arranjadas, lavadas e partidas aos pedaços juntamente com os temperos. Depois de as deixar refogar um pouco, retiram-se e acrescenta-se água suficiente para cozer o arroz e “pó de enguias” (açafraão). Deixa-se ferver a água com um pouco de unto de pão e junta-se o arroz. Quando está quase pronto, deita-se-lhe um pouco de vinagre. Serve-se com as enguias dispostas por cima.

Arroz de Sardinha

Amanha-se a sardinha, abre-se e tira-se-lhe a espinha central. Faz-se um refogado com cebola, tomate, pimento, colorau e banha. Refoga-se ligeiramente o peixe, retira-se e prepara-se normalmente o arroz. Quando este está pronto, colocam-se as sardinhas por cima e serve-se.

Raia de Pitéu

Lava-se a raia em várias águas e raspa-se-lhe a pele. Esfrega-se depois com sal grosso. Corta-se o peixe às postas e coze-se num tacho com água temperada com sal. Assim que a raia estiver cozida, passa-se por água fria e lima-se (tirar a pele). Cozem-se batatas e cebolas à parte e dispõem-se num prato de serviço juntamente com as postas de raia. Em seguida rega-se com o seguinte molho: depois de cozido o fígado da raia, desfaz-se com um garfo e junta-se a uma mistura de azeite, vinagre, alho esmagado, pimenta e louro que se leva a ferver e está pronto.

Espetadas de Mexilhão

Abre-se o mexilhão, limpam-se-lhe as barbas e enfia-se em palitos. Fritam-se estas espetadas em azeite, com muito

cuidado porque espincham muito. Em seguida rega-se com o molho de escabeche.

Molho de Escabeche

Juntam-se duas partes de vinho branco de boa qualidade, uma parte de vinagre de boa qualidade também, dentes de alho, louro, pimenta e sal. Deita-se este molho por cima das espetadas de mexilhão, das enguias fritas ou de qualquer outro peixe frito.

Arroz Doce

O mesmo peso de açúcar e de arroz. Coze-se o arroz com água e casca de limão. Desfazem-se à parte os ovos que se queira para dar a cor amarelinha ao arroz e junta-se-lhe uma colher de sopa de água de flor de laranjeira. Juntam-se então os ovos ao arroz e está pronto. Coloca-se em travessas de serviço e enfeita-se com canela.

Papas de Carolo

Põe-se o carolo de milho de molho de um dia para o outro. Em seguida coze-se com uma casca de limão e um pau de canela. Depois de cozido junta-se açúcar a gosto e frutas secas e cristalizadas partidas. Deixa-se levantar fervura e está pronto. Deita-se em travessas e decora-se com canela.

Rabanadas

Parte-se o pão de cacete às fatias. Numa tigela deita-se vinho abafado e molha-se cada uma das fatias, colocando-as a seguir numa travessa. À medida que se vão passando as fatias, polvilham-se com canela. Num tacho faz-se um ponto leve de açúcar. Fritam-se então as rabanadas primeiro em azeite e depois na calda de açúcar. Quando estão todas prontas, despeja-se o resto da calda por cima.

Licor de Alguidar

Num alguidar de esmalte deita-se 1 kg de açúcar e 1/2 l de água. Mexe-se com uma caneca até desfazer completamente o açúcar. Em seguida junta-se 1 l de aguardente, essência a gosto (geralmente de hortelã-pimenta) e um pouco de corante alimentar (no caso de se ter posto essência de hortelã-pimenta mistura-se corante verde). Coloca-se em garrafas de vidro.

Actualmente continua-se a preparar o licor, mas já é fervido. Utilizam-se as mesmas porções de água e açúcar e faz-se um ponto grossinho. Junta-se depois a aguardente, a essência e a cor ou então, uma infusão previamente preparada de casca de tangerina em aguardente. Esta infusão obtém-se colocando cascas de tangerina em aguardente durante algum tempo. Quando a aguardente tiver apanhado cor, está pronta.

Em ambos os preparados o licor é filtrado com um funil e algodão.

Evocação da Diáspora Sefardita no Quinto Centenário do Decreto Manuelino de Expulsão dos Judeus

António de Vasconcelos Nogueira

Foi a 5 de Dezembro de 1496 que el-rei D. Manuel I (1469-1521) promulgou, no concelho de Estremoz, o Decreto de Expulsão dos Judeus, à semelhança do Édito (1492) dos Reis Católicos de Espanha, forçando-os à conversão pelo baptismo e à diáspora.

Porém, em data incerta, mas provavelmente anterior a Março de 1497, D. Manuel I ordenou aos corregedores de suas comarcas que confiscassem as sinagogas, as suas bibliotecas e os objectos de culto religioso. Os cemitérios também não foram poupados à profanação cristã.

O reforço destas prerrogativas régias fez-se com outras medidas, como o impedimento burocrático na saída legal dos Judeus, logo em Dezembro de 1496, o baptismo forçado de quantos aguardavam vez para embarque e, a 19 de Março de 1497, a separação dos seus filhos menores que, depois de baptizados, foram entregues a famílias cristãs. De igual modo procedeu com os adolescentes e jovens menores de 25 anos.

A 30 de Maio de 1497, o monarca dava a conhecer, pela sua “magna carta”, a benesse régia de não inquirir os assim designados “Cristãos-Novos” durante os seus próximos vinte anos... Disposição esta confirmada ainda em 1522, durante o reinado de D. João III (1502-1557), que a prorrogou por mais dezasseis anos.

Mas como se isto não bastasse, acedeu então D. João III ao reforço do aparelho repressivo com o estabelecimento da Inquisição em 1536 e, a partir de 1540, com os autos-de-fé.

Ao evocarmos a Diáspora Sefardita no quinto centenário do Decreto manuelino de Expulsão dos Judeus, não estamos a relançar um olhar sobre a história pretérita porque pretérita ou apenas porque dela temos mágoa e ressentimento. Fazêmo-lo em tributo da verdade histórica e para que, ao darmos testemunho presente às nossas gerações e às vindouras, o passado não se repita nem se perpetue! Além disso, consideramos que no pretérito radica o nosso ser e dele temos uma invulgar memória social porque somos um povo com mais de quatro mil anos de história; somos o Povo de Deus e do Livro. Por conseguinte, essa memória feita consciência filosófica convida-nos ao diálogo e ao diálogo conduz-nos inevitavelmente ao conhecimento da verdade.

Os Judeus na Península Ibérica ou a *Sepharad* bíblica

Uma lenda antiga faz referência ao estabelecimento dos Judeus em *Sepharad* muito antes da tomada de Jerusalém pelos Romanos ao tempo de Pompeu (68 a.C.), Tito (70 d.C.) e Adriano (135 d.C.).

Segundo alguns rabinos de Espanha, Salomão tributara o reino de *Sepharad* em cumprimento pelas suas leis. Os rabinos chegaram a alegar da existência de monumentos lapidários, como uma suposta tampa de jazigo, havida algures em Sagunto, por volta de 1480, onde decifram a seguinte mensagem: “Este é o túmulo de Adorinam, oficial do rei Salomão, que veio receber o tributo”².

Outros, reportaram-se ao tempo de Nabucodonosor, da Babilónia. Quando este cercou Jerusalém (601 a.C.), teria na sua corte um grande número de monarcas tributários, entre os quais constaria um tal Hispano, que deu origem ao topónimo Espanha³. Nabucodonosor procedera à partilha do espólio e das gentes de Jerusalém. Hispano ficou com essa parte e levou os Israelitas como escravos para a Península Ibérica.

A conjectura histórica, porém, relaciona-os antes com o período das Guerras Púnicas e a romanização da Península Ibérica durante os séculos III e II a.C.

Assim, os primeiros Judeus que aportaram à Península Ibérica teriam sido muito provavelmente cativos dos Romanos ao tempo de Pompeu, o Magno (?106-48 a.C.), depois da tomada de Jerusalém (70 d.C.) por Tito (39-81 d.C.) e a sua destruição (135 d.C.) por Adriano (76-138 d.C.). Por outro lado, os interesses que Roma e alguns dos seus imperadores, como Pompeu, Vespasiano (9-79 d.C.) e Adriano tinham na Península Ibérica, poderão servir de suporte teórico a esta relação com a Hispânia, tanto mais que Herodes Antipas (4 a.C. - 39 d.C.), tetrarca da Galileia, fora desterrado para Lião, trazendo consigo também escravos israelitas (quicá galileus)⁴.

Quanto ao termo *Sepharad*, tratava-se de um toponímico aramaico mencionado no livro de Abdias, um dos doze profetas, onde se lê:

*“Os exilados, este exército dos filhos de Israel, tomarão posse do país de Canaã até Sarepta, e os exilados de Jerusalém, que estão em Sefarad, tomarão posse das cidades do Negueb”*⁵

Sepharad constitui ainda uma provável alusão à cidade de Sardis, na Ásia Menor, cuja designação latina fora Aspamia. A partir destas referências poderíamos estabelecer o parentesco com o termo Hispânia e relacionar *Sepharad* com a Península Ibérica. Deste modo, as suas comunidades mosaicas passaram a ser designadas por comunidades sefarditas.

A Diáspora Sefardita

Se a condição dos Judeus era precária, a sua existência na Hispânia foi quase sempre atribulada, à excepção daqueles momentos em que, por mera conveniência político-económica, os reinos peninsulares lhes proporcionaram alguma protecção, certo protagonismo e prerrogativas de distinção social.

Os Judeus serviram os soberanos peninsulares e os seus estados, prestando-lhes serviços consideráveis para a época, contribuindo com o seu potencial humano e os seus recursos para o desenvolvimento das actividades mercantis, culturais e científicas.

A maioria dos sefarditas exercia actividades relacionadas com o comércio e a banca: eram mercadores e gente dos mesteres. Outros entregaram-se à prática da Medicina. Havia também entre eles administradores da fazenda pública e cobradores de impostos. Poucos seriam proprietários rurais. Alguns usufruíam de privilégios sociais, na sua totalidade ou parcialidade, como as isenções fiscais e a distinção social quanto ao transporte equídeo, porte de armas, dispensa do uso de sinal distintivo e outros elementos relacionados com o traje e os adornos.

O seu aforro era monetário e dele faziam uma aplicação rentável, movimentando os seus capitais em investimentos diversos, como os empréstimos a juros ou o arredondamento dos direitos reais. O investimento podia também ser canalizado para sectores da produção agrícola, como o azeite, na região escalabítana, ou o açúcar, na Ilha da Madeira e mais tarde em S. Tomé e no Brasil, depois nas Antilhas, tendo em vista o comércio e os mercados interno e externo, sendo a venda e a compra feitas a retalho ou por grosso. Isto, sem descurarmos a produção manufactureira nas suas lojas ou oficinas, onde se evidenciaram como artesãos com destaque para a ourivesaria, os têxteis e as peles, o fabrico de calçado e a iluminura.

Aos Judeus se deve a introdução da imprensa em Portugal, datando o incunábulo mais antigo, um Pentateuco, de 1488, o qual está relacionado com a oficina tipográfica de Samuel Gacon, em Faro. Lisboa e Leiria também tiveram as suas tipografias.

Com o seu labor e engenho, os Judeus contribuíram decididamente para a grandeza das nações durante o período áureo da Expansão e dos Descobrimentos, como fora o caso de Espanha e Portugal, participando nesses empreendimentos como

astrónomos, cartógrafos, médicos, banqueiros, mercadores, conselheiros, embaixadores ou intérpretes.

Contudo, os motins e levantamentos anti-judaicos tiveram lugar um pouco por toda a Hispânia em finais do século XIV, como os de Sevilha, Valencia, Córdova e Barcelona. Ocorreram perseguições, pilhagens e morticínios. Como agravante, registou-se ainda o facto de a Inquisição espanhola ter sido instalada em Castela no ano de 1478.

Quando os Reis Católicos de Espanha conquistaram a taifa de Granada, em 1492, haviam sido entretanto intsigados pelo Cardeal Ximenes, por Vicente Ferrara e pelo inquisidor-mor Torquemada, a publicarem o édito sobre a conversão forçada de todos os Judeus hispânicos tal como dos Mouriscos no espaço de quatro meses. O mesmo foi datado de 31 de Março de 1492.

Os Judeus foram então forçados à conversão e alguns, em desespero de causa, suicidaram-se, outros empreenderam os caminhos da Diáspora e os que permaneceram, abjuraram da sua fé e coercivamente tornaram-se “Cristãos-Novos”. Estes constituíram o alvo predilecto da Inquisição. Continuariam a ser vítimas da sua própria condição e tiveram que expiar crimes que as suas consciências nunca cometeram. Criaram-se judiarias e regulamentaram-se as vidas das comunas judaicas, tributando-as e aterrorizando-as com as fogueiras do Santo Ofício.

A Diáspora dos Judeus, direccionada para o Norte de África, a Itália, os Balcãs e o Levante, foi empreendida, grosso modo, por comunidades ortodoxas, afeiçoadas a uma sociedade feudal e à economia mercantilista que permitia o empréstimo de capitais a troco de dividendos, ainda que tal não produzisse necessariamente riqueza industrial mas apenas numerária, enquanto a dispersão setentrional terá sido preferida pelos Marranos⁶, afeiçoados ao espírito capitalista que comportou sempre grandes riscos mas que lhe proporcionava, de igual modo, mais valias acrescidas no domínio comercial e da prestação de serviços⁷. Tanto assim que no século XVI, sob o domínio dos Filipes, alguns Cristãos-Novos hispânicos do ramo Mendes arrendaram o monopólio real do comércio das especiarias entre a metropolita Lisboa e os Países Baixos (cerca de 1530), com ligações à Itália e Turquia, destronando progressivamente a hegemonia financeira dos Fugger, Lomellini e outras famílias capitalistas⁸. Foram estes mesmos Marranos que, perseguidos pela Inquisição de Espanha e Portugal, fundaram mais tarde a banca de Amesterdão, em 1609, e também a de Hamburgo, em 1619.

Curiosamente, uma testemunha desta Diáspora por terras do Império Otomano foi Frei Pantaleão de Aveiro, autor de um *Itinerário da Terra Santa e suas particularidades* (Lisboa, 1593). Pouco apurámos sobre este franciscano quinhentista, quiçá aveirense. Sabe-se que por volta de 1561 empreendeu a sua peregrinação à Terra Santa, acompanhando Frei Bonifácio de Aragua. Uma vez em Roma, deslocou-se a Trento, onde

decorria o célebre Concílio. De Veneza partira, depois, com destino à Palestina, onde chegou no ano de 1563 e por lá se ficou até 1566, data do seu regresso a Portugal, via Itália. A obra em causa foi reimpressa em 1596, 1600, 1685, 1721, 1732 e 1927.

Quanto aos primórdios da comunidade sefardita, em Aveiro, também não dispomos de muita informação. É provável que a mesma remonte ao séc. XV, sendo facto documentado que a mesma constitui objecto de diligências várias por parte da Inquisição, como nos referem Alexandre Herculano⁹ e António Borges Coelho¹⁰, e ainda segundo os subsídios de Rangel de Quadros, Marques Gomes, Rocha Madahil, Maria José Ferro Tavares, Maria João V.B. Marques da Silva e Amaro Neves¹¹.

A comuna judaica de Aveiro era composta fundamentalmente por funcionários administrativos, médicos, mercadores, rendeiros, tecelões, sapateiros, pergaminheiros, gibiteiros e alfaiates. Os Judeus eram tributados com colectas várias, como a capitação (a partir dos sete anos de idade), imposto sobre bens imóveis e mercadorias, sobre animais abatidos para consumo e animais de tracção, sobre gado e colmeias, portagens, sisas e a *judenga* (trinta *siclos*, o preço de um escravo ao tempo da ocupação romana da Palestina, imposto este pago por cabeça numa alegoria espiatória pela traição de Judas Iscariotes). Pesava sobre eles também a obrigatoriedade de dar pousada ao rei e sua corte, além de contribuições como a reparação de pontes, calçadas ou muros.

Marques Gomes propôs que a localização da comuna judaica, em Aveiro, fosse no Largo do Terreiro, incluindo as ruas de sua confrontação, enquanto Rangel de Quadros opinou que a mesma não seria muito numerosa, evidenciando-a na confrontação com a antiga Rua das Carmelitas, actual Rua Joaquim António de Aguiar. Por sua vez, Amaro Neves considera terem sido em número significativo os Cristãos-Novos implicados nos processos inquisitoriais de Coimbra ou mesmo Évora, atendendo a especificidade deste burgo portuário e ao seu comércio marítimo¹². Neste contexto, Borges Coelho retomou a linhagem dos Espinosa, exilados nos Países Baixos, e à qual pertenceu o ilustre filósofo cartesiano e sefardita Baruch Espinosa, e estabeleceu a partir dela o elo com uma certa Ana Garcês, casada em Aveiro, e com ligações ao ramo dos Espinosa do Porto¹³.

Documentado está também a circunstância de os Cristãos-Novos se terem fixado, de modo discreto, nas povoações limítrofes do burgo de Aveiro, na sequência de múltiplas diligências que a Inquisição procedia sobre a sua comuna, como foi o caso da tributação de Filipe IV de Espanha, e III de Portugal, ordenando, pela provisão de 18 de Fevereiro de 1627, um empréstimo forçado de 100 mil réis de juros, junto de três

cristãos-novos da comarca de Aveiro (Manuel Ribeiro, Francisco Nunes Viseu e Manuel Sedenho) e destinado a suprir a perda de uma armada que teria sido enviada à Índia.

Assim, era voz corrente, ainda no séc. XVIII, de que Verdemilho, Ílhavo ou mesmo Soza tinham núcleos de Cristãos-Novos, sendo de referir, em particular, a povoação de Verdemilho que, pela sua localização estratégica no traçado da Estrada Real, permitia a ligação por barca até Ovar, e de Ovar com o Porto.

No que diz respeito à região do Vouga, o P.e Ladeira é muito sumário na referência que faz às comunas judaicas, considerando apenas terem existido em *Riba Agatha*, no Guardão e também na Bairrada, perto de Viaster, na Mealhada, localidade que é actualmente conhecida por Viadores, junto à Vimieira, por onde seguia a antiga via romana¹⁴.

O legado sefardita

Desde a tomada de Jerusalém que este povo proscrito teve que lutar pela sua própria subsistência. Da agricultura e pastagem ancestral dos seus patriarcas, tiveram que se adaptar a outros modos de vida, encontrando-os no comércio e na pequena indústria, enquanto outros se consagravam às letras, artes e ciências. Tanto mais que a própria Igreja de Roma abominara a usura e o juro, condenando portanto o espírito capitalista e toda



Discussão entre doutores cristãos e mestres judeus.
Gravura em madeira do século XVI

a iniciativa que, no plano material, se traduzisse por mais-valias adquiridas, como disso é reflexo a expressão latina *auri sacra fames* (maldita fome do ouro).

Por conseguinte, a vocação dos Judeus para o negócio não é inata, nem tão-pouco está relacionada com os ensinamentos dos seus patriarcas ou com o decálogo revelado a Moisés. Tal facto resultou antes de condicionantes várias e complexas que ao longo da sua história fizeram com que esta minoria sensível, activa e industriosa, por circunstâncias de uma exclusão imposta, procurasse satisfazer as suas necessidades sociais naturalmente na esfera económica, assente não na agricultura, mas no comércio e na circulação da moeda. Esta era condição essencial para a sua subsistência, uma vez que lhes fora reservado um estatuto de inferioridade legal que lhes vedava e dificultava ao máximo a progressão a cargos de poder mais elevados na sociedade civil.

Por sua vez, encontramos no ascetismo puritano uma atitude idêntica à do Judaísmo e que se traduz pela realização de mais-valias e a sua aplicação racional, de modo a criar maior riqueza pelo investimento contínuo do lucro não consumido ou, dito de outro modo, para se produzir o máximo e consumir o menos possível.

A este propósito lembramos que o aforro judaico era monetário e dele faziam uma aplicação rentável em investimentos diversos, como empréstimos a juros ou o arrendamento realengo, sem descurarmos a manufactura e o comércio.

Todavia, Max Weber subestimou a contribuição da ética judaica para a formação de um moderno espírito capitalista europeu, considerando-o antes uma consequência natural da ascese puritana no geral, e do Calvinismo em particular, quando a determinado passo diz: “O judaísmo estava do lado do capitalismo *aventureiro*, orientado para a política e a especulação. O seu *ethos* era, por assim dizer, o do capitalismo do pária, enquanto o puritanismo continha o *ethos* da empresa racional burguesa e da organização racional do trabalho, só indo buscar à ética judaica o que cabia neste enquadramento”¹⁵.

Por outro lado, impõe-se-nos ainda o seguinte esclarecimento para uma refutação desta tese weberiana. Durante a época de Setecentos e o século das Luzes registámos o contributo dos sefarditas hispânicos no âmbito das doutrinas político-económicas, a exemplo de Manuel Fernandes de Vila-Real, autor de *El Político Cristianissimo* (1644), António Henriques Gomes com a sua *Política Angélica* (1647) e, principalmente, Isaac Pinto, mentor da teoria do crédito público que reflectiu sobre a ética e a sua relação com a riqueza no seu *Ensaio sobre o Luxo* (1762). A estes poderemos acrescentar ainda, e com toda a propriedade, as referências às figuras, ao pensamento e à obra de outros judeus como David Ricardo (1772-1823), um dos grandes nomes do pensamento económico anglo-saxão, descendente de sefarditas

radicados nos Países Baixos, e autor da obra intitulada *The principles of Political Economy and Taxation* (1817), a qual foi parcialmente traduzida para português na década de 1940 como os seguintes títulos: *Sobre a Teoria do Valor* (1938) e *Sobre a Teoria da Renda* (1939), e também do judeu askhenaz Karl Marx (1818–1883), autor de vários escritos, dos quais destacamos *Das Kapital* [O Capital] (t.1, 1867; tt. 2-3, 1885; 1894).

Por fim, somos levados a referir ainda a problemática da judeidade e germanidade vivida e cogitada desde as Luzes (*Haskalah*) e até à contemporaneidade, em que assistimos à ruptura de um certo pensamento filosófico com a tradição rabínica em prol da modernidade e identidade não ortodoxas.

Entre as figuras que pugnaram pela *haskalah* judaica constam Moses Mendelssohn (1729-1786), rejeitado pelos Alemães porque judeu askhenaz, incompreendido pelos seus, porque judeu assimilador. Mendelssohn privou da amizade de Immanuel Kant (1724-1804) e com ele manteve trato epistolar durante a *Aufklärung* (Luzes). Empreendeu também a tradução alemã dos Salmos e outros livros bíblicos do Antigo Testamento, tradução essa que foi mal recebida por se ter afastado do sentido literal hebraico e também das acepções nazarenas. Pela pertinência temática damos a conhecer o seguinte comentário de Maurice-Ruben Hayoun: “Mais ou menos fiel ao texto, mas sem se confinar num literatismo estreito, Mendelssohn preocupava-se com o sentido, o que o constringia por vezes a cometer hebraísmos, como Lutero. A tradução alemã dos Salmos não conheceu verdadeiramente o favor dos círculos judeus mais amplos, abstraindo dos discípulos mais próximos, que o reimprimiram acrescentando-lhe um comentário em caracteres hebraicos; deve-se contudo salientar que, salvo raras excepções (por exemplo, o irmão de Lessing, Gotthelf), os cristãos também não a acharam a seu gosto, pois Mendelssohn havia expurgado totalmente a sua versão alemã das alusões cristianizantes, que os teólogos pretendiam geralmente descobrir nos Salmos”¹⁶. Entre os seus discípulos figuram Solomon Maimon (1752-1800), por sinal um dos críticos do pensamento filosófico de Kant, e David Friedländer (1750-1834).

Do século XIX à contemporaneidade, são representativos desse espírito reformador Abraham Geiger (1810-1874), para quem a história do Judaísmo tem implícita a sua própria forma evolutiva e, por essa razão, os Talmudes (de Jerusalém e da Babilónia) reflectem épocas determinadas por uma dada contextualização também ela histórica, a qual é sempre passível de novas interpretações. Outra das figuras reformadoras é Israel Jakobsohn (1768-1828), o mesmo que introduziu o primeiro órgão, o coro, o sermão e as preces em alemão nas sinagogas. Por sua vez, Samuel Holdheim (1806-1860) sustentou que “o Talmud fala com a consciência do seu tempo e tem razão, eu falo com a consciência do meu tempo e tenho razão”¹⁷, enquanto Martin

Buber (1878-1965) e Franz Rosenzweig (1886-1929) procediam à sua *Verdeutschung der Schrift* (Tradução alemã das Escrituras)¹⁸.

Estes aspectos por nós apontados ressaltam a lacuna da tese weberiana no que se refere ao contributo do Judaísmo para a formação e consolidação do moderno *espírito do capitalismo* europeu, a qual consta da sua monografia *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Porém, e em abono da verdade, não deixámos de ter também em consideração a sua brilhante exposição conceptual a propósito do vocábulo *Beruf*, pela qual Weber procurou estabelecer paralelismos com expressões e termos hebraicos, gregos, latinos e até com leonês *vocación*¹⁹. Acusamos, sim, a sua omissão relativamente não ao conhecimento do hebraico mas a algumas destas figuras representativas da *haskalah* judaico-askhenaz ou à *Aufklärung* alemã e do seu contributo exegético a verter para alemão as Escrituras posteriormente ao feito de Lutero. Pretensão tanto mais legítima quanto alguns deles foram coetâneos do próprio Weber, à excepção talvez do empreendimento de Buber e Rosenzweig como tradutores bíblicos.

Por sua vez, quanto ao Puritanismo ou às ideias da Reforma e a sua divulgação em Portugal, este revelou-se bastante incipiente e quiçá apenas num círculo muito restrito de humanistas portugueses a quem a Inquisição e o seu aparelho censor e repressivo lograram facilmente neutralizar ainda na segunda metade de Seiscentos²⁰. Pelo que, “resignados uns, extintos outros, silenciados todos”²¹, a sua reentrada em Portugal fez-se de modo discreto com o Positivismo do séc. XIX e no início do séc. XX, quando entre nós o liberalismo, o anti-clericalismo, a maçonaria e depois o republicanismo consolidavam as suas posições ideológicas e de poder.

Com efeito, algumas das principais denominações evangélico-reformadas surgiram em Portugal a partir da primeira metade de Setecentos, a exemplo da Igreja Luterana Alemã (1641). Todavia, foi somente na época das Luzes que tais denominações se implantaram entre nós de modo discreto e por vezes, mesmo, atribulado.

Assim, em 1761, a dita Igreja Luterana Alemã passou a Igreja Reformada, enquanto no século XIX surgiam a Igreja Episcopal Portuguesa (1868), a Igreja Presbiteriana (1870), a Igreja Anglicana (1871), a dos Irmãos de Plymouth ou Brethem (1877), a Igreja Congregacional (1880), a Igreja Metodista (1881) e a Igreja Baptista (1888). O mesmo poderíamos dizer relativamente à vizinha Espanha, cujas denominações se estabeleceram de 1868 a 1874 e ainda durante o republicanismo (1931-1936).

Contudo, o regime do Estado Novo (1926-1974) logrou contrariar a sua divulgação e expansão ultramarina, privilegiando uma vez mais a Igreja de Roma e o seu Catolicismo pela Concordata e pelo Acordo Missionário de 1940. A Democracia e os seus sucessivos projectos constitucionais apenas conseguiram rever, em 1975, o tão polémico artigo XXIV da Concordata sobre o matrimónio católico-romano e a sua dissolubilidade civil segundo a lei do Estado.

Não obstante esta divergência de pontos de vista quanto à



Início do texto do Comentário à Ordem das Orações, de David Abudarham, impresso em Lisboa, na oficina de Eliezer Toledano, em 1489. A decoração com motivos animais, executada por Fernandez de Córdoba, aparece primeiro em Hijaz, depois em Lisboa e, mais tarde, na Turquia e no Norte de África.

importância histórica dos Judeus e dos Calvinistas para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, encontramos no ensaio de Weber vários subsídios que validam as suas teses e nos proporcionam uma leitura actual e recomendável.

Do legado sefardita consta também a língua – o Ladino –, de que fazem parte unidades lexicais castelhanas e portuguesas²², e a cultura peninsular mosaica que se afirmou nos locais de acolhimento da sua dispersão. Contudo, esta realidade linguística está seriamente ameaçada, porque as gerações jovens tendem para uma completa e normal assimilação dos idiomas e das culturas dos seus países de origem e que outrora foram de acolhimento de seus pais, pelo que o Ladino é preterido enquanto meio de comunicação. Por outro lado, o Hebreu impõe-se notoriamente como idioma oficial do Estado de Israel, além do Yddish, que é falado pela maioria askhenaz procedente da Europa Central e do Leste.

Ser-se judeu

O Judeu representa a heteronomia. É o Outro e aos olhos dos Gentios isso constitui um desafio porque mexe com as convenções sociais e as suas consciências. Na impossibilidade de

compreendê-lo pelo diálogo e respeitá-lo pela coexistência pacífica, resta o apelo à Δόξα (do grego através do lat. *doxa* e com o significado de opinião) para legitimar diferenças e práticas xenóforas.

Há, entre os Judeus, uma identidade conceptual formada a partir da sua nacionalidade e religião, mais flexível a primeira do que a segunda. A filiação genealógica, matrilinear ou patrilinear, pode delimitar-lhes a nacionalidade, mas é suficiente para a sua identidade enquanto judeu. Logo, a identidade religiosa, sendo específica, parece ser determinante. Por outro lado, a própria nacionalidade prescreve limites à sua religiosidade, legitimando a identidade dos Judeus pelo lado religioso, mesmo que um indivíduo não mantenha com o Judaísmo qualquer elo. Por isso, há fortes tensões entre estes códigos de valores, em torno do nacional e do religioso.

Contudo, ao longo da sua história, ideólogos houve que encontraram neles um *facies* característico, ou seja, alegadas diferenças fisionómicas e patologias congénitas... Foram então referenciados como “raça” ou “nação judaica”... apenas porque tinham uma fé e cultura diferentes dos demais povos europeus. Constituíam uma minoria com história, identidade e espírito de afirmação. Tais referências são, por conseguinte, estereótipos xenófobos e constituem uma deturpação da leitura histórica dada à prática endogâmica deste povo semita, prática essa que se observou, por vezes, ao longo da sua Diáspora e fê-los reclamarem-se de uma linhagem privilegiada na sua relação com Deus e os homens, como Povo eleito segundo as suas Escrituras, mas não como “raça” ou “nação” à parte!

Os Judeus são o Povo do Livro que observam a Torah (lei) e outras práticas ancestrais de culto e tradição religiosa. Do Livro reivindicam-se também os Nazarenos e os Ismaelitas, remontando o seu legado histórico aos patriarcas e profetas, mas divergindo substancialmente quanto à prática e observação da Lei. Quanto a este pormenor, Jesus, o Nazareno, foi inequívoco quando disse: “Não penseis que vim revogar a Lei e os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um só til, uma só vírgula da Lei, sem que tudo seja realizado” (Mt. 5, 17-18).

A História, porém, revela-nos que os povos se insurgiram contra o espírito da Lei e a sua cólera abateu-se sobre Israel, os Judeus e o Judaísmo. As próprias religiões monoteístas – cristã e muçulmana – envolveram-se nessa questão pela supremacia das suas confissões porque, no fundamental, o Judaísmo constitui o referencial teológico das suas verdades e, enquanto legado histórico, tornou-se-lhes incompatível porque não serve o fim a que se propõem.

Ser-se judeu apresenta-se-nos, portanto, como uma questão de cultura religiosa, mais do que genética e essa cultura tem subjacente uma história milenar, assente numa fé inabalável e na

observação da Lei, com práticas específicas, que constituem o Judaísmo. Esse modelo religioso determinou também a educação de todo o judeu, educação essa orientada para uma forte autonomia individual, criativa e empreendedora, cuja inspiração ética de conduta está contida nos Livros Sapienciais, nomeadamente, *Provérbios* e o *Livro da Sabedoria*, atribuídos a Salomão (séc. X a.C.).

Os Marranos e a afirmação histórica da sua identidade: a acção de Samuel Schwartz e Barros Basto

O Nordeste Transmontano e as Beiras exerceram sobre os Marranos portugueses um forte atractivo quer pelo isolamento destas regiões periféricas quer pela sua localização fronteiriça, onde se fixaram, desenvolveram e se extinguíram algumas comunidades locais de Judeus e Cristãos-Novos que deram origem aos Marranos, como Caçarelhos, a leste de Vimioso, Vale de Cabanas, em Fatoura, Charazó, Felgueiras, Moncorvo, Lagoaça, Vilarinho dos Galegos, Mogadouro, Fornos, Rebordelo, Bragança, Pinhel, Almeida ou Belmonte.

Por estas paragens constituíram núcleos de artífices, alfaiates e tendeiros, com suas famílias de recursos modestos, cujo conhecimento histórico só foi possível graças aos esforços de levantamento e divulgação de Schwartz e Barros Basto.

Samuel Schwartz (1880–1953) nasceu em Zgierz, na Polónia. Era um judeu askhenaz que mais tarde se naturalizou português. Cursou engenharia de minas em Paris e exercera a sua actividade, inicialmente, na Rússia e Polónia, em Itália e Espanha, antes de se radicar em Portugal, a partir da década de 1920.

Com efeito, em 1915, trabalhou para a Pin Company, uma empresa norte-americana que explorou o couro mineiro da Gaia, no concelho de Belmonte. Foi então que se apercebeu da existência discreta de comunidades judaicas na Beira Baixa (em Belmonte, na Covilhã, no Fundão, em Castelo Branco, Idanha, Monsanto e Penamacor) e também em Trás-os-Montes (Bragança, Argozelo, Vimioso e Vinhais), consagrando-se ao seu levantamento e estudo histórico a partir de 1917.

Publicou *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX* (1925; reed. 1993) e contribuiu com o seu saber para o desfazer de mitos e imprecisões históricas, como a relação causal entre o édito manuelino, o matrimónio com a princesa de Espanha e a expulsão dos Judeus em Portugal. Segundo pôde apurar Schwartz, tal tese carece de fundamento pois que, em termos de datação e contextualização dos factos, D. Manuel I celebrara o seu contrato nupcial com a dita infanta, filha dos Reis Católicos de Espanha, em Agosto de 1497. Por sua vez, o enlace terá ocorrido ainda em Setembro desse mesmo ano, enquanto o édito de expulsão havia sido promulgado em Dezembro de 1496.

O labor científico de Schwartz abrangeu também a investigação da epigrafia judaica peninsular, bem como a identificação e o restauro arqueológico da Sinagoga de Tomar que constitui actualmente o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto. Por fim, desconhecemos o paradeiro e estado de conservação da Biblioteca Hebraica e da Colecção Pombalina que Schwartz logrou reunir ao longo do seu trabalho prestimoso e que passaram para o património do Estado Português.

Por sua vez, Artur Carlos de Barros Basto, ou Ben Rosh (1887-1961), foi o grande impulsionador da Comunidade Israelita no Norte e nas Beiras, mentor de uma “Obra de Resgate” no dizer de Cecil Roth²³, cujos factos têm sido ignorados ou simplesmente escamoteados.

Militou na causa republicana e, a 5 de Outubro de 1910, colocou a bandeira da República no Edifício da Câmara Municipal do Porto. Fundou o Instituto Oriamita do Porto, em cuja Revista – *Luz do Ocidente* (Marco de 1912) – publicou folhetos

e artigos. Adoptou então o nome de Abraão Israel Ben Rosh.

Combateu na Flandres durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Pelo desempenho das suas missões, progrediu na carreira castrense, chegando mesmo a receber vários louvores e condecorações. Na frente de combate foi promovido a capitão. Regressado a Portugal, deslocou-se temporariamente a Tânger, onde foi admitido na comunidade sefardita marroquina.

Entretanto, no exercício das suas funções, como militar, Barros Basto fora nomeado director da Prisão Militar do Porto, cidade onde fixou residência e se consagrou à “Obra do Resgate” dos Marranos do Norte e das Beiras, à qual não foram alheias tribulações várias.

Contudo, foi-lhe possível legalizar a Comunidade do Porto em 1923 e, mais tarde, criar a Revista *Ha Lapid* (O Facho) em 1927, revista esta de carácter doutrinário, planfetiário e informativo que teve 156 números ao longo dos seus 30 anos de publicações (1927-1958).

No ano seguinte, adquiriu-se o terreno para a construção da Sinagoga do Porto. Mais tarde, decorrido o ano de 1929, foi criado o Instituto Teológico Israelita do Porto (Yeshivah Rosh Pinah), vocacionado para a doutrinação dos seus membros, a leitura e a escrita do hebraico. Outras escolas seriam posteriormente fundadas, em 1940, com a Escola de Educação e Trabalho Doméstico, destinada à formação das raparigas, e a Escola Profissional Israelita, para a educação dos rapazes.

Todavia, com este projecto surgem as primeiras dissidências entre os membros da Comunidade e também as primeiras reacções anti-semitas à obras de Barros Basto. Instalou-se a rivalidade entre os membros da Comunidade de Lisboa e do Porto.

Quanto ao anti-semitismo, este foi ideologicamente protagonizado pelo Integralismo Lusitano (1913-1933) de António Sardinha (1887-1925) e Mário Sá (1894-1971). Ao mesmo tempo que se desenvolve uma orquestrada campanha difamatória contra Barros Basto, terminando num processo civil, em 1936, do qual saiu ilibado. Entretanto, a instituição castrense também lhe movera outro processo, desta feita em Tribunal Militar, o qual levou-o ao afastamento do Exército Português, em 1937. Por último, tais campanhas prosseguiram na imprensa, nomeadamente em órgãos católico-romanos e da Direita, como *A Voz* e as *Novidades* (1938), os quais davam cobertura à política salazarista e à ideologia do Estado Novo, conotando a obra de Barros Basto com o republicanismo e a maçonaria.

Apesar de todas estas tribulações, a Sinagoga Kaddorie²⁴ Mekor H’ Aim (Fonte da Vida) foi inaugurada a 16 de Janeiro de 1938, mantendo-se activa. Mas o mesmo não podemos afirmar relativamente ao Instituto Teológico Israelita que feneceu na década de 1950, à Revista *Ha-Lapid*, extinta em 1958, e à sua biblioteca, fechada após vários saques.



Judeus: menorah esculpida num pilar de mármore, proveniente de uma sinagoga séc. II (Mesquita de Gaza)

Sousa Mendes e o altruísmo ético

A nossa evocação da Diáspora sefardita pressupõe também a evocação da memória dos justos, ainda que gentios, como é o caso de Sousa Mendes.

Aristides de Sousa Mendes (1885-1954), português, católico-romano assumido, foi Cônsul em Bordéus. Entre Maio e Junho de 1940, por imperativos de sua consciência, recusou-se a obedecer às instruções do regime salazarista e concedeu milhares de vistos, em Bordéus e Bayonne, a número indeterminado de refugiados europeus, entre os quais se encontravam judeus.

O seu acto custou-lhe a carreira diplomática, a saúde e o silêncio cúmplice do regime salazarista e marcelista, tal como dos sucessivos governos pós-revolucionários e constitucionais que obstinadamente evitaram repor a justiça do seu caso, impace este análogo ao processo de Barros Basto.

O reconhecimento da personalidade de Sousa Mendes e da sua entrega abnegada pela liberdade de milhares de pessoas, vítimas do totalitarismo e da barbárie, tardou em fazer-se. Mesmo assim, o passo fora dado por instituições estrangeiras que não as portuguesas. Quando o governo português se decidiu a fazê-lo, procedeu com ambiguidade, concedendo-lhe uma modesta Ordem da Liberdade em Maio de 1987, sendo o grau escolhido o de oficial, precisamente, o mais baixo. Enquanto a 15 de Abril de 1988 Israel lhe concedeu, a título póstumo, a cidadania honorária e nesse Verão foram plantadas árvores em Jerusalém, evocando a sua memória e a de quantos salvou ao conceder vistos diplomáticos numa França ocupada e depois colaboracionista.

Quantas pessoas salvou afinal Sousa Mendes? Não lhe conhecemos a cifra. Tal facto não se deve a nenhuma amnésia histórica, mas porque as estimativas da ordem de dezenas de milhar afectassem não a pessoas singulares, mas a famílias inteiras. Por essa razão filantrópica, Sousa Mendes é o herói do nosso tempo, parafraseando Lermontov, do qual não temos memória de outro nem de feito mais digno, porque “quem salva uma vida, salva todo o Universo”. A atitude de Sousa Mendes fez a diferença; ter a coragem de praticar o bem e a justiça é condição altruísta de um Homem recto a que podemos com propriedade adjectivar de “bom”²⁵.

Epílogo

O decreto manuelino de expulsão dos Judeus e as suas implicações legais, que instituíram entre nós a discriminação entre Cristãos-Velhos e Novos, foi anulado somente durante a governação pombalina, no séc. XVIII, com a publicação

da *Carta de Lei, Constituição Geral e Édito perpétuo*, passada a 25 de Maio de 1773. As medidas legislativas (alvará de 01/09/1774) do esclarecido Marquês de Pombal transformaram o Tribunal do Santo Ofício em Tribunal de Estado e definiram-lhe um novo Regimento, proibindo os autos-de-fé e outras práticas associadas a este instrumento repressivo, sob o desempenho de eclesiásticos e ordens religiosas, com o beneplácito da Cúria romana.

Todavia, a Inquisição só veio a ser cabalmente extinta durante o liberalismo português, mediante a aprovação favorável que nesse sentido se colheu em Cortes, a 31 de Março de 1821. Mas mesmo depois do Liberalismo, as comunidades marranas portuguesas mantiveram-se bloqueadas pelo medo inquisitorial e a ditadura do Estado Novo. A sua liberdade foi reencontrada apenas com o 25 de Abril de 1974.

Impôs-se-nos, portanto, o reavivar da memória porque não basta tolerar o “outro”! Mais grave ainda é ignorarmos a verdade histórica!

O conceito de tolerância, como tantos outros conceitos, é limitado e redutor. Sugere-nos condescendência, indulgência, permissão tácita do que é censurável ou injusto.

Durante séculos, a tolerância (do lat. *tolerantia*) foi considerada como uma atitude negativa, em matéria de fé dogmática, face a outros credos minoritários. Tolerar (do lat. *tolerare*) significava permitir o mal, porque não se tolerava o bem ou a verdade, mas o mal ou o erro, o desvio ou a heresia. A partir da Reforma luterana (1517) e, em particular, da Revolução Francesa de 1789, a tolerância tem sido perspectivada não como um mero conceito filosófico, mas como um direito universal associado à liberdade e consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

Tolerar implicava aceitar, pactuar, ceder a um “mal menor” ou “um mal necessário” quando aquilo que está em causa é o problema da lateridade. Como compreendê-la? Descobrimo-la em nós e nos outros. Aceitando-a sem reservas porque todo o ser humano constitui um fim em si mesmo e não um meio que legitima qualquer fim como depreendemos não apenas da ética de Kant quando da actuação isolada dos papas Clemente VII (1523-1534), que acolheu com benevolência nos seus domínios pontifícios os sefarditas da Diáspora, e João XXIII (1958-1963), que a 3 de Junho de 1963 proferiu a *oração de arrependimento* ou ainda D. António Ferreira Gomes (1952-1982), o bispo do Porto, que viveu exilado e não se furtou a criticar o regime salazarista e a condenar a Inquisição, remetendo-nos para a teologia agustiniana, segundo a fórmula “ninguém pode crer sem querer (...)”.

- (*) Ph. D. em Filosofia pela Universidade de S. Petersburgo, docente do Ensino Superior e membro do Conselho Científico do Instituto Português de Administração de Marketing. Tem participado em colóquios e iniciativas afins com comunicações. Colabora com o Diário Regional de Aveiro, onde tem publicado artigos vários sobre temática histórico-cultural. São de sua autoria as seguintes monografias: *Portugal e o Báltico* (1995) e *De Re Kantiana* (1997).
- (1) Texto integral de uma palestra proferida na Universidade de Aveiro, no dia 04/11/1996.
- (2) Cf. Amílcar Paulo, *A Dispersão dos Sephardim*, pg. 35.
- (3) *Idem*, p. 36.
- (4) *Idem*, p. 37.
- (5) Ab. 20. O país de Canaã ou terra dos Cananeus correspondia à Fenícia. Sarepta, entre Tiro e Sidon, demarcava o seu limite territorial.
- (6) Marrano: termo de origem castelhana e com carácter injurioso, dado aos Judeus e Cristãos-Novos, pela sua repugnância quanto ao consumo de carne suína. Marrão significa ainda leitão. Enquanto adjectivo, qualifica o que é vil, baixo ou ordinário. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, sob dir. de José Pedro Machado, o termo marrão (do ár. mharram) significaria "proibido" e aplicar-se-ia ao consumo de carne suína. Segundo Moisés Espírito Santo, no seu prefácio *O que é um Judeu?* o termo **Marrano** pode ter uma origem hebraica e resultar de *már an*, com o significado de "transformado, mudado, convertido à força" in Samuel Schwartz, *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX*, p. XIX. A sua utilização, porém, diz respeito à Diáspora dos sefarditas peninsulares e ao estatuto que foi imposto aos que permaneceram judaizantes durante a Inquisição e depois dela, conforme se constatou junto das comunidades judaicas, no Portugal contemporâneo.
- (7) Cf. Amílcar Paulo, *op. cit.*, p. 53.
- (8) AA VV, *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, p. 155.
- (9) Cf. Alexandre Herculano, *A História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. III, Liv. VIII.
- (10) Cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora*, Vol. 1.
- (11) Sobre este assunto, ver:
Rangel de Quadros, *Apontamentos Históricos*. Vols. I, II e VII., col. de recortes de jornais policopiados pelo Pe. João Gonçalves Gaspar, s. I. e s. d.
Rangel de Quadros, *Apontamentos Históricos in Aveiro*, Origens, Brasão e Antigas Freguesias.
Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*.
Rocha Madahil, *Para a História da Inquisição no séc. XVI*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. X.
Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no séc. XV*.
Maria João V. B. Marques da Silva, *Aveiro Medieval*.
Carla Emília Ramos Pereira, *O Livro da Finta dos Homens da Nação in Estudos Aveirenses*, 2.
Amaro Neves, *Judeus e Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição*.
Amaro Neves, *Os Judeus em Aveiro. Contributo para o seu estudo in Estudos Aveirenses*, 1.
- Amaro Neves, *Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição nos sécs. XVI-XVII in Estudos Aveirenses*, 2.
- (12) Amaro Neves, *Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição nos sécs. XVI-XVII in Estudos Aveirenses*, 1, e ainda *Judeus e Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição*.
- (13) Cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora*, vol. 1, pp. 438-448.
- (14) Cf. Pe. Ladeira, F. D., *Município de Águeda*, Vol. 2, pp. 28; 286.
- (15) Cf. Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, pp. 129-130.
- (16) Cf. Maurice-Ruben Hayoun, *O Judaísmo Moderno*, p. 63.
- (17) *Apud* Maurice-Ruben Hayoun, *op. cit.*, p. 121.
- (18) Esta recente versão alemã das Escrituras mereceu a Hayoun a seguinte observação elogiosa: "Não se trata de uma tradução científica, se bem que o tradutor se mostrasse ao corrente das pesquisas filosóficas do seu tempo. Uma coisa é certa entretanto: Buber pôde disputar a palma à tradução de Lutero, em mais do que um sentido" in *op. cit.*, p. 143.
- (19) Cf. Vasconcelos Nogueira, A., *A Ética dos negócios in Diário Regional, Aveiro*, 18/01/1997.
- (20) Parecer análogo colhemos em vários historiadores portugueses, a exemplo de José Hermano Saraiva, para quem "só de um modo ténue a heresia luterana se fez sentir. Surpreende-se nas ideias de um ou outro clérigo mais curioso de novidades, na leitura de um ou outro livro proibido, mas nunca chegou a constituir problema para a unidade da fé. Por isso, o objecto da repressão anti-reformista foi em Portugal substituído por um outro: a questão judaica" (Cf. *História de Portugal*, p. 185). Por seu lado, Oliveira Marques considera que "a Inquisição fora estabelecida em Portugal sem razões que lhe justificassem a existência (...). Contudo, nem Protestantes nem Judeus constituíam perigo sério para a unidade religiosa do País" (Cf. *Breve História de Portugal*, p. 267). Para concluir, reportamo-nos também a António Sérgio: "Assim, pode dizer-se resumidamente (...) que a história do País no Seiscentismo é o espectáculo de estiolamento da mentalidade portuguesa; e que a sua história no século XVIII, e que a sua história no século XIX, é das goradas tentativas para nos repararmos desse grande mal" (Cf. *Ensaios*, t. II, p. 27).
- (21) Cf. *História de Portugal*, sob dir. de José Mattoso, vol. 3, p. 403.
- (22) Cf. Vasconcelos Nogueira, A., *Portugal e o Báltico. Subsídios histórico-filosóficos para uma abordagem cultural*, pp. 36-37.
- (23) Cecil Roth foi professor da Universidade de Oxford e é o autor de uma obra intitulada *A History of the Marranos* (1932), traduzida e editada em castelhano com o título *Los Judios Secretos. Historia de los Marranos*.
- (24) Sir Elly Kaddorie foi um judeu influente, oriundo de Xangai, que contribuiu decididamente para a construção da Sinagoga do Porto.
- (25) Cf. Rui Afonso, *Um Homem Bom. Aristides de Sousa Mendes, o "Wallenberg Português"*.
- (26) Cf. *Pública*, Revista do jornal O Público, 01/12/1996, p. 70.

BIBLIOGRAFIA

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo, Edições Paulinas, 1993.
- AA VV, *Dicionário Cultural da Bíblia*. Lisboa, Dom Quixote, 1996.
- AA VV, *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., sob a dir. de Joel Serrão, Porto, Figueirinhas, 1981.
- AA VV, *História de Portugal*, 8 vols., sob a dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1995.
- AA VV, *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, XV vols., sob a dir. de João Medina, Lisboa, Ediclube, s.d..
- AA VV, *História Universal dos Judeus. Da génese ao fim do século XX*, sob a dir. de Élie Barnavi, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- AA VV, *Judeus & Árabes da Península Ibérica: encontro de religiões, diálogo de culturas*. Lisboa, coord. Centro Nacional de Cultura e Comissão

- Nacional da UNESCO - Portugal, 1994.
- AA VV, O Judaísmo na Cultura Ocidental, Lisboa, ACARTE, F.C. Gulbenkian, 1993.
- AA VV, Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1994.
- AFONSO, Rui, Um Homem Bom, Aristides de Sousa Mendes, o "Wallenberg Português", Lisboa, Caminho, 1995.
- BARREAU, Jean-Claude, Biografia de Jesus. O retrato histórico de um Cristo intemporal, Mem Martins, Europa-América, 1994.
- BORGES COELHO, António, Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668, 2 vols., Lisboa, Caminho, 1987.
- ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P., Dicionário das Religiões, Lisboa, Dom Quixote, 1993.
- FERRO TAVARES, Maria José, Os Judeus em Portugal no século XV, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- FERRO TAVARES, Maria José, Os Judeus na Época dos Descobrimentos, s. 1., ELO, 1995.
- FRANCK, Claude; HERSZLIKOWICZ, Michel, O Sionismo, Mem Martins, Europa-América, s.d..
- FRANZEN, August, Breve História da Igreja, Lisboa, Presença, 1996.
- GARCIA, Maria Antonieta, Os Judeus de Belmonte. Os caminhos da memória, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- HAYOUN, Maurice-Ruben, O Judaísmo Moderno, Porto, RÉ.S, s.d..
- HERCULANO, Alexandre, História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal, 3 vols., Lisboa, Bertrand, s.d..
- JOHNSON, Paul, História dos Judeus, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1995.
- JÚLIA FERNANDES, Maria, Passos na areia, Lisboa, Contexto, 1996.
- KAYSERLING, Meyer, História dos Judeus em Portugal, São Paulo, Pioneira Editora, 1971.
- LER, Revista do Círculo de Leitores, Janeiro, 1995.
- LÚCIO DE AZEVEDO, J., História dos Cristãos Novos Portugueses, Lisboa, Clássica Editora, 1975.
- MACKENZIE, John L., Dicionário Bíblico, São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- MADAHIL, A. G. da Rocha, Illibum. Série de subsídios para a história de Ílhavo, Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1992.
- MADAHIL, A. G. da Rocha, Para a História da Inquisição no séc. XVI, Aveiro, Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. X, 1944.
- MARQUES DA SILVA, Maria João V. B., Aveiro Medieval, Aveiro, C.M.A., 1995.
- NEVES, Amaro, Judeus e Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, Aveiro, FEDRAVE, 1997.
- NEVES, Amaro, Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, nos sécs. XVI-XVII in Estudos Aveirenses, Revista do ISCIA, 2, AVEIRO, 1994.
- NEVES, Amaro, Os Judeus em Aveiro. Contributo para o seu estudo in Estudos Aveirenses, Revista do ISCIA, 1, Aveiro, 1993.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, Breve História de Portugal, Lisboa, Presença, 1995.
- OLIVEIRA, Isabel Vila Nova de; BAPTISTA, Evangelina Mota, Os "Marranos" no século XX. Ben Rosh e a Restauração do Judaísmo português in História, n.º 54, Lisboa, Abril de 1983.
- P.e LADEIRA, F. D.; Município de Águeda, 2 vols., Águeda, Ed. do Autor, s.d..
- P.e MIGUEL de OLIVEIRA, História Eclesiástica de Portugal, Mem Martins, Europa-América, 1994.
- PAULO, Amílcar, A Dispersão dos Sephardim, Porto, Editora Nova Crítica, s.d..
- PAULO, Amílcar, Judeus e Cristãos-Novos na cidade do Porto in O Primeiro de Janeiro, de 11 a 19 de Julho de 1979.
- PÚBLICA, Revista do Jornal O Público, 01/12/1996.
- RAMOS PEREIRA, Carla Emília, O livro da Finta dos Homens da Nação in Estudos Aveirenses, Revista do ISCIA, 1, AVEIRO, 1994.
- RANGEL DE QUADROS, J. Oudinot, Apontamentos Históricos in Aveiro, Origens, Brasão e Antigas Freguesias, Aveiro, Paisagem Editora, 1983.
- RANGEL DE QUADROS, J. Oudinot, Apontamentos Históricos, 7 vols., colectânea de recortes de jornais policopiados, e elaborados pelo P.e João Gonçalves Gaspar em 1978.
- ROTH, Cecil, Los Judios Secretos. História de los Marranos, Madrid, Altalena Editores, 1979.
- SANTOS SIMÕES, J. M., Tomar e a sua Judaria, Tomar, Ed. Museu Luso-Hebraico, 1992.
- SARAIVA, António José, Inquisição e Cristãos-Novos, Lisboa, Estampa, 1985.
- SARAIVA, José Hermano, História de Portugal, Mem Martins, Europa-América, 1995.
- SCHWARTZ, Samuel, Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- SÉRGIO, António, Ensaies, 8 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- VANEIGEM, Raoul, As Heresias, Lisboa, Antígona, 1995.
- VASCONCELOS NOGUEIRA, A., A Ética dos negócios in Diário Regional de Aveiro, 18/01/1997.
- VASCONCELOS NOGUEIRA, A., Aquele Agosto Sangrento. O Extermínio dos Judcus de Tyko cim, na Polónia in Diário Regional de Aveiro, dias 17-18/10/1996.
- VASCONCELOS NOGUEIRA, A., Evocação da Diáspora Sefardita no quinto centenário do decreto manuclino de expulsão dos Judeus in Diário Regional de Aveiro, dias 5-6/12/1996.
- VASCONCELOS NOGUEIRA, A., Portugal e o Báltico. Subsídios histórico-filosóficos para uma abordagem cultural Aveiro, Ed. do autor, 1995.
- VASCONCELOS NOGUEIRA, A., Sefardim, um dialecto extinto? in Diário, Suplemento Cultural, 07/10/1989.
- WEBER, Max, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Lisboa, Presença, 1996.



Selo da comunidade judaica portuguesa em Amsterdão

HOMENAGEM A ZÉ AUGUSTO

José Augusto Ferreira dos Santos, vulgarmente conhecido por Zé Augusto, “pertence ao número dos maiores barristas portugueses de características populares” - na opinião de Jeremias Bandarra, outro conhecido artista aveirense. O Dr. Amaro Neves, por seu turno, afirmou que “Zé Augusto é, certamente, dos nomes mais conceituados entre os actuais ceramistas aveirenses” - o que já o Dr. David Cristo, em Setembro de 1976, reconhecia, quando escreveu: - “Zé Augusto é, hoje, um dos mais lídimos representantes de multissecular e prestigiadíssima barrística aveirense”. Todavia, ao longo da sua carreira, Zé Augusto desenvolveu a sua criatividade de artesão não apenas na cerâmica em diversas modalidades, mas também noutras áreas, como no desenho, na pintura, na aguarela e no acrílico.

Com o desejo de homenagear os nossos valores, a Câmara Municipal decidiu lembrar o nome e a pessoa de Zé Augusto, nascido no bairro da Beira-Mar, em Aveiro, no ano de 1930, e que, até hoje, alcançou justamente mais de uma vintena de prémios. Admiramos frequentemente as exposições dos seus trabalhos que, quase sempre retratam, com perícia e perfeição, figuras regionais. Além de muitas obras, de que é autor, são de salientar os painéis executados para o largo do Mercado de Manuel Firmino, da obra social da Misericórdia na Moita, da igreja de São Jacinto, da igreja da Costa Nova, da igreja do Paço (Cacia) e da igreja de Eirol, segundo as maquetas de Jeremias Bandarra.

Foi no dia 14 de Setembro, na presença de algumas individualidades locais e de outras pessoas ligadas à arte e ao artesanato, que, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, se inaugurou a exposição, denominada “Exposição Antológica”. A mostra, que, conforme confessou o próprio homenageado, constituiu para ele uma agradável surpresa, patenteou muitas das suas criações mas, sobretudo, os seus trabalhos em acrílico - o que representa a sua mais recente incursão artística. Até ao último dia, 29 de Setembro, pôde ser vista e admirada por inúmeros visitantes.

No primoroso catálogo, com a reprodução do seu retrato, feito por Artur Fino, e de trabalhos de desenho, pintura e barrística,

ficaram depoimentos do Prof. Celso dos Santos, da Dra. Maria da Luz Nolasco, do Dr. Vasco Branco, da Dra. Maria Lobato Guimarães, de Gaspar Albino, do Dr. Amaro Neves e de Artur Fino. Aqui se reproduzem os dois primeiros - o do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e o da Vereadora do Pelouro da Cultura:

1 – Zé Augusto é, hoje por hoje, uma das referências da nossa cidade. É o único Artista que recria os tipos de Aveiro, que outrora eram o rosto da nossa gente.

Hoje, fica-nos apenas a memória desses “ex-libris” que, num passado ainda não muito distante, se viam pelas ruas e campos do nosso concelho.

Não é com nostalgia que a eles me refiro, mas sim com a emoção que ainda nos transmitem, quando os vemos representados, através dos nossos Grupos Folclóricos, Etnográficos e Cénicos, e quando os admiramos cristalizados pela cerâmica vidrada e colorida que o barrista aveirense Zé Augusto tão bem sabe retratar.

A Câmara, sensível a esta actividade, tem acarinhado e incentivado a produção cerâmica dos novos artesãos, criando assim estruturas que lhes permitem, em melhores condições, valorizar, promover e divulgar o seu trabalho, que há muito ultrapassou as nossas fronteiras.

Esta homenagem a Zé Augusto, consubstanciada na Exposição, não é mais do que dar ao Artista o lugar que merece, não só pela sua Arte que é ímpar, mas também pelo que ela testemunha da cultura de várias gerações de aveirenses.

Na minha qualidade de Presidente da Câmara convido todos a visitarem esta retrospectiva, já que a considero um marco na história da nossa terra.

2 – Há cerca de um ano que, na ala sul do renovado edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, junto ao cais da Fonte Nova, entrou em funcionamento o Centro Cultural e de Congressos de Aveiro. Se a inauguração oficial se deu a 8 de Julho de 1995, a sua abertura à comunidade aveirense é uma realidade desde 15 de Setembro desse mesmo ano. Preparada

durante a 1.ª quinzena do mês por uma centena de jovens bailarinos do concelho, foi então estreada uma coreografia de “dança contemporânea, com a qual, evocando Santa Joana, de forma intensa e simbólica, homenagearam a cidade e a sua memória. E tem sido assim que ali se tem vindo a trabalhar, evocando e elaborando a memória colectiva, construindo e pondo constantemente à prova a viabilidade e utilidade daquele equipamento, recorrendo-se a uma programação que reflecte, em simultâneo, a política cultural da Câmara e a sua própria abertura às propostas que os agentes culturais apresentam. Apesar das grandes dificuldades, que aqui cumpre não iludir, têm sido gratificantes os resultados.

Face a essa nova realidade, há um ano tornou-se finalmente possível iniciar um novo ciclo da gestão cultural do Município. Articulado aquele novo espaço com os já existentes, o programa de actividades culturais, então aprovado pela Câmara Municipal, pôde estender-se a diversas áreas do conhecimento, procurando, fundamentalmente, que os acontecimentos não tenham como origem e destino o acaso, mas que se integrem em linhas de acção com objectivos determinados. Dentro desta nova orientação, um dos trilhos já abertos é conducente à criação, a prazo, de uma Galeria de Arte Contemporânea que pela prática se fixe numa das salas do Centro Cultural e de Congressos. Ali se virão a expôr algumas das obras do crescente espólio municipal, mas, fundamentalmente, deverá ser posta em contacto/confronto a produção mais significativa, no domínio das artes plásticas contemporâneas aveirenses e nacionais.

Nessa rota, para a sedimentação da Galeria Municipal de Arte Contemporânea de Aveiro...

...A HOMENAGEM A ZÉ AUGUSTO...

...é também a homenagem a alguém que, para além de, na arte cerâmica, representar o escol dos seus obreiros maiores e um dos seus prolíferos criadores, é também, noutros domínios das artes plásticas, vulto ainda por conhecer, mas cujos segredos agora revelados permitem vislumbrar não menor estatura.

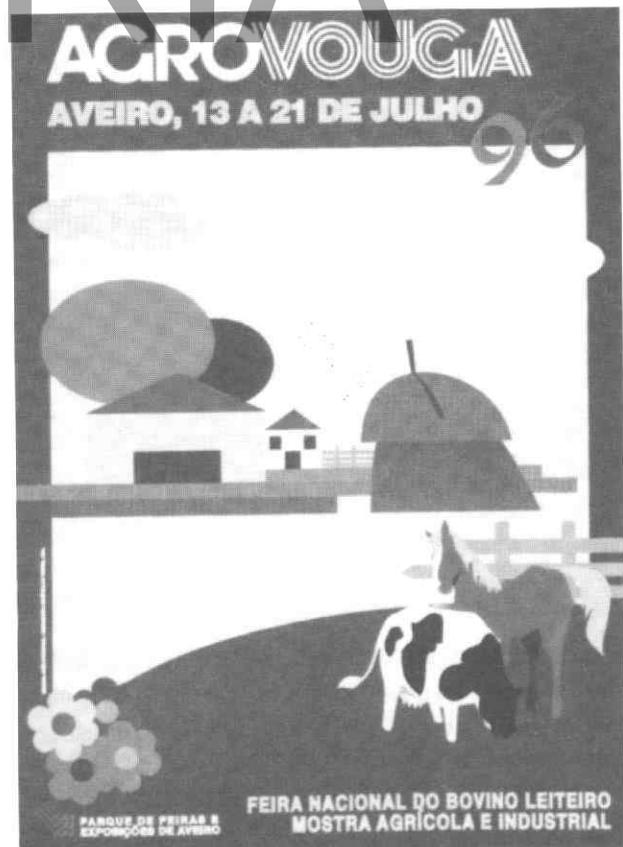
Artista contemporâneo, José Augusto Ferreira dos Santos, Zé Augusto, é aveirense nascido no bairro da Beira-Mar, rua do Vento, freguesia da Vera-Cruz, neto e bisneto de marnotos. No mais genuíno ambiente aveirense Zé Augusto elaborou o seu saber dar vida ao barro, modelando-o, dando-lhe forma, ritmo e movimento, com ele dialogando sobre o seu imaginário de expressões bizarras, críticas, caricaturais... sínteses da comunidade, imagens da memória. Por tal razão é pouco, mas revelador, interrogarmo-nos se Zé Augusto não estará para Aveiro e a sua região como Rafael Bordalho Pinheiro para o país. E ambos fizeram muito para além de símbolos da identidade colectiva, escola, experiências, inovação, ... arte!

Zé Augusto, pela primeira vez num espaço que inevitavelmente o solicitará até ao infinito, é a figura que na obra visitaremos e homenagearemos até ao final de 1996.

Em 13 de Julho, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, foi inaugurada a AGROVOUGA/96, considerada a maior feira nacional do bovino leiteiro e uma das mais importantes feiras agrícolas portuguesas, cujo programa também contempla as vertentes da floricultura, da vitivinicultura, das carnes, dos lacticínios, dos cavalos e das máquinas agrícolas; por tal razão, este certame é também a Mostra Agrícola e Industrial. O seu encerramento foi em 21 de Julho.

A comprovar o lugar destacado da Agrovouga, estão as visitas de vários membros do Governo Central, além da presença do Secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, que presidiu à sessão de abertura. Os milhares de visitantes e turistas puderam conhecer e ver a variedade das raças bovinas e cavалares, dos produtos agrícolas, dos queijos, dos fumados, dos vinhos, das máquinas, dos acessórios, dos componentes, dos utensílios e de tantas outras “coisas da terra”.

Para incrementar a actividade agrícola e a melhor criação de animais, bem como para incentivar as associações que se têm formado, durante o certame decorreram diversos concursos a nível nacional e regional. Paralelamente, foram montados vários serviços para serem prestadas informações a produtores, agricultores e associados; também se efectuaram provas gastronómicas, com pratos da nossa zona.



No Centro Cultural e de Congressos, realizaram-se as jornadas técnicas, subordinadas aos seguintes temas: - "O Mercado do Leite e Lactícínios", apresentado pela Lactogal; e "Sanidade Animal e Cobertura Laboratorial", da responsabilidade da revista Holstein. Na sala do pavilhão rectangular, tiveram lugar os colóquios: - "Nutrição dos Ruminantes" (Huges Brossier, da Ucanor, de França); "A Cooperativa e o Agricultor" (Pierre Pichon, da Ucanor); e "Raças Autóctones" (Prof. Dr. Vaz Portugal, com a colaboração da Associação dos Criadores da Raça Marinhóia).

Transcrevem-se as palavras que o Presidente da Câmara Municipal escreveu para o respectivo catálogo:

- O Parque de Feiras e Exposições de Aveiro vai ser palco, de 13 a 21 de Julho, da 21ª edição da Agrovouga.

Uma Mostra que Aveiro já não dispensa e que tem suscitado o maior interesse, não só por parte daqueles mais ligados ao sector agropecuário, como também do público em geral, que enche o recinto nos nove dias em que decorre o Certame, onde muitos e variados são os "stands" que se podem admirar:

Concurso Nacional de Bovinos das Raças Arouquesa, Frísia e Marinhóia, Concurso de Saltos Nacional de Cavalos, Atrrelagem, Jornadas Técnicas e Colóquios, Mostras Gastronómicas, Provas de Queijos e Vinhos, são realizações em destaque numa Feira que já tem o seu lugar bem vincado entre Certames congéneres, que têm lugar noutros pontos do País.

Vinte e um anos em que as experiências anteriores tornaram possível melhorar cada vez mais a Agrovouga, prestigiando-a e provocando o interesse de milhares de visitantes, que não deixam de por lá passar:

No meu nome pessoal e no da Câmara a que presido, convido não só os aveirenses, como também todos os que nos visitam nesta época, a não perderem a oportunidade que orgulhosamente lhes oferecemos.

Comissão de Honra: - Ministro da Agricultura, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Presidente do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, Director Regional da Agricultura da Beira Litoral, Presidente da Associação Portuguesa de Criadores da Raça Frísia, Presidente da Associação de Criadores da Raça Arouquesa, Presidente da Associação de Criadores da Raça Marinhóia, e Presidente da Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro.

Colaboração Especializada: - Direcção da Agricultura da Beira Litoral, Instituto Nacional da Qualidade Alimentar, Associações de Criadores das Raças Autóctones Arouquesa e Marinhóia, Comissão Vitivinícola da Bairrada, Lacticoop, Proleite, Cooperativa Agrícola de Aveiro-Ílhavo, Associação Nacional dos Industriais de Lactícínios, Fenalac, E.A.B.L., e A.C.R.H.R.C.

Secretariado: - Maria Alexandrina Maximino, João Portugal, António José Bartolomeu, Elmano Ramos, João Correia, Acílio Vitória e Artur Oliveira.

Com um programa variado e recheado, efectuou-se a Festa da Ria, desde o dia 21 de Julho até ao dia 10 de Agosto, da iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro e com a colaboração da Região de Turismo da Rota da Luz. Houve folclore com a participação de todos os grupos do concelho; atelier de construção de miniaturas de barcos; concerto da Orquestra de Câmara de Aveiro; pintura e decoração de um barco moliceiro; regata de moliceiros entre a Torreira e Aveiro; concurso dos painéis de barcos moliceiros; actuação da charanga do 3º Esquadrão do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana; actuação do Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas; Orquestra com Sabor Latino; 7ª Exposição Canina Nacional; Grupo de Música Popular "Ria d'Aveiro"; Festival Internacional de Folclore (Grupo Folclórico da Casa do Povo de Cacia, "Brabants Bont" de Den Dunge - Holanda, Folk Dance Group "Sivek" de Gaboro - Bulgária, e "Synevir" de Kiev - Ucrânia); e actuação do Grupo "Ghetonia" da Itália do Sul.

O número que despertou mais interesse foi a regata dos moliceiros, realizada, neste ano, na tarde do dia 27; para ela concorreu a Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, sediada na Torreira. Foi a autêntica festa da Ria, com a participação de vinte e três barcos, que navegaram impelidos pela força do vento nas suas enormes velas trapezoidais. Houve prémios de recompensa - de carácter simbólico - para os que se adiantaram a cortar a meta; António Rebelo foi o vencedor da regata, secundado por Manuel Vieira, Reinaldo Belo, Fernando Dias Silva Tavares e Gonçalo António Vieira.

A regata foi complementada com o concurso dos painéis (a maior parte com pinturas novas), que obteve a seguinte classificação: - Reinaldo Belo, António Joaquim Santos, Manuel Silva Freitas e Fernando Dias Silva Tavares.

FARAV / 96

No Parque Municipal de Feiras e Exposições esteve patente ao público a XVII Feira de Artesanato da Região de Aveiro - FARAV/96 - que foi também a IX Mostra Nacional e Internacional de Artesanato e a I Feira de Gastronomia; com início em 10 de Agosto, encerrou no dia 18 do mesmo mês. A Autarquia Aveirense, ao fomentar este certame, pretendeu dar continuidade ao seu projecto de promoção e valorização de uma actividade que, à sua maneira, marca a identidade dos povos, em particular da nossa gente. Para a sua realização colaboraram a Região de Turismo da Rota da Luz, o Instituto de Emprego e

Formação Profissional e a Cooperativa de Artesãos de Aveiro "A Barrica".

Num total de cento e setenta e cinco representações, estiveram cento e trinta e três artesãos, sendo quarenta e dois do concelho de Aveiro e noventa e um de diversas zonas do País. Contaram-se onze associações: - Cooperativa de Artesãos de Aveiro "A Barrica", Associação de Artesanato Regional das Beiras, Centro de Artesanato de Vila do Conde, Associação Artes e Ofícios do Concelho do Seixal, Associação Cultural dos Artistas de Esgueira, Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes, Associação Cultural de Aradas, Associação de Artesãos de Loures, Associação de Artesãos de Mogadouro, Associação Cultural e Desportiva de Pedraído e Associação de Artesãos do Concelho da Amadora; dezasseis Câmaras Municipais: - Albergaria-a-Velha, Aveiro, Arouca, Castelo de Paiva, Estarreja, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos, Vale de Cambra, Gondomar, Mira, Nordeste (Açores) e Valongo; duas Juntas de Freguesia: - Glória e Nariz; seis organismos oficiais: - Universidade de Aveiro, Centro de Formação Profissional de Artesanato, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Estabelecimento Prisional Regional de Aveiro e Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo; a Região de Turismo da Rota da Luz; e vinte e dois países estrangeiros: - Paquistão, Hong-Kong, Equador, China, Irão, Brasil, Perú, Egipto, Espanha, Senegal, Rússia, Tailândia, Sirilanca, Nepal, Marrocos, Itália, Filipinas, Ruanda, Guatemala, Costa Rica, Bornéu e Malásia. Ficaram de fora cerca de vinte candidatos, devido à falta de espaço para os acolher, tanto nos pavilhões como na área exterior. Sessenta e três artesãos a trabalhar ao vivo despertaram o interesse acrescido de visitantes e turistas.

No espaço gastronómico, onze restaurantes representativos do nosso Distrito proporcionaram os melhores pratos da cozinha regional e os mais conhecidos doces de Aveiro. Houve também animação paralela, com ranchos e cantos populares, e ainda o lançamento do livro "A Cozinha Tradicional da Ilha Terceira", cujo autor é o açoriano Augusto Gomes.

No dia 17 de Agosto, foram entregues os prémios do concurso "A Melhor Peça de Artesanato", que contemplaram as modalidades de cerâmica, têxteis, madeiras, metais, pintura de painéis e outros materiais, tanto em artesanato tradicional como criativo; nas modalidades de couro e vidro o júri deliberou não atribuir qualquer prémio, por não reconhecer qualidade suficiente nas peças concorrentes. O referido júri foi constituído pelos seguintes elementos: - Dr. Emanuel Cunha (C.M.A.), Dr. Acácio Conde (I.E.F.P.), Dr. Artur Jorge (Rota da Luz), Delfim Santos (CEARTE), Elsa Arnay (A Barrica), António Dinis Macedo (Comunicação Social) e João Portugal (designer).



Anotam-se as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, do Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz e da Vereadora do Pelouro da Cultura, publicadas no catálogo:

1. - *No Parque de Feiras e Exposições de Aveiro está patente ao público, mais uma vez, a FARAV - XVII Feira de Artesanato da Região de Aveiro e IX Mostra Nacional e Internacional de Artesanato.*

Este ano e pela primeira vez, em colaboração com a Região de Turismo da Rota da Luz, simultaneamente, podemos apreciar a Feira de Gastronomia, onde o melhor dos produtos da nossa Região podem ser apreciados e consumidos.

Razões suficientes para que, de 10 a 18 de Agosto, os aveirenses possam desfrutar duma realização que já não dispensam, a avaliar pelo número de visitantes dos últimos anos.

Cada vez mais, queremos que a FARAV, que conta igualmente com a colaboração do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Cooperativa a "Barrica", seja um atractivo para os muitos turistas que nesta época do ano nos visitam, ocupando não só a cidade, como as praias circunvizinhas. Turistas que queremos sejam sempre bem recebidos, já que somos gente hospitaleira e tudo fazemos para que da nossa cidade levem sempre a melhor recordação e a mensagem de pessoas de "portas abertas", situados num espaço geográfico, que sendo central, é também com a sua Ria, a sua paisagem, os seus "ex-libris", um local de referência no panorama cultural do nosso povo.

Os artesãos merecem o respeito e a admiração de todos

nós. Pessoalmente quero felicitá-los e desejar-lhes as maiores felicidades, acompanhadas de uma palavra de incentivo.

A todos aqueles que, com o seu esforço e dedicação, tornaram possível que o Parque das Feiras e Exposições de Aveiro voltasse a conhecer mais um momento alto, o meu muito obrigado.

2. - A FARAV constitui um atractivo para os turistas que nos visitam, contribuindo para uma diversificação da oferta de animação, numa altura em que o turista procura, cada vez mais, produtos artísticos diversificados.

É, pois, com o maior agrado que a Região de Turismo Rota da Luz vê o sucesso em que a FARAV se transformou, sendo hoje uma das mais prestigiadas feiras de artesanato do País e cartaz turístico da Rota da Luz.

Nesta edição da FARAV, pretendeu-se dar um salto qualitativo, que a projectasse ainda mais, criando uma maior ligação entre o público e as tradições da Região, através da 1ª Feira da Gastronomia Regional.

Nesta mostra da gastronomia, os visitantes terão oportunidade de conhecer alguns dos deliciosos pratos característicos da cozinha regional da Rota da Luz, Região de grande diversidade geográfica e que, por isso mesmo, também na área da gastronomia consegue oferecer uma variedade de pratos tradicionais, do litoral e do interior, que por certo serão do agrado do público.

A 1ª Feira de Gastronomia é, portanto, uma aposta forte em termos de Turismo, possibilitando aos nossos visitantes a oportunidade de conhecerem uma das melhores gastronomias regionais.

3 - A Câmara Municipal de Aveiro dando continuidade ao projecto de promoção e valorização do artesanato, organiza uma parceria com a Região de Turismo Rota da Luz, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Cooperativa de Artesãos de Aveiro "A Barrica", à imagem de outros anos, mais um certame que visa introduzir as várias gerações de artesãos nos desafios da competitividade pela qualidade das suas produções artísticas.

Desta forma, serve a presente Feira como veículo transmissor da memória e da identidade cultural desta região em paralelo com outras identidades e formas de expressão de carácter nacional e internacional.

O apoio do artesanato local, não se esgota com a realização da FARAV, mas mais se expande pela continuidade da presença dos nossos artesãos nos mais diversos certames realizados no nosso País e no estrangeiro.

Foi exemplo desta, a significativa participação da "Barrica" na Feira de Artesanato de Pistola, em Itália, e cuja

cidade retribuirá com a sua presença no FARAV de 1997, também em curso, e ao abrigo do programa comunitário (Artº 10º - FEDER) "Artesania, Cultura e Desarrollo - ARCYDE - LATINA", está esta autarquia empenhada na obtenção de financiamentos para a valorização internacional. Destes contactos surgem novas vias de colocação dos produtos no mercado internacional, que esperamos ver completado com a criação e definição do "selo de qualidade" que irá creditar o nosso produto artesanal.

Como nota final, quero aqui registar o elevado número de artesãos inscritos, destacando de entre estes, aqueles que nos irão proporcionar momentos vivos da sua arte, sensibilizando os visitantes para as matérias-primas, o engenho e a arte de as trabalhar.

À Organização e a todos os que contribuíram para que este certame se realizasse pela sua décima sétima vez, os meus maiores agradecimentos.

Comissão Organizadora: - Prof. Celso dos Santos (Presidente da C.M.A.), Dra. Maria da Luz Nolasco (Vereadora do Pelouro da Cultura da C.M.A.), Dr. Acácio Conde (I.E.F.P.), Francisco da Encarnação Dias (Presidente da Rota da Luz), Evaristo Silva (Presidente de "ABArrica"), Dr. Emanuel Cunha, Alexandrina Maximino, Elmano Ramos, João Portugal, Isabel Ramos, Paula Cardoso, João Correia e Artur Oliveira.

PROJECTO LUSO GRANDE DO SUL

A convite da Universidade de Aveiro e da Câmara Municipal de Aveiro, esteve entre nós, de 14 a 18 de Outubro, uma comitiva de representantes oficiais e empresariais da cidade brasileira de Pelotas e do Estado do Rio Grande do Sul.

Durante estes dias, decorreu um ciclo de debates sobre a "História da Colonização Portuguesa no Brasil", que decorreu na Universidade. Houve intervenções do Reitor da nossa Universidade, do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, do Reitor da Universidade Federal de Pelotas, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, do Embaixador do Brasil, do Deputado Bernardo de Souza, do Prof. Doutor Carlos Sicca Diniz (Universidade de Pelotas), do Proif. Doutor Jorge Alves (Universidade do Porto), do Dr. José Manuel Azeredo e Silva (Universidade de Coimbra), do Prof. Doutor Machado de Abreu e Dr. Luís Miguel Oliveira Andrade (Universidade de Aveiro).

Além disso, teve lugar, no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos, um sarau musical, com o pianista

argentino Valentim Serif e o Grupo Coral Vera-Cruz; nas instalações da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, ainda se realizou um debate com a participação da delegação de Pelotas, de empresários e de entidades oficiais do Distrito de Aveiro.

No segundo dia da visita à cidade de Aveiro, a comitiva de Pelotas foi recebida oficialmente nos Paços do Concelho. Recordam-se aqui as palavras do Presidente da Autarquia, na sessão de boas-vindas:

- É com muita alegria que recebemos nesta casa, Paços do Concelho, tão ilustre representação proveniente da Nação-Irmã; tal acontecimento, que muito nos honra, não pode deixar de nos recordar o feliz "achamento" pelos Portugueses das Terras de Santa Cruz, há cinco séculos.

Ao evocarmos a grande e amiga Nação Brasileira, é o momento oportuno para referir o que Pero Vaz de Caminha na sua narrativa minuciosa da viagem a enviar ao Rei de Portugal, traçou da visão grandiosa da terra encontrada:

"Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista,... é muito chã e muito cheia de arvoredos; pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa; a terra é em si de muito bons ares assim frios e temperados, como os de Entre-Douro e Minho; ...águas são muitas, infindas; e em tal maneira e graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem".

Mais adiante avançava com ideias como semear o ideal cristão bem como organizar a terra e a defesa e o direito da pessoa humana.

Eis pois uma visão de 1500, que certamente ainda hoje poderemos considerar actual. O sentido profético do narrador concretizou-se. O Brasil constitui uma Pátria - Irmã de Portugal, sendo a vossa visita a Aveiro mais um importante passo para o estreitamento de relações de amizade e cooperação entre Portugal e o Brasil, mais concretamente entre as Cidades de Aveiro e Pelotas. Ou seja, continuarmos a dar lugar a "achamentos" das potencialidades de cada país, tal como há cinco séculos.

Alguém conhecedor da Cidade de Pelotas nos diz que esta cidade se situa num estado que se estende por uma ampla planície, com muitas lagoas e clima de quatro estações do ano, que se cultivava predominantemente o arroz, que se cria gado bovino, que tem um importante porto. Tudo isto ocorre em Aveiro. Por sua vez naturais de Aveiro emigraram para a cidade de Pelotas e aí se fixaram. Por estas razões podemos concluir que o protocolo de irmanação, assinado em Abril findo, se justifica plenamente, pois tudo nos envolve nos mesmos laços

de relações humanas que desejamos perdurem em acções mútuas. O acordo de irmanação é um instrumento fundamental para mais nos aproximar em conhecimento, em amizade e cooperação. Este refere diversas formas bilaterais para a prossecução dos objectivos comuns que nos animam, tais como: promoções económicas, culturais, turísticas, desportivas e sociais como ainda viagens de estudo, como aliás hoje acontece.

Há assim que fortalecer a nossa relação através da realização de outros acordos entre as diversas entidades e sectores de actividade económica e cultural.

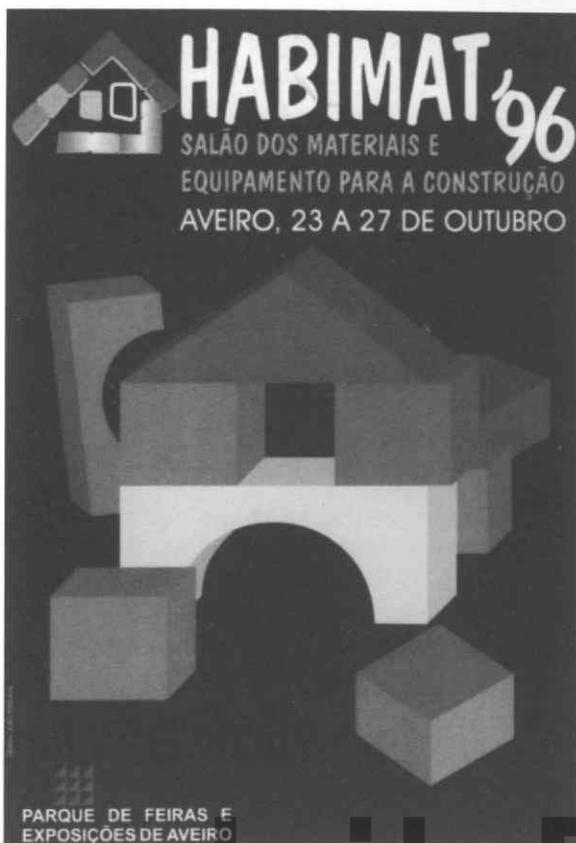
Como disse na minha mensagem de recepção de boas-vindas, a vossa visita, além de muito nos honrar, constitui para nós um desafio. Esta encerra uma atitude de entusiasmo muito grande. Julgamos que o enriquecimento entre as nossas comunidades passam por estes encontros. Temos a certeza de que em muito contribuem para a dinamização e concretização dos compromissos acordados. Do nosso lado propomo-nos corresponder, dando assim continuidade às acções necessárias para o efeito. Ao fazê-lo estamos certos de corresponder aos desejos e interesses dos nosso povos e mantermos uma relação de irmãos com quinhentos anos, respeitando a vontade e homenageando condignamente os nossos antepassados.

O último dia foi designado por "Dia da Amizade"; durante algumas horas, os elementos da comitiva de Pelotas conviveram com diversas personalidades aveirenses, ficando em todos o desejo de se voltarem a encontrar, em Portugal ou no Brasil.

HABIMAT / 96

De 23 a 27 de Outubro, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, realizou-se a HABIMAT/96 - Salão dos Materiais e Equipamentos para a Construção. A abertura teve a presença do Governador Civil do Distrito, do Presidente da Edilidade Aveirense e de outras entidades locais.

No certame, onde cerca de cinquenta expositores patentearam os mais variados materiais, revestimentos e elementos decorativos, também a Câmara Municipal esteve presente, mostrando não apenas o trabalho desenvolvido nos últimos anos, no que respeita à construção de infra-estruturas, à arquitectura e ao paisagismo, mas ainda os projectos desenvolvidos ou em estudo. Por um lado, os visitantes puderam apreciar pormenores da Urbanização de Santiago, os bairros sociais em algumas freguesias do concelho, o ajardinamento de várias zonas citadinas, os novos arruamentos e a nova ponte do



Cojo; por outra parte, a Autarquia, entre os seus planos, deu conhecimento dos anunciados e futuros museus da República, da Ria e da Cidade.

Em nota de abertura, publicada no respectivo catálogo, escreveu o Prof. Celso dos Santos:

- Dois anos após o lançamento dum novo Certame, no Parque das Feiras e Exposições, surge, agora, pela segunda vez, a Habimat - Salão dos Materiais e Equipamentos para a Construção.

Se a primeira edição pode ter sido interpretada como uma "aventura", o futuro disse-nos que não; e, daí, com a naturalidade das coisas que parecem fáceis, calendarizámos, para este ano, um novo Salão que quisemos fosse maior e melhor Mostra das potencialidades da nossa Região - e não só, já que temos mais expositores que vieram de outros locais -, numa área tão sensível, como é a da construção.

A Habimat/96, na sequência da de 1994 pode e deve ser uma Mostra tão correcta quanto possível do que é um mercado altamente concorrencial, mas que tem, na qualidade, a sua grande aposta.

O binómio expositor/visitante encontra, por certo, motivos de interesse para que o Salão não passe despercebido. A nossa Região, que cada vez mais anda para a frente, com a velocidade

que só é possível de encontrar nas grandes urbes, tem agora a oportunidade de sentir o peso daquilo que por cá se pode fazer, neste caso particular de um sector que nem sempre teve o acompanhamento ajustado ao momento que ia passando.

Na minha qualidade de Presidente da Câmara, quero convidá-lo a si, aveirense ou não, a visitar, de 23 a 27 de Outubro, o Parque de Feiras e Exposições de Aveiro.

É minha convicção de que todos terão muito a lucrar. Os que vendem e os que compram. A oferta e a procura, lado a lado, rumo a um ponto comum: o progresso da nossa terra.

Comissão de Honra: - Governador Civil do Distrito de Aveiro; Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro; e Presidente da Associação das Indústrias de Construção Civil e Obras Públicas.

Comissão Executiva: - Prof. Celso dos Santos; Alexandrina Maximino (Secretariado); Elmano Ramos (Encarregado Geral); João Portugal (Designer).

Colaboração: - Serviços de Cultura da C.M.A.; Serviços Técnicos da C.M.A.

INOVAÇÃO NO COMBATE À MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Promovido pela Câmara Municipal de Aveiro, realizou-se nesta cidade, nos dias 4 e 5 de Novembro, no Centro Cultural e de Congressos, um seminário sobre a inovação no combate à marginalidade e exclusão social, que teve como objectivos:

- promover o debate entre os diversos parceiros comunitários e institucionais, por forma a perspectivar metodologias de intervenção que conduzam a uma correcta integração social de todas as famílias, reduzindo e evitando a marginalidade e a exclusão;

- facultar o intercâmbio de experiências e acções, quer no âmbito nacional, quer no âmbito comunitário.

Responsabilizou-se da organização desta iniciativa uma comissão constituída por responsáveis dos Serviços de Habitação da C.M.A., do Serviço Sub-Regional de Aveiro da Segurança Social, do Centro de Saúde de Aveiro, da Equipa do Instituto de Reinserção Social no Círculo Judicial de Aveiro, da Delegação Regional de Aveiro do Instituto Português da Juventude e da Comissão de Protecção de Menores de Aveiro; houve ainda a colaboração da Misericórdia de Aveiro e da Cáritas Diocesana.

Entre os intervenientes nas diversas sessões contaram-se as seguintes presenças activas: - Dr. Lopes da Mota (Secretário

de Estado da Justiça), Dra. Maria da Luz Nolasco, Dra. Joaquina Madeira, Prof. Doutor Roque Amaro, Dra. Conceição Pisco, Dr. Carlos Almeida, Dra. Joana Vidal, Dra. Fernanda Infante, Prof. Doutor Jorge Nuno Negreiros, Dra. Anabela Ramos, Dr. João Paulo Azevedo, Dra. Graça Gonçalves, Prof. Doutor Jorge Arroiteia, Dra. Ana Cardoso, Dr. Joaquim Cruzeiro, Dra.

Assumpta Vilagrassa (Barcelona), Dra. Tília Fonseca, Dra. Eugénia Santiago, Dra. Zulmira Valente, Dr. Nuno Tavares, Prof. Dra. Paula Julião, Dr. Helder Santos, Dra. Adelina Marques, Dra. Matilde Sirgado, Dra. Emília Matos Silva e Arquitecto Ventura da Cruz.

NA VILA DE EIXO

XVI Festival Internacional de Folclore



Como vem sendo habitual, o Rancho Folclórico do Baixo Vouga promoveu a realização de mais um festival internacional de folclore. Para isso, contou com as habituais ajudas monetárias de alguns comerciantes da localidade e, sobretudo, com os subsídios da Câmara Municipal de Aveiro, do Governo Civil do Distrito, da Junta de Freguesia de Eixo e da Região de Turismo da Rotã da Luz.

Foi no dia 6 de Julho. O programa principiou às 17.30, com a recepção a todos os grupos, seguida por um jantar-

convívio. Às 21 horas, com a colaboração da Banda Musical da Associação Recreativa Eixense, teve início o desfile que, desde as Benfeitas, seguiu pelas Ruas do Casal, de João de Pinho Brandão, de Alfredo Coelho de Magalhães, de 31 de Janeiro e da Balsa. A actuação dos agrupamentos teve lugar no Parque da Balsa, perante algumas centenas de pessoas.

Para além do Rancho organizador, participaram os seguintes: - Rancho Folclórico de Baião (Douro), Rancho Etnográfico de Cebolais de Cima - Castelo Branco (Beira Baixa), Rancho Folclórico de Seia (Beira Alta), Rancho Folclórico da Casa do Povo de Aveiras de Baixo - Azambuja (Ribatejo), Associação Cultural e Recreativa de Vila Franca - Viana do Castelo (Minho) e Asociacion Folklorica Coros Y Danzas de Coria - Cáceres (Espanha).



Eixo, 1922 - Fabrico de telha